

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DO
VII SEMINÁRIO ESTADUAL

PROESDE

2019

GOVERNO DE
SANTA CATARINA




UNIEDU


UNIVALI



Reitor

Valdir Cechinel Filho

Vice-Reitor de Graduação e Desenvolvimento Institucional

Carlos Alberto Tomelin

Vice-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Rogério Corrêa

Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

José Carlos Machado

Secretária Executiva

Luciana Merlin Bervian

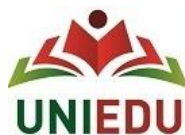
Procurador

Rodrigo de Carvalho

Organizadoras

Verônica Gesser

Samara Aparecida da Silva Garcia



ISBN 978-65-87582-07-8

S52 Seminário do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - Proesde (7: 2019: Itajaí, SC)
Anais do Relatos de experiência do VII Seminário Estadual Proesde [recurso eletrônico] / Verônica Gesser, Samara Aparecida da Silva Garcia (organizadores) / Universidade do Vale do Itajaí — UNIVALI – Itajaí, 2019. 182 p.

Livro eletrônico.

Modo de acesso: World Wide Web:

Seminário realizado no dia 23 de novembro de 2019

Incluem referências.

1. Ensino superior. 2. Licenciatura. 3. Extensão Universitária. 4. Ensino médio. I. Gesser, Verônica. II. Garcia, Samara Aparecida da Silva. III. Título.

CDU: 378

SUMÁRIO

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROESDE LICENCIATURA – UNIVALI.....	5
Henrique José da Silva / Nicolas Eduardo Theiss (UNIVALI)	
PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INTERPESSOAIS PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL BÁSICA PROFESSORA FRANCISCA ALVES GEVAERD – BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC	13
Amanda Pereira Ganz / Géssica Lopes da Silva / Laura Soares Demeterko / Sara Geovana de Paula / Thayná Pedroso da Silva Lima / MSc Samara Aparecida da Silva Garcia / MSc Josiane da Luz (UNIVALI)	
BNCC – ITINERÁRIOS FORMATIVOS – FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL ENTENDENDO O PROCESSO E PESQUISANDO O CONTEXTO EM QUE VIVEMOS.....	28
Amanda Benedet / Barbara Elias da Silva / Bianca Bez Batti Leiria / Bianca Daniel de Souza / Bruna Roldão da Silva / Carla Damásio Martins / Diuly Alves Batista / Eduarda Fraga Olivo / Evilyn da Silva Paulo / Francisco de Jesus Simba Buangi / Gabriela Castanha Delfino / Isabel Cristina de Oliveira / Jessica Esteves / João Bembele Barros Ngoma / Kassia Barbosa / Kethleen Martins Garcia / Luana Cardoso / Mariana Matos Scheffer / Mariani Fernandes Ranakoski / Mauricio Rodrigues Montini / Mylena Euzébio Lazzarin / Pedro Henrique Scandolaro da Silva / Tainá Favaro Casteller / Professora Orientadora: Cristiane Dias (UNESC)	
IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO.....	40
Dulcemari Vidi da Silva / Edina Cristina Rodrigues Ruaro / Janes Terezinha Cerezer Kohlein / Lucivani Gazzóla / Magali Beatriz Augusto (UNOESC)	
UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: RELATO DAS ATIVIDADES DO CURSO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA UNOESC EM 2019.....	47
Tania Maria Dos Santos Nodari / Paulo Ricardo Bavaresco / Idiane Manica Radaelli / Eliane M De Carli (UNOESC)	
PROPOSTAS DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS PARA A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO YVONE OLINGER APPEL.....	57
Alicia Oliari / Bianca Ohanna Amorim Souza / Danielly Furtado / Gabriel Tomasi / Joana Bertoldi / Joana Luisa Radavelli / Kelvin Natan Crepas / Luana Müller / Marinize Pasko / Rafaela Farias / Rafael Romani / Sérgio Pires Da Silva / Tainá Domingos / Wender Richard De Lima / Leonardo Ristow (UNIFEBE)	
DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA EEB. ANTÔNIO KNABBEN	70
Bárbara Benedet Elias / Clara Bussolo Fernandes / Daniel Correa Da Cunha / Daniela Lembeck Schulz / Daniele Marcelino Rafael / Débora Cristiny Remor / Francielin Bagio Bianco / Giovana Della	

Vecchia Da Silva / Jainara Fernandes Beza / Janaína Rodrigues Coelho / Juliana Santos Schlickmann / Ketlyn Marcolino Serafim / Lucas Correa Da Cunha / Maria Laura Cândido Da Rosa / Marcos Fretta / Matheus Araujo Salvador / Natália Alexandre Antunes / Syndhel Matos Medeiros (UNIBAVE)

EMITI - ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.....84

Amanda Bombassaro / Emanuel Silveira / Josciane Tassar / Ilse Behrens / Rosana Rachinski D'Agostini (UNIARP)

PROESDE UNIPLAC 2019: UMA POLÍTICA POTENTE DE INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....93

Carlos Alberto Bertaiolli / Geraldo Augusto Locks / Ilton Agostini Junior / Josilaine Antunes Pereira / José Batista da Rosa / Mariléia Aparecida Wolff Tubs / Sadi Ricardo da Silva Bastos / Sueli Kraus Coelho de Farias (UNIPLAC)

O NOVO ENSINO MÉDIO E AS VOCAÇÕES ECONÔMICAS REGIONAIS NO ALTO VALE DO ITAJAÍ.....107

Márcia Fächter / Naiara Gracia Tibola (UNIDAVI)

O NOVO ENSINO MÉDIO E OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO EM JOINVILLE-SC.....124

Brígida Maria Erhardt / Claudia Valéria Lopes Gabardo / Cristina Ortiga Ferreira (UNIVILLE)

O OLHAR DOS LICENCIANDOS DO PROESDE SOBRE O PERFIL DOS DOCENTES QUE ATUAM EM NOVAS PROPOSTAS DE ENSINO MÉDIO DE SANTA CATARINA.....140

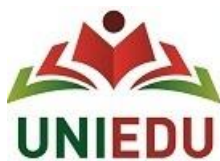
Luciane Schulz / Carla Carvalho / Érica Monteiro / Isabela Wilvert Shumann / Morgana Montibeler / William Campos da Silva (FURB)

RELATÓRIO FINAL: DIAGNÓSTICO BASE PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTEGRADO DE IMARUÍ.....155

(UNISUL)

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: AS REDES SOCIAIS E SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE IMARUÍ - SC.....178

Cristina Martins/ Pricila Borba / Ricardo Luz / Manoel Fernandes Neto / Jacir Leonir Casagrande (UNISUL)



RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROESDE LICENCIATURA – UNIVALI

Henrique José da Silva
Nicolas Eduardo Theiss

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) concede bolsas de estudos para estudantes de cursos de graduação nas áreas da licenciatura e do desenvolvimento, sendo um programa que abrange todo o estado de Santa Catarina e é coordenado pela Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE da Secretaria de Estado da Educação – SED. É um programa que tem como objetivo o desenvolvimento regional por meio de projetos e trabalhos de pesquisa dentro da área da educação que são desenvolvidos pelos acadêmicos beneficiados com a bolsa.

O presente relato tem como objetivo descrever como foram as experiências dentro da instituição de ensino superior aos quais os acadêmicos fazem parte, a UNIVALI, e identificar como está sendo o processo de adesão da Base Nacional Comum Curricular BNCC, em escolas de rede pública e estadual na região da foz do rio Itajaí-açu.

Com isso o governo estadual possibilita aos acadêmicos incentivo para se manterem estudando e analisa os entraves para a adesão da BNCC e quais são seus desafios, como solucionar eles utilizando dos trabalhos realizados dentro do PROESDE.

As cidades trabalhadas pelos acadêmicos da UNIVALI são cidades da região da Foz do rio Itajaí-açu, que foram ponto de entrada de imigrantes no século XIX e com isso possuem uma grande diversidade cultural. As cidades também apresentam uma forte influência na economia do estado, principalmente na área

portuária, exportação e importação, pesca e turismo por serem em maioria cidades litorâneas com diversos pontos turísticos.

A experiência PROESDE: vivências e dados obtidos através das atividades

As atividades do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) na Univali no ano de 2019 ocorreram em duas etapas: durante o período matutino eram realizados estudos teóricos sobre a Base Nacional Comum Curricular, como a conceituação de Competências e Habilidades, as Competências Gerais da BNCC e as Competências Específicas de cada área do conhecimento. Na parte vespertina, eram realizadas atividades práticas que poderiam ser utilizadas em sala de aula envolvendo as unidades temáticas e os objetos do conhecimento, utilizando do lúdico para a prática do ensino e aprendizagem.

Na área das Linguagens e suas Tecnologias uma das atividades práticas realizadas foi a análise de discursos. Foram estudadas algumas conceituações de discurso e ressaltada a importância que a BNCC dá para este tema. Os acadêmicos assistiram o documentário “*O Riso dos Outros*”, dirigido por Pedro Arantes, o qual apresenta diferentes perspectivas sobre o limite do humor, entrevistando comediantes e importantes figuras políticas da sociedade. A partir do documentário e de um roteiro entregue pela professora houve uma socialização de ideias e pontos de vista sobre o tema, identificando os diferentes posicionamentos dos discursos e suas intencionalidades.

Com a área da Matemática e suas Tecnologias foi observada a possibilidade de se trabalhar com a ludicidade em uma área que pouco cativa a maioria dos alunos. Antes e depois das aulas teóricas jogávamos algum jogo para o exercício da lógica. Um dos exemplos foi a torre de Hanói, um jogo que possui um número mínimo de combinações para ser concluído através de uma lógica específica na transição das peças. Outro jogo foi a montagem e construção de um quebra cabeça geométrico, que para concluir a figura necessária, como o retângulo ou o quadrado, as peças deveriam ser posicionadas de uma única e correta forma, assim, desenvolvendo o raciocínio dos alunos. Outros jogos que ganham destaque nessa área são o xadrez e o cubo mágico. Ainda na Matemática, foi abordada a questão da etnomatemática, a matemática de acordo com a realidade social local.

Em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas foi dado foco no universo de possibilidades oportunizado pela metodologia da História Oral e Memória, área crescente de estudos no campo da História. Foi sugerido aos alunos assistirem o filme *“Narradores de Javé”*, de Eliane Caffé para compreenderem de maneira cômica as diferentes narrativas existentes na produção do conhecimento histórico. Com o filme e o estudo de parte do texto de Thompson (1992)¹, os acadêmicos foram encarregados de realizar uma entrevista com algum idoso sobre o mundo do trabalho, um dos objetos de estudo das Ciências Humanas na BNCC. Com a entrevista, foi possibilitada a experiência do trabalho do historiador, além da valorização da memória e a interação do aluno com um membro mais velho de sua comunidade, aspectos importantes para o desenvolvimento do estudante como indivíduo.

A área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias abordou a complexa relação entre ser humano e natureza, uma discussão que cada vez mais ganha destaque em nossa sociedade. Uma das atividades mais interessantes foi a Teia da Vida, na qual os acadêmicos deveriam criar um animal fictício e toda a sua contextualização: habitat, cadeia alimentar, características físicas e comportamentais, etc. Após o animal ser concluído, os alunos deveriam imaginar a criação de uma “ponte” (entende-se um elo de ligação) entre o habitat do animal e uma sociedade humana também fictícia. Com essa conexão, os alunos deveriam socializar entre os grupos as possíveis consequências deste contato.

A grande maioria das atividades realizadas em todas as áreas do conhecimento partiam da ideia da problematização e de uma metodologia ativa, na qual os alunos seriam os protagonistas na construção dos determinados conhecimentos. Todas as propostas de atividades práticas realizadas no decorrer das aulas do PROESDE podem ser aplicadas no cotidiano das escolas públicas, na qual as atividades não dependem de ambientes preparados e materiais específicos que estejam longe da realidade das instituições estaduais.

Os estudos da BNCC são fundamentais para o momento de transição na educação brasileira. A chegada do Novo Ensino Médio ainda é um desafio para as instituições de ensino, sendo sua implementação inicialmente um teste, no qual algumas escolas estão sendo pioneiras neste processo.

¹ THOMPSON, Paul. A entrevista. In: THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 254-278.

Alguns dos fatores que mais chamaram a atenção no Novo Ensino Médio são os itinerários formativos e o surgimento de cursos técnicos e profissionalizantes nas escolas públicas, algo que causou uma visível confusão entre alguns professores e alunos a respeito do calendário e do andamento das aulas.

Durante o período de aulas do PROESDE, pudemos compartilhar experiências com alunos de outros cursos de licenciatura da Univali, sendo eles futuros professores ou pessoas já trabalhando com a docência. Essas experiências enriquecem a formação profissional dos acadêmicos e, conseqüentemente, os professores da rede de ensino estadual.

Na reta final das atividades, os acadêmicos foram enviados às escolas próximas que já estavam realizando a implantação do Novo Ensino Médio para realizar uma pesquisa sobre os conhecimentos dos membros envolvidos no processo de transformação do Ensino Médio. A pesquisa foi realizada de maneira quantitativa com os alunos e qualitativa com os professores, sendo elaborada com base no documento enviado pela Secretaria de Estado da Educação (SED).

Os acadêmicos foram organizados em grupos para a aplicação dos questionários nessas escolas. Após a aplicação, os dados foram analisados e socializados com os outros colegas bolsistas e, posteriormente, socializados também com as outras universidades participantes do projeto.

O questionário abordava questões como o interesse do aluno em seguir seus estudos após a conclusão do Ensino Médio, as preferências por determinados itinerários formativos e os conhecimentos dos alunos acerca do Novo Ensino Médio.

Dessa forma foi possível observar os diferentes perfis dos alunos da rede estadual de ensino e algumas das problemáticas existentes na reforma do Ensino Médio. Um dos dados que mais nos chamou a atenção foi sobre a continuidade dos estudos destes alunos. No total, 41% dos alunos abordados pretendem continuar seus estudos na rede privada de ensino superior, tendo a Univali como referência (com base em algumas conversas informais). Este dado é interessante, já que imaginávamos que haveria uma maior preferência pela rede pública de ensino superior, como as universidades federais e estaduais.

Uma das hipóteses que levantamos é de que um certo descontentamento por parte dos alunos com o atual Ensino Médio público possa ter desmotivado os

mesmos a seguirem seus estudos nessa área, a qual é o foco de interesse de 26% dos alunos que participaram do questionário.

Em terceiro lugar aparecem os cursos técnicos e profissionalizantes, constituindo uma parcela de 18% de alunos interessados nesta área, sendo que alguns já participam de cursos técnicos durante seu Ensino Médio, algo que certamente influencia na sua escolha, sendo favorável ou não.

Outro dado importante é sobre a escolha de um itinerário formativo da preferência dos alunos. Nesta pergunta os alunos poderiam assinalar mais de uma alternativa e aqui tivemos uma diferença significativa de resultados entre as escolas da região.

Se observamos o macro, o itinerário formativo que mais agrada os alunos da região da foz do rio Itajaí é o da Formação Técnica e Profissional, com 27% dos votos dos alunos, seguido de perto pela área das Ciências da Natureza e suas tecnologias, com 21%. A área que menos agrada aos alunos é a das Linguagens e suas tecnologias, com apenas 14% dos alunos entrevistados interessados.

A diferença entre as porcentagens não é tão grande, mostrando um equilíbrio preocupante. A escolha de um único itinerário formativo desagradaria a maioria dos alunos, algo que deverá ser bem analisado para que sua implementação seja um sucesso.

Uma observação da situação no cenário micro também exemplifica essa dificuldade. Na escola Adelaide Konder, em Navegantes, foi observado que a implementação do Novo Ensino Médio já está bem encaminhada. Nessa instituição a preferência dos alunos por aprofundarem seus estudos em um itinerário formativo resultou em um empate entre as áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e das Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, ambos com 25% de intencionalidade entre os alunos.

Tanto no macro quanto no micro a área das Linguagens e Suas Tecnologias foi a que teve menor preferência dos estudantes. Na escola Adelaide Konder, apenas 13% dos alunos abordados gostariam de aprofundarem seus estudos neste itinerário formativo.

Entre os professores algumas sugestões ganharam destaque. Os professores ACTs demonstraram grande indignação por não poderem participar das formações continuadas da rede estadual de ensino. Alguns justificaram a falta de conhecimento das principais mudanças do Novo Ensino Médio com este fator.

Outro ponto de destaque foi apresentado pelos professores efetivos, que pediram formações continuadas específicas de seus campos do conhecimento, como era feito em um passado não tão distante. Além disso, foi demonstrado também desinteresse nas formações continuadas via web conferência, por serem “entediantes” e “pouco produtivas”.

De maneira geral, os professores apresentaram pouco conhecimento sobre a reforma do Ensino Médio. As escolas em que a equipe gestora se mostrava mais participativa apresentava melhores índices de informação entre alunos e professores, um dado que talvez possa ter sido ofuscado pela pesquisa.

Com a pesquisa, 46% dos alunos afirmaram que foram consultados sobre a Lei da Reforma do Ensino Médio. Acreditamos que este dado não seja o mais correto, já que há uma grande possibilidade de os alunos terem confundido oficinas sobre a já aprovada reforma do Ensino Médio com uma consulta específica sobre a reformulação do Ensino Médio. As escolas que realizaram frequentes oficinas sobre o Novo Ensino Médio se mostraram um ambiente mais contextualizado sobre o mesmo, sendo uma interessante alternativa para a popularização e divulgação da reforma.

Com o desenvolvimento das atividades do PROESDE no decorrer do ano foram identificados qualidades e defeitos da reforma do Ensino Médio. A base da reforma é muito interessante, desde que não seja prejudicada pela infraestrutura das instituições de ensino da rede pública. A questão de escolha de um único itinerário formativo também parece se mostrar desafiadora.

Toda reforma deste nível de mudança é uma aposta, por mais bem estruturada e planejada que seja. A realidade é que há realmente a necessidade de mudança, e nada melhor que os indivíduos mais afetados por ela participem ativamente desta mudança. Alunos, professores, secretários de educação e acadêmicos em conjunto podem fazer dar certo este importante projeto da educação brasileira. O PROESDE se mostrou programa essencial para a efetivação desta mudança, sendo um dos caminhos mais valiosos na concretização do Novo Ensino Médio no território do estado de Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do relato supracitado, é possível concluir que o programa PROESDE conseguiu atingir grande parte do que se propôs, o incentivo aos acadêmicos para continuarem no seu curso através de bolsas de estudos, às escolas que estão se adequando a nova proposta de ensino médio mostrou o empenho e dedicação da secretaria de estado de educação - SED para conseguir uma educação de qualidade, aos acadêmicos também proporcionou conhecer pessoas de áreas diferentes, aprender sobre as habilidades e competências da BNCC e instiga-los observar o que precisa ser adaptado ou mudado para facilitar a aplicação da proposta curricular.

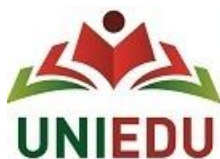
Dentro do estabelecido no início do ano de 2019 as expectativas foram alcançadas, pela organização dos trabalhos e disposição dos professores; pela motivação dos estudantes que se engajaram com o projeto ao estarem presentes durante um sábado inteiro a cada 15 dias; do planejamento feito pela coordenação do PROESDE; e pela qualidade das aulas aplicadas sobre a Base Nacional Comum Curricular, sobre a Proposta Curricular de Santa Catarina, as específicas áreas de ensino das Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Matemática e Linguagens. Também foi possível a realização desse relato, da produção de um Banner que foi exposto no seminário final e o próprio seminário final que foi de uma organização excelente da parte da Univali, universidade sede do seminário estadual em sua edição do ano de 2019.

Conclui-se que foi um ano muito produtivo e cansativo aos envolvidos no programa, mas benéfico e com gosto de querer mais. Foram muitos aprendizados durante essa jornada, sendo um incentivo excepcional aos acadêmicos para se dedicarem ao curso e ao programa, e claro, a entender sobre o processo de transição que o Brasil está passando e como é uma mudança difícil que irá precisar de pessoas com perseverança e esperança, por intermédio de programas como o PROESDE que o governo estadual chegará lá.

Vários momentos ficaram marcados na memória durante este percurso de quase um ano de atividades. É inesquecível o nervosismo existente momentos antes de subir ao palco para apresentarmos as experiências de um projeto que, para além de importante, se mostrou necessário. Sermos os representantes da instituição sede do evento foi uma honra inimaginável até pouco tempo atrás,

reforçado pelo fato de podermos compartilhar alguns dos conhecimentos produzidos com acadêmicos de treze universidades.

Os nossos sinceros agradecimentos aos envolvidos dentro do programa PROESDE: a instituição a qual fazemos parte Universidade do vale do Itajaí - UNIVALI campus Itajaí, a SED pela oportunidade de formação humana e profissional com este curso e a bolsa de estudos através do UNIEDU, e principalmente, aos professores que nos ensinaram e ajudaram na caminhada mediante a aulas ou conversas nos corredores e nos intervalos, sempre diversificando os materiais e as dinâmicas de trabalho para tornar as aulas prazerosas aos envolvidos.



PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INTERPESSOAIS PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL BÁSICA PROFESSORA FRANCISCA ALVES GEVAERD – BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Amanda Pereira Ganz²
Géssica Lopes da Silva³
Laura Soares Demeterko⁴
Sara Geovana de Paula⁵
Thayná Pedroso da Silva Lima⁶
MSc Samara Aparecida da Silva Garcia⁷
MSc Josiane da Luz⁸

RESUMO: O PROESDE é um programa de educação superior voltado para o desenvolvimento regional do governo de Santa Catarina. O objetivo geral deste estudo é propor um curso de capacitação em comunicação e relações interpessoais para jovens do ensino médio da Escola Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd - Balneário Camboriú. Esta pesquisa constitui-se como aplicada, com abordagem mista, com objetivos exploratórios e descritivos, com técnica de pesquisa de campo. Foi utilizado um questionário semi-aberto para coleta de dados referente as percepções dos alunos sobre a Reforma do Ensino Médio e perfil socioeconômico destes. Com relação as percepções, foi possível observar que 89,9% considera a educação técnica e profissional importante; 53,8% afirmam que a formação técnica e profissional é o itinerário formativo de maior preferência; 92,2% acreditam que a escola possa contribuir para o aprimoramento da comunicação e das relações interpessoais dos alunos; 66,4% alunos afirmam possuir dificuldades de se comunicar e/ou de se expressar, ainda que em níveis diferentes. Com relação ao perfil socioeconômico, foi possível observar que 90,7% não possuem emprego; 89,6% reside com os pais e 95,8% reside no município de Balneário Camboriú. A partir dos resultados obtidos foi estruturado um modelo de curso de capacitação em comunicação e

² Estudante da 7ª fase do curso de Fonoaudiologia da Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: amanda_pereira.ganz@hotmail.com.

³ Estudante da 8ª fase do curso de Educação Física Bacharelado da Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail:gessica-lopes@hotmail.com.

⁴ Estudante da 5ª fase do curso de Comércio Exterior da Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: laurademeterko@gmail.com.

⁵ Estudante da 5ª fase do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: sarageovana06@gmail.com.

⁶ Estudante da 9ª fase do curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: thayna-pedroso@hotmail.com.

⁷ Professora orientadora do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional do PROESDE e dos Cursos de Gestão Portuária e Logística da Univali. E-mail: samaras@univali.br.

⁸ Professora orientadora do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional do PROESDE e do Curso de Administração da Univali. E-mail: josiluz@univali.br.

relações interpessoais, a fim de trazer contribuições para os alunos no que tange ao aperfeiçoamento destas, sendo válido ressaltar que esta temática foi percebida pelos alunos como uma situação que é presente e influência na vida social dos mesmos.

Palavras-chave: Educação; Comunicação; Relações Interpessoais.

1 INTRODUÇÃO

O PROESDE é um programa de educação superior para o desenvolvimento regional do governo de Santa Catarina, com atividades voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão que visam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do estado (BRASIL, 2019).

Balneário Camboriú é um município localizado no litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, e é conhecido por suas opções de lazer e entretenimento, sendo o turismo, o setor imobiliário e a construção civil os setores que mais movimentam sua economia (MANNRICH; RUIZ; ANJOS, 2017).

A Escola Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd, localizada no município de Balneário Camboriú, irá aderir ao novo ensino médio, previsto através da reforma aprovada por lei em 2017. Deste modo, o PROESDE pretende contribuir através da elaboração de propostas para o 5º itinerário formativo, referente a formação técnica e profissional. Acredita-se que a inclusão do referido itinerário formativo irá auxiliar os jovens a ingressarem no mercado de trabalho, através de capacitações ofertadas no ensino médio que venham a estimular as habilidades pessoais dos estudantes.

Acredita-se que as aceleradas transformações da globalização marginalizam países e indivíduos menos preparados para tal fenômeno, o que acarreta na desigualdade econômica, tecnológica e social, bem como no elevado índice de desemprego (CAMPOS; CANAVEZES, 2007). A era tecnológica proporcionou aos indivíduos variados meios de comunicação, todavia são, usualmente, utilizados de forma incorreta pelos jovens, o que ocasiona em elevado número de pessoas que não conseguem se expressar adequadamente (MARTINS; FORTES, 2008).

A importância da comunicação está presente não apenas no mercado de trabalho, mas também na vida em sociedade, tendo em vista que não há sociedade sem comunicação, uma vez que é uma necessidade básica do ser humano, exercida, principalmente, no âmbito familiar, escolar e social (BORDENAVE, 2017). Neste

panorama, verifica-se que a escola desempenha fundamental função no desenvolvimento dos jovens, podendo ser um importante meio para aperfeiçoar suas habilidades comunicativas e interpessoais (PRETTE; PRETTE, 1998).

Sendo assim, surge a seguinte questão problema: de que forma um curso de capacitação em comunicação e relações interpessoais pode auxiliar estudantes do ensino médio de Balneário Camboriú em sua formação técnica e profissional? Para responder a esta pergunta, tem como objetivo geral: propor um curso de capacitação em comunicação e relações interpessoais para jovens do ensino médio da Escola Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd - Balneário Camboriú.

Para tal, os objetivos específicos traçados foram: apresentar as percepções sobre a Reforma do ensino médio dos alunos da Escola Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd - Balneário Camboriú; identificar o perfil socioeconômico dos alunos da Escola Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd - Balneário Camboriú; sugerir um modelo de curso de capacitação em comunicação e relações interpessoais para estudantes do ensino médio da Escola Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd - Balneário Camboriú.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Foi utilizado como referencial teórico os seguintes termos: educação, comunicação, relações interpessoais.

2.1 Educação

A educação se manifesta como um trunfo indispensável para que a sociedade tenha a possibilidade de progredir na consolidação dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social (DELORS, 2010). Já se tratando “em sentido amplo a educação designa tudo o que pode ser feito para o desenvolvimento humano e em sentido estrito significa instrução, especialização, habilidade ou formação de hábitos” (VIANNA, 2007, p. 7).

Pode-se verificar, portanto, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo que a Constituição Federal de 1988 assegura tal direito, disciplinando ainda acerca dos princípios norteadores, enquanto que a Lei n. 9394/96 estabelece diretrizes e bases para a educação no Brasil (BRASIL, 1996).

O ensino médio desempenha a importante função de preparar o educando para inserção no mercado de trabalho, além de possibilitar o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos nas etapas anteriores. Diante disto, em razão da fundamental importância do ensino médio, nos últimos anos, foram promovidas diversas mudanças no ensino médio, por meio da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017).

O currículo do ensino médio deverá ser composto pela Base Nacional Comum Curricular, bem como pelos itinerários formativos, sendo estes: Matemáticas e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e Formação Técnica e Profissional. Os itinerários formativos consistem no conjunto de projetos, disciplinas, núcleos de estudo, bem como outras modalidades de trabalho, em que os educandos terão a possibilidade de escolher qual tem o interesse de fazer conforme oferta das redes de ensino (BRASIL, 2018).

Sendo assim, a reforma do ensino médio, com a inclusão dos itinerários formativos, proporcionará aos alunos maiores possibilidades de formação profissional e a consequente inserção no mercado de trabalho, o que tornará o ensino médio mais atrativo.

2.2 Comunicação

Com relação à comunicação, existem diversas conceituações. Bobenrieth (1971) esclarece que a comunicação é o meio pelo qual se unifica uma atividade organizada é a transferência de informações, sendo ainda o intercâmbio de fatos, opiniões, ideias e emoções. Segundo James Taylor (2005, p. 215, apud KUNSCH, 2006, p. 3) a “comunicação não é mais descrita como transmissão de mensagens ou conhecimento, mas como uma atividade prática que tem como resultado a formação de relacionamento”.

Neste contexto, verifica-se que a comunicação desempenha funções indispensáveis à existência do homem, sendo elas: a informação, persuasão e motivação, educação, socialização e distração. Acrescenta ainda as finalidades essenciais da comunicação, quais sejam, “influenciar outros indivíduos, expressar sentimentos ou emoções e receber, pedir, dar ou trocar informações” (RAMSTHALER, 2004, p. 4).

2.3 Relações Interpessoais

Com relação às relações interpessoais, estas ocorrem quando se estabelece um relacionamento entre duas ou mais pessoas (BRASIL, 2011). Ademais, Cuzin (2008) destaca que quando se fala do homem enquanto ser humano, fala-se de indivíduo que vive em uma sociedade. Em decorrência, essa individualidade está diretamente ligada às relações interpessoais, seja no âmbito familiar, no trabalho, escola, casamento ou ainda, na vida em sociedade.

Dentre as principais características da relação interpessoal destaca-se o fato de que “ela é evolutiva, e quase sempre negociável: a interação é um processo dinâmico, no qual nada está definitivamente determinado no princípio nem é fixado de uma vez por todas” (CHARAUDEAU; MAINGHENEAU, 2004, p. 428).

Com a evolução constante dos processos de comunicação e relações interpessoais, a sociedade contemporânea vivencia um processo intenso de globalização. Segundo Waters (1999), este fenômeno pode ser definido como um processo social por meio do qual se reduzem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que a globalização une, também separa, divide e exclui, isto pois, juntamente ao sistema capitalista ao qual está intrinsecamente ligada, as aceleradas transformações da globalização marginalizam países e indivíduos menos preparados para tal fenômeno, o que acarreta na desigualdade econômica, tecnológica e social, bem como no elevado índice de desemprego (CAMPOS; CANAVEZES, 2007).

A era tecnológica proporcionou aos indivíduos variados meios de comunicação, todavia são, usualmente, utilizados de forma incorreta pelos jovens, o que ocasiona em elevado número de pessoas que não conseguem se expressar adequadamente, principalmente em razão da timidez, medo de falar em público, ansiedade, nervosismo, vícios de linguagem e prolixidade (MARTINS; FORTES, 2008).

Neste panorama, verifica-se que a escola desempenha fundamental função no desenvolvimento dos jovens, podendo ser um importante meio para aperfeiçoar suas habilidades comunicativas e interpessoais, sendo que estas habilidades podem proporcionar maiores chances de inserção no mercado de trabalho.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa constitui-se como aplicada, com abordagem mista, com objetivos exploratórios e descritivos, com técnica de pesquisa de campo. A amostra foi composta de 119 alunos escolhidos por amostra não probabilística intencional. Para coleta de dados foi utilizado um questionário semi-aberto. As respostas foram analisadas a partir de estatística descritiva e apresentadas conforme a ordem das questões presentes no questionário aplicado. A partir disto, foi construído um modelo de curso de capacitação em comunicação e relações interpessoais, baseado em modelos de cursos já existentes referentes as áreas supracitadas.

Os principais objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU almejados nesta pesquisa são os ODS 4 (educação de qualidade); ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 10 (redução das desigualdades), com destaque para as metas 4.3, 4.4, 8.5, 8.6⁹ (BRASIL, 2015).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com relação aos resultados alcançados nesta pesquisa acerca das percepções sobre o ensino médio de alunos da Escola Estadual Básica Francisca Alves Gevaerd foi possível observar que 61,3% dos alunos afirmaram estar sabendo sobre a Reforma do Ensino médio, enquanto 38,7% afirmaram não estarem sabendo; 49,6% dos alunos afirmaram conhecer pouco sobre as mudanças que ocorrerão no ensino médio, seguido pelas opções “médio” (22,7%), “nada” (15,1%), “bem” (10,1%) e “muito bem” (2,5%); dentre aqueles que afirmaram ter conhecimento sobre a Reforma do Ensino Médio, os principais canais que estes tomaram conhecimento foi a própria escola (47%), seguido pela opção “internet” (18,4%).

⁹ “4.3. Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.”

“4.4. Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.”

“8.5. Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.”

“8.6. Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.”

A maioria dos alunos (89,9%) considera a educação técnica e profissional importante; sendo que 49,5% não respondeu porque, 12,6% afirmou ser importante em função de trazer uma preparação para o mercado de trabalho, 11,7% afirmou trazer conhecimento e 11,7% afirmou preparar para o futuro. Quando questionados sobre as possíveis contribuições do ensino médio integrado à educação profissional para o desenvolvimento pessoal, as opções de maior destaque foram a 1 e 3, onde 73,7% assinalaram a opção 1 (Vai ajudar no entendimento para minha carreira profissional), e 67,8% a opção 3 (Base para o mercado de trabalho).

Com relação ao itinerário formativo de maior preferência, 53,8% dos alunos afirmaram ser o de formação técnica e profissional, seguido pelo itinerário referente as ciências humanas e sociais aplicadas (35%), linguagens e suas tecnologias (29,9%), ciências da natureza e suas tecnologias (24,8%) e matemática e suas tecnologias (23,9%). Estes resultados apontam que a inclusão da formação técnica e profissional no ensino médio é uma decisão que vai de encontro com as preferências dos alunos, dando credibilidade também ao referente projeto, que se trata especificamente de uma proposta de implementação para o quinto itinerário formativo, relacionado a formação técnica e profissional.

Sobre dar continuidade nos estudos, 60,2% pretendem ingressar em cursos de graduação, sendo que 35,6% pretendem ingressar em uma instituição de ensino superior público e 24,6% em ensino superior privado, seguido pela opção de ingresso em cursos técnicos profissionalizantes (23,7%). Quando questionados sobre áreas os cursos de graduação de maior pretensão, as respostas obtidas com maior expressividade foram: 1- administração (29,1%); 2- fotografia, marketing e educação física (28,2%); 3- psicologia (27,4%); 4- direito (24,8%); 5- Ciências da computação e turismo e hotelaria (23,1%).

Sobre as potencialidades do município de Balneário Camboriú, a maior parte dos alunos teve preferência pela área do turismo (66,4%), seguido pela área do lazer (33,6%) e pela área do setor imobiliário (20,9%). Estes resultados possuem relação com as opções de curso mais assinaladas, como fotografia, marketing, educação física e turismo e hotelaria, que perpassam pelas áreas de turismo e lazer, algo bastante positivo para Balneário Camboriú, visto que as expectativas profissionais dos alunos podem ser estimuladas e desenvolvidas dentro das possibilidades que o município oferece. É válido ressaltar que as opções de resposta foram pré-

estabelecidas pesquisadoras, mediante pesquisa prévia acerca das potencialidades do município de Balneário Camboriú.

Quando questionados sobre o interesse em exercer a profissão de professor a maior parte dos alunos (74,8%) respondeu que não gostaria de exercer a profissão de professor, em contrapartida, 25,2% afirmaram possuir interesse em exercer a profissão. Dentre aqueles que afirmaram ter interesse em exercer a profissão de professor, as áreas de maior destaque foram matemática, física ou química (10,9%) e educação física (7,5%). Foi possível observar que existe um interesse por parte dos alunos em disciplinas de áreas exatas, o que é um fato positivo, visto que há uma escassez de profissionais nestas áreas de atuação.

Ademais, grande maioria dos alunos (92,2%) acreditam que a escola possa contribuir para o aprimoramento da comunicação e das relações interpessoais dos alunos, ademais, quando questionados sobre sofrer ou já ter sofrido alguma dificuldade de se comunicar e/ou de se expressar, 35,3% dos alunos afirmam sofrer um pouco de dificuldade, 31,1% afirmam sofrer dificuldade, e 33,6% afirmam não sofrer dificuldade. Com relação àqueles que afirmaram sofrer dificuldade de se comunicar e/ou de se expressar, os locais e as situações de maior destaque na escola em apresentações de trabalho (72,2%) e com desconhecidos (54,4%).

O fato de mais da metade dos alunos afirmar possuir dificuldades relacionadas a comunicação e relações interpessoais evidencia a relevância do presente projeto, e também dá indicações de que a proposta deste projeto vai ao encontro de uma das diversas necessidades dos alunos observadas mediante aplicação do questionário, referido instrumento de coleta de dados.

Com relação aos resultados alcançados nesta pesquisa acerca do perfil socioeconômico dos alunos observa-se que, a maior parte dos alunos possui 16 anos (36,9%), seguido das idades de 17 anos (29,4%), 15 anos (16,8%), 18 anos (15,1%) e 19 anos (0,8%). A maior parte dos alunos estão matriculados no 1º ano do ensino médio (47,1%), seguido pelo segundo ano (37%) e pelo terceiro ano (16%). Com relação ao gênero, 50,8% dos alunos são do gênero feminino e 49,2% do gênero masculino.

A grande maioria dos alunos (95,8%) reside no município de Balneário Camboriú, seguido pelas opções "Itapema" (3,4%) e "Camboriú" (0,8%), onde 43,2% dos alunos vem para a escola de carro com família, seguido pelas opções "bicicleta" (21,2%), "pedestre" (19,5%), "ônibus" (9,3%), "motocicleta" (3,4%) e "carro (carona)"

(2,5%). Sobre a renda familiar, 27,7% dos alunos não sabem a sua renda familiar aproximada, seguido das opções de renda 2.001,00 a 3.000,00 reais (22,7%), acima de 3.000,00 reais (20,2%), 1.001,00 a 2.000,00 reais (19,3%) e até 1.000,00 reais (10,1%).

Referente ao rendimento escolar, 48,7% dos alunos consideram seu rendimento escolar regular, seguido pelas opções “bom” (35%), “muito bom (9,4%) e “ruim” (6,8%). Quando questionados sobre o tempo de estudo fora da sala de aula, 44,1% dos alunos afirmam estudar menos de uma hora por dia, seguido pela opções “de 1 a 2 horas” (26,3%), “não estudo nenhuma hora” (15,3%), “de 3 a 4 horas” (6,8%), “de 5 a 8 horas” (4,2%) e “mais de 9 horas (3,4%). Em função dos alunos estudarem em modalidade integral de ensino, passando dois períodos do dia na escola, talvez realizem a maior parte de suas atividades e estudos no referido local, justificando a quantidade baixa de horas de estudo fora do período de aula.

Referente ao vínculo empregatício, a grande maioria dos alunos (90,7%) não possuem emprego, sendo que 44,5% destes estão à procura. A grande maioria dos alunos (89,6%) reside com os pais, seguido pelas opções “avós” (6,1%) e “outros” (4,3%). Sobre as coisas que os alunos fazem nas horas vagas, a grande maioria (81,4%) assinalou a opção “internet”, seguido pelas opções “jogo” (37,3%), “pratico algum esporte” (36,4%), “outros” (33,1%), “televisão” (33,1%), “leitura” (28,8%), “atividades ao ar livre” (21,2%), “vou em eventos culturais – cinema, show, teatro” (16,1%) e “estudo” (15,3%).

5 PROPOSTA PARA O QUINTO ITINERÁRIO FORMATIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO

A partir das respostas obtidas mediante aplicação do questionário com os alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd, foi elaborado um modelo de curso de capacitação em comunicação e relações interpessoais como proposta para o itinerário formativo de educação técnica e profissional, referente à Reforma do Ensino Médio.

O curso é dividido em 4 blocos temáticos, com carga horária, objetivos e ementa estabelecidos pelas autoras da pesquisa, a partir da leitura acerca do conteúdo de alguns cursos ofertados pelo Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná (CIEE/PR, 2019). Os cursos foram escolhidos em função da similaridade de

objetivos com relação ao presente projeto (preparação profissional de jovens) relacionados aos temas comunicação e relacionamento interpessoal.

O bloco temático 1 é composto por comunicação, linguagem e oratória, com carga horária de 140 a 180 horas anuais, possui como objetivo promover estratégias de facilitação da comunicação e da técnica de fala, com ementa baseada em estratégias de comunicação verbal; exercícios de leitura em voz alta e apresentação; interpretação de texto; diminuição de vícios de linguagem; exercícios para diminuição dos vícios de linguagem e melhora da dicção; bem como contação de histórias.

O bloco temático 2 é composto por relacionamento interpessoal, com carga horária de 140 a 180 horas anuais, possui como objetivo estimular o convívio em grupo a partir de situações que exercitem a colaboração, com ementa baseada em trabalhos em equipe (práticos e teóricos); exercícios de reconhecimento das potencialidades de cada um; resolução de problemas em grupo; práticas de improvisação; bem como técnicas de observação corporal.

O bloco temático 3 é composto por postura profissional, com carga horária de 140 a 180 horas anuais, possui o objetivo de contribuir com a inserção no mercado de trabalho a partir de exercícios de apresentação pessoal, postura e comportamento voltados para a atuação profissional, com ementa baseada em exercícios de controle da respiração; exercícios de observação/avaliação dos vícios corporais; exercícios de identificação de perfis de comportamento; simulações de entrevista de emprego; bem como dicas de apresentação pessoal e profissional.

O bloco temático 4 é composto por atividades artísticas, com carga horária de 140 a 180 horas anuais, possui o objetivo de estimular a expressividade, a comunicação não verbal e a criatividade, com ementa baseada em práticas de teatro, música, dança e pintura.

As aulas referentes aos blocos temáticos de comunicação, linguagem e oratória, bem como referentes aos blocos de relações interpessoais e postura profissional, podem ser ministradas e as disciplinas por profissionais em áreas de comunicação, como fonoaudiologia, jornalismo, administração, podendo atuar, em conjunto, graduandos das respectivas áreas de formação, a partir de estágios obrigatórios vinculados aos respectivos cursos de graduação, bem como estágios não obrigatórios.

As aulas referentes ao bloco temático de atividades artísticas podem ser ministradas por profissionais de áreas referentes as manifestações corporais, como

profissionais de educação física, de artes cênicas, de música e de dança, podendo atuar, em conjunto, graduandos das respectivas áreas de formação, a partir de estágios obrigatórios vinculados aos respectivos cursos de graduação, bem como estágios não obrigatórios. Vale ressaltar a possibilidade de contratação de pessoas que trabalhem nas respectivas áreas de interesse que não necessitam de formação acadêmica para exercício da profissão (ex.: dança, teatro, etc.).

Como meio de viabilizar a aplicação do curso proposto, faz-se necessário estabelecer parcerias, podendo ser públicas e/ou privadas, de modo que possibilite a adequada aplicação do curso proposto, tendo em vista que a referida medida proporcionará profissionais qualificados para cada disciplina a ser ministrada, otimizando o aprendizado dos estudantes. Além disso, a realização de parcerias poderá proporcionar a redução das despesas orçamentárias.

Uma das possíveis parcerias sugeridas seria a Universidade do Vale do Itajaí, em função de dispor de diversos cursos de graduação com professores amplamente qualificados. Os graduandos também poderiam auxiliar nas aulas, a fim de contabilizar horas complementares para os seus respectivos cursos. O Programa UNIEDU também seria uma possibilidade de parceria, visto que este dispõe da bolsa do art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, sendo essa destinada aos alunos economicamente carentes e que estejam matriculados em um curso de graduação, os quais devem desenvolver 20 horas semestrais em projetos sociais (UNIVALI, 2019).

Outros possíveis parceiros seriam o SENAC e o SENAI, onde os profissionais que atuam em cursos destas instituições que se relacionam com as temáticas do modelo de curso proposto neste projeto poderiam estar ministrando aulas.

Ademais, a Fundação Cultural de Balneário Camboriú também poderia contribuir, em função de dispor de uma agenda com variados tipos de eventos, dentre os quais destacam as oficinas de música, teatro e dança. Possibilitando o desenvolvimento de dinâmicas e aulas referentes ao bloco temático denominado Atividades Artísticas.

6 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que este projeto atendeu aos três objetivos específicos que se propôs, a partir da apresentação das percepções dos alunos da Escola

Estadual Básica Professora Francisca Alves Gevaerd sobre a Reforma do ensino médio; da identificação do perfil socioeconômico dos alunos da referente escola, bem como a partir da sugestão de um modelo de curso de capacitação em comunicação e relações interpessoais, atendendo, por conseguinte, ao objetivo geral da pesquisa.

As respostas obtidas em relação as questões voltadas para o tema comunicação e relações interpessoais expressaram a importância do curso proposto pelas pesquisadoras, em função 66,4% alunos afirmar possuir dificuldades de se comunicar e/ou de se expressar. Além disto, 92,2% dos alunos acreditam que a escola possa contribuir para o aprimoramento da comunicação e das relações interpessoais destes, abrindo, deste modo, uma possibilidade para que o curso proposto faça parte do itinerário formativo voltado para a formação técnica e profissional, como uma prática que vise atender a algumas necessidades que os alunos possuem, percebidas pelos mesmos.

Concomitantemente, o referente projeto torna-se relevante à medida que visa contribuir para o alcance de três metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, sendo estas a meta 4, referente à educação; a meta 8, referente ao trabalho e crescimento econômico; e a meta 10, referente às desigualdades sociais, situados na Agenda 2030, um importante documento que serve como norteador para a constituição de uma base sólida para o desenvolvimento sustentável para os países que compõem a ONU.

Com relação a relevância pessoal Programa PROESDE, as acadêmicas acreditam que o conhecimento adquirido a partir da elaboração do referente projeto durante o ano, bem como as disciplinas do curso de extensão PROESDE forneceu experiências coletivas enriquecedoras, a partir das trocas de saberes realizadas por acadêmicos de diferentes cursos e áreas de conhecimento, permitindo o encontro de diferentes ideias, visões de mundo e também de conhecimento, contribuindo significativamente para a formação da cidadania dos acadêmicos participantes.

REFERÊNCIAS

BOBENRIETH, M. A. **Comunicação no Hospital**. Rev. Paul. Hosp. v. 19, n. 5, 1971.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação**. Brasiliense, 2017.

BRASIL. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

_____. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Educação. Curso Técnico em Secretaria Escolar: **Relações Interpessoais**. 2011. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2011/10/secretaria_escolar_relacoes_interpessoais.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Novo Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 19 set. 2019.

_____. Governo do Estado de Santa Catarina. **Programa de Educação Superior Para o Desenvolvimento Regional – Proesde Desenvolvimento – Regulamento**. Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis, 2019. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/images/legislacao/Regulamento%20PROESDE%20Desenvolvimento%202019.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CAMPOS, L.; CANAVEZES, S. **Introdução à Globalização**. Lisboa: Instituto Bento Jesus Caraça, 2007.

CHARAUDEAU, P.; MAINGHENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Editora Contexto, 2004, 555 p.

CIEE/PR. Centro de Integração Empresa-escola do Paraná. **Programação de cursos livres (gratuitos) – 2019**. 2019. Disponível em: <<https://autoweb.cieepr.org.br/AutoWeb/Estudante/CursoLivre/frmEmentalImprimir.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2019.

CUZIN, M. I. **As relações interpessoais a luz do psicodrama**. 2008. 389 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252067>>. Acesso em: 18 set. 2019.

DELORS, J. **Educação, um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI. Ed. Faber Castel. Brasília, jul, 2010. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por> Acesso em: 18 set. 2019.

MANNRICH, E. W.; RUIZ, T. C. D.; ANJOS, F. A. **A Competitividade de Destinos Turísticos: O Caso de Balneário Camboriú - Santa Catarina – Brasil/1**. Revista **Ritur**, Itatiaia, v. 7, n. 2, p.121-139, 2017. Disponível em: <www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/download/3400/2655>. Acesso em: 08 jun. 2019.

MARTINS, M.; FORTES, W. **A expressividade da comunicação oral e sua influência no meio corporativo**. In: *Communicare – revista de pesquisa*. v.8, n.2. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2008.

PRETTE, Z. A. P. D.; PRETTE, A. D. **Desenvolvimento interpessoal e educação escolar: o enfoque das habilidades sociais**. *Temas em psicologia*, v. 6, n. 3, p. 205-215, 1998. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v6n3/v6n3a05.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

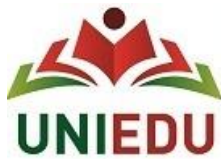
RAMSTHALER, A. L. **Comunicação e Relação interpessoal**. Programa Permanente de Capacitação de Pessoal - PPCAP. Brasília: CESPE, 2004. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/colaboradores/Chefes_Fiscais_04_1/arquivos/APOSTILA_COMUN_E_RELAC_INTERPESS.PDF>. Acesso em: 05 out. 2019.

TAYLOR, J. R. Engaging organization through worldview. In: MAY, S.; MUMBY, D. K. (Ed.) *Engaging organizational communication theory and perspectives: multiple perspectives*. Thousand Oaks: Sage, 2005. In: KUNSCH, M. M. K. **Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas. Faces da cultura e da comunicação organizacional**, v. 2, 2006. Disponível em: <professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/11868/material/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20organizacional%20conceitos%20e%20dimens%C3%B5es%20dos%20estudos%20e%20das%20pr%C3%A1ticas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

UNIVALI. **Bolsa Artigo 170 da Constituição Estadual – UNIEDU**. 2019. Disponível em: <<https://www.univali.br/vida-no-campus/bolsas-e-financiamentos/bolsa-artigo-170-da-constituicao-estadual/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

VIANNA, C. E. S. **Educação Inclusiva na Constituição Federal de 1988: Uma questão Ética e Jurídica**. Mestrado em Direito, 2007. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <tede2.pucsp.br/bitstream/handle/7648/1/Carlos%20Eduardo%20Souza%20Vianna.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

WATERS, M. **Globalização**. Oeiras: Celta, 1999.



BNCC – ITINERÁRIOS FORMATIVOS – FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL ENTENDENDO O PROCESSO E PESQUISANDO O CONTEXTO EM QUE VIVEMOS

Amanda Benedet¹⁰
Barbara Elias da Silva¹¹
Bianca Bez Batti Leiria¹²
Bianca Daniel de Souza¹³
Bruna Roldão da Silva¹⁴
Carla Damásio Martins¹⁵
Diuly Alves Batista¹⁶
Eduarda Fraga Olivo¹⁷
Evilyn da Silva Paulo¹⁸
Francisco de Jesus Simba Buangi¹⁹
Gabriela Castanha Delfino²⁰
Isabel Cristina de Oliveira²¹
Jessica Esteves²²

¹⁰ Acadêmica em Fisioterapia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC amandabenedet2009@hotmail.com;

¹¹ Acadêmica em Fisioterapia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC barbara.e.silva@hotmail.com;

¹² Acadêmica em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC biancabezbatti@yahoo.com.br;

¹³ Acadêmica em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC bianca_niel-arau@hotmail

¹⁴ Acadêmica em Nutrição pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC sroldaobruna@gmail.com

¹⁵ Acadêmica em Nutrição pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC carlamartins50@hotmail.com;

¹⁶ Acadêmica em Fisioterapia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC Diuly_98@hotmail.com;

¹⁷ Acadêmica em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC duda_f.olivo@hotmail.com;

¹⁹ Acadêmico em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC franciscobuangi1@hotmail.com;

²⁰ Acadêmica em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC gabycastanha555@gmail.com;

²¹ Acadêmica em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC beloliveira16@hotmail.com;

²² Acadêmica em Psicologia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC jessicaesteves.je13@gmail.com

João Bembele Barros Ngoma²³
Kassia Barbosa²⁴
Kethleen Martins Garcia²⁵
Luana Cardoso²⁶
Mariana Matos Scheffer²⁷
Mariani Fernandes Ranakoski²⁸
Mauricio Rodrigues Montini²⁹
Mylena Euzébio Lazzarin³⁰
Pedro Henrique Scandolara da Silva³¹
Tayná Favaro Casteller³²
Professora Orientadora: Cristiane Dias³³

²³ Acadêmico em Ciências da Computação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC bembelengoma@hotmail.com;

²⁴ Acadêmica em Nutrição pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC kassiazinhabarbosa@gmail.com;

²⁵ Acadêmica em Desing de Produto pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC kethleendesigner@gmail.com;

²⁶ Acadêmica em Administração e Comércio Exterior pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC luanacardosoagassi@gmail.com;

²⁷ Acadêmica em Administração pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC maryschefferpk@gmail.com;

²⁸ Acadêmica em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC mariani.ranakoski@gmail.com;

²⁹ Acadêmico em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC mauricio123montini@gmail.com;

³⁰ Acadêmica em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC mylenaeuzebio1402@gmail.com;

³¹ Acadêmico em Engenharia Civil pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC pedrohss97@hotmail.com

³² Acadêmica em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC taycasteller@outlook.com;

³³ Coordenadora do Programa de Bolsas PROESDE Desenvolvimento UNIEDU/UNESC cris.dias@unesc.net

RESUMO: Se tratando da inserção no mercado de trabalho é imprescindível que os jovens formados no Ensino Médio tenham conhecimento que o uso de ferramentas tecnológicas que parecem simples e acessíveis para todos, muitas vezes não são. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. O objetivo geral do projeto dos acadêmicos do PROESDE Desenvolvimento foi identificar as dificuldades que os jovens enfrentam com o uso da ferramenta pacote office no ensino médio e graduação, proporcionar a eles o acesso à tecnologia de forma objetiva e específica. A metodologia consiste em uma pesquisa quantitativa com caráter descritivo por amostragem (LAKATOS; MARCONI, 2007). Referente aos meios de investigação a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e de campo. A coleta de dados foi aplicada com 9 cursos de graduação da UNESC, contendo 246 respostas para análise. Quanto aos dados obtidos na pesquisa constata-se que grande maioria no ensino médio teve a necessidade de realizar cursos específicos para obter o entendimento da ferramenta do pacote office, seguido de pouco uso do mesmo. Já na Graduação, tiveram pouca dificuldade no Excel, e nenhuma dificuldade no Word e Power point. Porém, sendo de uso diário em alguns cursos, o Excel obteve número significativo na dificuldade. Com isso conclui-se que há necessidade de ambientes e infraestrutura adequada no ensino médio, para que estes jovens possam ter acesso a esta tecnologia dita simples e evolução do mundo global.

Palavras chaves: Mercado de trabalho. BNCC. Pacote Office.

INTRODUÇÃO

No contexto da educação básica no Brasil, a formação profissional sempre foi pauta de discussão, dada a dinâmica imposta ao modelo que se estabeleceu desde seu surgimento. Esse modelo se estabeleceu em virtude das demandas que surgiram com os movimentos instalados para a constituição do segmento educacional no Brasil, ao final dos anos de 1880. As primeiras iniciativas à fundação da educação superior, embora influenciadas por modelos estrangeiros, foram bem-sucedidas em abarcar problemáticas do cenário social brasileiro, de modo que fosse possível aproveitar a construção deste modelo para aprofundar a discussão dos problemas sociais que envolviam o desenvolvimento de uma nação em desenvolvimento (CÁSSIO, 2018).

A BNCC é, acima de tudo, uma política de centralização curricular. Define os objetivos de aprendizagem, denominados “direitos de aprendizagem” que devem orientar o trabalho pedagógico em todas as escolas brasileiras e em todas as etapas da educação básica, sendo da educação infantil ao ensino médio. Obrigatória com repercussão nacional a Base tem implicações diretas nas políticas estatais de compra e distribuição de materiais didáticos, de formação inicial e continuada de professores, além de influir nas avaliações em larga escala (CÁSSIO, 2018).

A Lei que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral altera o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece, com relação ao currículo do Ensino Médio, que “será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares” (CASAGRANDE; ALONSO; SILVA, 2019).

Na apresentação do documento inerente à BNCC, o então ministro da Educação à época, Mendonça Filho, afirmou que tal base curricular está prevista nas principais legislações brasileiras, que tratam da educação, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e o Plano Nacional de Educação, de 2014, sendo que o documento expressaria o “compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes” (CASAGRANDE; ALONSO; SILVA, 2019).

Durante os 2 (dois) semestres do corrente ano (2019), os acadêmicos da Universidade do Extremo Sul Catarinense contemplados com a Bolsa PROESDE que objetiva gerar o desenvolvimento regional, receberam o desafio de estudar a BNCC e identificar as deficiências do Ensino Médio nas escolas públicas, desta forma foram desenvolvidas pesquisas com o auxílio de professores especializados na área de pesquisas, empreendedorismo e professores da Rede Pública que trouxeram suas experiências de sala de aula para contribuir com os estudos dos acadêmicos.

Salienta-se que os acadêmicos contemplados advém de cursos superiores e fases totalmente distintas, o que torna mais próximo entender a realidade do aluno da rede pública de ensino, as dificuldades que possuem durante o mesmo, e os reflexos que abarcam ao serem inseridos em uma graduação em que será necessário por em prática seu aprendizado.

Ao decorrer deste artigo serão abordados os dados obtidos com as pesquisas, trazendo ao conhecimento do estado e da população como um todo as necessidades dos alunos da Rede Pública, que não possuem acesso a todas as ferramentas necessárias para uma melhor inclusão ao mercado de trabalho e desenvolvimento pessoal assim que são formados no Ensino Médio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No que diz respeito aos conteúdos escolares, Saviani ressalta que se trata, em educação, de distinguir o que é essencial e secundário, o fundamental e o acessório, observação que instaura na pedagogia histórico-crítica a noção de clássico, que “[...] não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial” (SAVIANI, 2000). Na escola, segundo o autor, clássico é transmissão-apropriação do saber sistematizado. Considerando que o papel da escola consiste na socialização do saber sistematizado, suas atividades devem ser planejadas tendo este referencial como ponto de partida (SAVIANI, 2000).

A educação é processo de ensino e aprendizagem dos saberes socialmente necessários para a vida em sociedade. Sua origem se confunde com a do próprio ser humano. Este, se distingue dos demais animais pois, fundamentalmente, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem necessidade de adaptar a natureza a si. Neste processo de transformação da natureza por meio do trabalho, o ser humano se humaniza, constitui sua existência, aprende, ensina e produz cultura. Assim, sua formação ocorre nesse processo de produção e reprodução da cultura. E nestas bases, a produção do conhecimento e a educação não estão separados da forma como se constitui a sociedade. São, portanto, historicamente produzidos (MARSIGLIA; PINA; MACHADO, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular foi uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2012) de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Com efeito, a BNCC começa a ser formulada no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma. Em seu processo de produção e organização, reúne membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum (MARSIGLIA; PINA; MACHADO, 2017).

Nosella (2015) afirma ser um equívoco considerar o Ensino Médio como uma fase intermediária entre o Ensino Fundamental e a universidade ou o mercado, pois na sua concepção é “a fase escolar estratégica do sistema escolar e do processo de democratização e modernização de uma nação”. Como exemplo de sua importância, o autor cita a reforma empreendida na França, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, no qual se priorizou essa etapa, valorizando sobremaneira os docentes que nela atuavam.

Sendo a BNCC um documento de caráter normativo, norteadora do conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem essenciais, é necessário estabelecer por meio de políticas públicas a regularização deste meio, visto que ao interligar os acadêmicos de curso superior, em conjunto com os alunos da rede pública, é possível trilhar um novo olhar sobre quais as dificuldades que estes encontraram ou vieram a encontrar, ao adentrar em uma graduação, para poder corrigir e melhorar o currículo das instituições de ensino.

Ademais, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), é a BNCC que deve conduzir os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas.

Os projetos de extensão universitária são também uma forma de professores e alunos vivenciarem na prática elementos de suas áreas de atuação. A extensão universitária deve ser formada por professores e alunos. O importante é sempre ressaltar que a extensão universitária não é um “assistencialismo” à sociedade, mas uma forma de integrar, de ampliar visões, de trocas de experiência; e, assim, forma o tripé universitário juntamente com o ensino e a pesquisa. Para mais, além de fomentar projetos e programas de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social.

Além das atividades em campo, é esperado que as universidades cobrem a participação acadêmica dos grupos de extensão, o que acontece na forma de trabalhos acadêmicos. Então, para agilizar a produção desses textos dentro das normas ABNT, uma ferramenta de edição de textos especializada que conta com tudo que você precisa.

O projeto de extensão PROESDE insere-se nesse meio por compor atividades acadêmicas de pesquisa e extensão que visam complementar e ampliar os conhecimentos sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação dos acadêmicos, que deva contribuir para uma educação brasileira com formação humana integral, construindo deste modo uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

PROCEDIMENTOS METODÓDICOS

A pesquisa pode ser entendida como a procura sistemática da dissolução de um problema ainda não resolvido ou resolvível, considerando várias opções (BOAVENTURA, 2014). O autor ainda relata que as pesquisas são classificadas com base em objetivos, podendo ser eles: exploratórias, descritivas e explicativas. Este trabalho tem caráter descritivo por amostragem. Tem uma abordagem quantitativa. Lakatos e Marconi (2005), afirmam que a pesquisa quantitativa-descritiva, incide em investigações empíricas, cujo o principal fim é o delineamento ou diagnóstico das características de fatos ou fenômenos, a análise de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Delimitar a pesquisa é definir os limites da investigação, seja através do assunto, extensão e a diversos fatores como, econômicos, humanos ou prazos (LAKATOS; MARCONI, 2007).

A população considerada para a coleta de dados, foram os acadêmicos dos cursos Administração, Ciências Biológicas, Comércio Exterior, Direito, Engenharia Química, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Fisioterapia e Nutrição. A coleta de dados foi realizada com questionário estruturado, com perguntas fechadas, algumas de múltipla escolha e pergunta aberta. A coleta ocorreu no período do segundo semestre de 2019, nas salas de aulas dos alunos que ainda estão cursando. A análise dos dados se deu por meio da categorização das respostas e análise dos percentuais apresentados na coleta. Do total de acadêmicos, foi possível receber 246 respostas para análise.

ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da coleta de dados junto as amostras da percepção dos acadêmicos que cursam na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, nos cursos Administração, Ciências Biológicas, Comércio Exterior, Direito, Engenharia Química, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Fisioterapia e Nutrição. Deste modo, a pesquisa foi aplicada com os mesmos, em forma presencial de questionário estruturado. A quantidade de respostas obtidas foram um total de 246 e serão apresentadas nos próximos capítulos.

1ª Parte – Conhecendo o perfil dos respondentes

Tabela – 1 Curso do acadêmico

Curso do acadêmico	Qt. Cit.	%
Administração	52	21,1%
Ciências Biológicas	22	8,9%
Comércio Exterior	2	0,8%
Direito	43	17,5%
Eng. Química	12	4,9%
Eng.Amb.e Sanitaria	5	2,0%
Engenharia Civil	44	17,9%
Fisioterapia	15	6,1%
Nutrição	51	20,7%
Total	246	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).

Dos 246 respondentes, no questionamento sobre o curso de graduação estava cursando, Administração e Nutrição obtiveram maior número, com 52 acadêmicos, seguidos do curso de Direito e Engenharia civil. Sendo eles com faixa etária entre 16 a 34 anos. Por se tratar de acadêmicos que estão cursando grande maioria a 4ª, 5ª e 6ª fase, percebe-se que estes ingressaram na graduação algum tempo após o término do ensino médio. Tendo 58,1% deles, do gênero masculino, 39,4% feminino e 2,4% LGBTQIA+.

2ª Parte – Tipo de escola que estudou no ensino médio

Tabela 2 - Tipo de escola que estudou no ensino médio

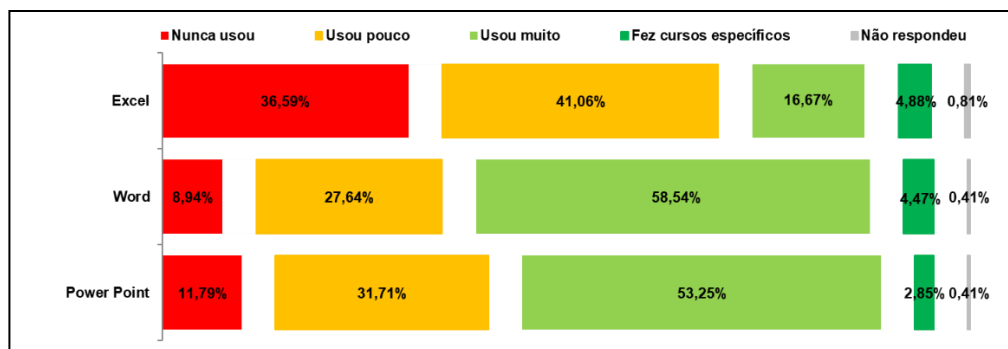
Tipo de escola que estudou no Ensino Médio	Qt. Cit.	%
Todo em escola pública	125	50,8%
Todo em escola privada (particular)	85	34,6%
A maior parte em escola privada (particular)	19	7,7%
A maior parte em escola pública	12	4,9%
Todo no exterior	2	0,8%
Parte no Brasil e parte no exterior	2	0,8%
Não respondeu	1	0,4%
Total	246	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).

Quando questionado o tipo de escolaridade dos acadêmicos, percebe-se que mais da metade, sendo 50,8%, estudou todo ensino médio em escola pública, e 34,6% em escola privada (particular). Já no questionamento posterior, 52,8% dos respondentes, alegaram que não trabalharam durante o ensino médio, e 24,8% alegam que tiveram que trabalhar.

3ª Parte – Identificando o contato com o pacote office no Ensino médio e graduação

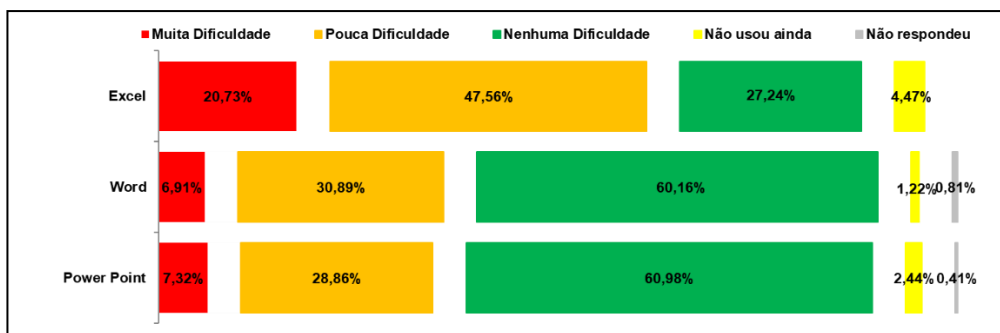
Figura 1 – Pacote office ensino médio



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).

Os dados apresentados demonstram que os acadêmicos fizeram pouco uso ou nunca usaram o pacote office no ensino médio. Onde muitos deles tiveram a necessidade de usufruir desse conhecimento, através de cursos específicos extracurriculares. Com base nesses dados, percebe-se que as escolas não estão adequadas tecnologicamente para o ensino.

Figura 2 – Pacote office na graduação

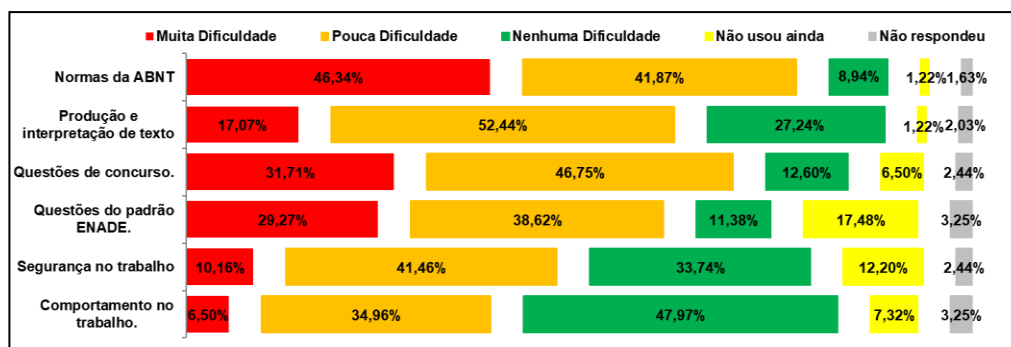


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2019).

Quando questionado o grau de dificuldade desse pacote ao ingressar na graduação, nota-se que maior parte alega não ter tido dificuldades com a tecnologia utilizada. Porém, umas das ferramentas utilizadas, os respondentes apresentam dificuldade, que é o Excel, que é muito utilizado hoje no mercado de trabalho.

No entanto como mostra os percentuais na figura a seguir, observa-se que existe muita dificuldade dos acadêmicos com as Normas da ABNT, questões de concurso e questões no padrão ENADE. Com isso pode-se concluir que no ensino médio, as exigências desses conhecimentos são baixas ou quase nulas, causando um grau maior de dificuldade na graduação.

Figura 3 – Desafios da graduação



Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2019).

CONCLUSÃO

Com objetivo de identificar as dificuldades que os jovens enfrentam com o uso da ferramenta Pacote Office® no ensino médio e graduação, e proporcionar a eles o acesso à tecnologia de forma objetiva e específica, o projeto, realizado no ano de 2019, visou analisar a carência sobre o tema com alunos egressos de diversos cursos da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC e do Colégio CEDUP, Centro de Educação Profissional, de Criciúma.

É possível analisar a necessidade de uma base comum curricular que insira o aluno no mercado de trabalho, capacitando-o inicialmente sobre as tecnologias utilizadas e exigidas na maioria das entrevistas de emprego. E tendo como resultado, uma resposta negativa em ambas escolaridades, ensino médio e graduação, é possível também a análise da necessidade da inserção das bases para um melhor aproveitamento de um curso de nível superior facilitando, assim, a aprendizagem em assuntos aprofundados sobre a área, pois já é de seu conhecimento os níveis básicos do Pacote Office®. Auxiliando na elaboração de tabelas e fórmulas matemáticas no Excel®, e formatação nas normas da ABNT no Word®, por exemplo.

Por fim, quanto à constatação do grau de satisfação dos alunos do Ensino Médio do CEDUP a respeito da proposta e aplicação do projeto, realizado pelo PROESD – Desenvolvimento do ano de 2019, concluiu-se primeiramente a falta de conhecimento sobre os assuntos abordados em nível básico. Em um segundo momento após a explicação metodológica da aula e quando colocaram em prática, a resposta foi que ficaram satisfeitos com a dinâmica proposta. Saíram, assim, com um

conhecimento básico essencial para suas formações, mas que desconheciam, e, cientes da necessidade de tal, manifestaram-se a favor da inserção dos temas na base comum curricular do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2014.

CASAGRANDE, Ana Lara; ALONSO, Katia Morosov; SILVA, Danilo Garcia da. Base nacional comum curricular e Ensino Médio: reflexões à luz da conjuntura contemporânea. *Revista Diálogo Educacional*, [s.l.], v. 19, n. 60, p.327-345, 22 mar. 2019

CÁSSIO, Fernando L. **Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. Retratos da Escola**, [s.l.], v. 12, n. 23, p.239-245, 13 nov. 2018.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

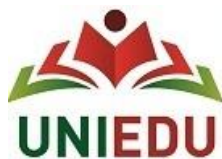
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira. A Base Nacional Comum Curricular: Um Novo Episódio De Esvaziamento Da Escola No Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador**, v. 1, n. 9, p.107-121, abr. 2017.

NOSELLA, P. Ensino Médio unitário ou multiforme? *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n.60, p. 121-142, jan./mar. 2015

SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. Normas e técnicas para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.



IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Dulcemari Vidi da Silva
Edina Cristina Rodrigues Ruaro
Janes Terezinha Cerezer Kohlein
Lucivani Gazzóla
Magali Beatriz Augusto

RESUMO: O relato de experiência refere-se ao trabalho desenvolvido por acadêmicos da Universidade do Oeste de Santa Catarina que participam do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE Licenciatura, orientados pelas professoras supervisoras. A intenção principal foi conhecer o contexto de escolas situadas na mesorregião do Oeste de SC, área de abrangência da UNOESC, e a estrutura física e humana disponível para colaborar no planejamento dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio e as proposições das escolas pesquisadas. A metodologia utilizada baseou-se numa pesquisa que se caracteriza como exploratória, a partir da literatura e pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de um instrumento elaborado, no formato de roteiro, para o levantamento das informações, *in loco*, pelos cursistas. Ao longo do estudo foi possível compreender que o processo de implementação desta nova estrutura de ensino, contribuirá, não somente na construção dos saberes, mas também, na perspectiva do desenvolvimento regional, embora esta definição possa variar de um espaço geográfico e de suas características produtivas. A educação, neste contexto, beneficia a economia de maneira indireta, pois as pessoas instruídas são mais conscientes sobre a cadeia produtiva e, portanto, mais comprometidas com o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Educação. Ensino Médio. Extensão

1 INTRODUÇÃO

Compreender o desenvolvimento regional requer conhecer o contexto histórico, social e cultural do espaço, levando em consideração as perspectivas produtivas locais, as formas de organização social e espacial.

Esta capacidade, que o ser humano deve desenvolver diante do cenário regional consiste, entre outras coisas, em uma chamada de atenção dos sujeitos para fazerem uso das potencialidades de forma consciente e sustentável.

A educação, por sua vez, além de promover o conhecimento, pode estimular no homem, a sensibilidade para perceber, no seu dia a dia, como a organização do

espaço escolar, aliado aos aspectos históricos e geográficos contribuem e favorecem ações conjuntas e eficientes para a promoção regional.

Nesta perspectiva, é de suma importância conhecer como são concebidas as práticas produtivas e sociais e o meio educacional, onde são formados os futuros cidadãos da região em questão.

O desenvolvimento local e regional também é definido pelos elementos do sistema, dentre estes está a questão da atualização dos conhecimentos que devem ter significado e representação social no contexto de nossa sociedade.

Neste sentido, a situação problema, que é objeto de estudo é Qual o contexto de escolas situadas na mesorregião do Oeste de SC, área de abrangência da UNOESC, e a estrutura física e humana disponível para colaborar no planejamento dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio?

O objetivo geral é conhecer o contexto e a estrutura física e humana disponível para colaborar no planejamento dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio. De forma mais focada: Conhecer as características econômicas e sociais da mesorregião do Oeste de SC; Identificar a estrutura física e humana em escolas públicas e Compreender o relacionamento da comunidade com a escola;

A educação pode colaborar no desenvolvimento das competências do sujeito participativo, reflexivo, crítico e capaz de empreender. Estes princípios constituem valores que possibilitam maior qualidade de vida humana e social, além de estimular o princípio da sustentabilidade na economia local.

Neste sentido, é que reside a importância deste trabalho, pois conhecer o contexto regional, pode nortear o planejamento com relação a implementação dos itinerários do Ensino Médio, uma vez que revela as condições e relaciona com as potencialidades regionais.

Com relação a metodologia, utilizou-se a pesquisa que se caracteriza como exploratória, a partir da literatura e pesquisa de campo. Após a definição do roteiro de pesquisa, entrou-se em contato com as Gerências de Educação para definir as escolas em que seriam desenvolvidas a pesquisa. Posteriormente a coleta de dados, os grupos analisaram e produziram o relatório.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

A Unoesc oferta o curso de Extensão Organização Curricular na Educação Básica Catarinense, em São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Capinzal Campos Novos e Videira e 160 acadêmicos vinculados aos cursos de Pedagogia, Educação Física e Música, estiveram envolvidos nas discussões e atividades de pesquisa.

A temática estudada foi a Proposta Curricular de SC, a BNCC e a implantação do Novo Ensino Médio.

2.1 Reflexões acerca do Novo Ensino Médio

O foco central foram as mudanças no ensino médio, a partir de um estudo do governo em que se chegou a conclusão que esta etapa da Educação Básica não vinha atendendo aos anseios e necessidades dos jovens e a BNCC, contempla a inserção dos jovens no mundo do trabalho, com o objetivo de preparar os jovens para os desafios do mundo contemporâneo.

Com essa mudança, as secretarias de educação e as escolas poderão elaborar seus currículos e projetos pedagógicos com autonomia e aplicar técnicas de ensino por meio da interdisciplinaridade e flexibilidade, respeitando a diversidade e as realidades locais. Possibilitará que o jovem possa escolher, em quais áreas do conhecimento quer se aprofundar e formação técnica e profissional que lhe auxilie na inclusão no mercado de trabalho.

O Novo Ensino Médio amplia a carga horária para 3.000 horas totais, garantindo 1.800 horas para a formação geral básica, com os conhecimentos previstos na BNCC, e o restante da jornada para os itinerários formativos, que deverão ser pelo menos dois. As escolas têm até março de 2022 para se adaptar a essa mudança.

A Portaria nº 1.432 de 28 de dezembro de 2018, estabelece os referencias para a elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Esta portaria abrange o predomínio da concepção de competência; Itinerários formativo e/ ou percurso formativo; Aumento de carga horária (tempo integral); Currículo vinculado a avaliações externas Parceria com o sistema privado.

Os itinerários formativos deverão ser organizados por meio de oferta de arranjos curriculares (escola) conforme relevância para o contexto local e a possibilidade do sistema de ensino.

Também é através da “escuta” dos pais e da comunidade para quais itinerários irão oferecer na escola.

Os Eixos estruturantes são:

- Investigação científica;
- Processos criativos;
- Mediação e Intervenção Sociocultural
- Empreendedorismo.

A espinha dorsal do Novo Ensino Médio é o protagonismo juvenil, que estimula o jovem a fazer escolhas, tomar decisões e se responsabilizar por elas. Deste modo, apoia-se o desenvolvimento da autonomia do estudante, acompanhada do senso de responsabilidade que as escolhas sobre o seu futuro exigem. A partir da garantia de aprendizagens essenciais e comuns a todos os estudantes, referenciadas na BNCC, e da oferta de itinerários formativos organizados e estruturados pedagogicamente, o jovem brasileiro poderá escolher, entre diferentes percursos, a formação que mais se ajusta às suas aspirações e aptidões e ao seu projeto de vida.

A PORTARIA nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 estabelece diretrizes para a elaboração dos itinerários formativos conforme as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. Cada itinerário formativo é estabelecido com 1.200 horas sendo obrigatório dois itinerários.

Após a homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, os itinerários formativos ficaram divididos em cinco áreas de conhecimento: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.

Objetivos dos Itinerários Formativos são aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional, consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus projetos de vida; - Promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade e desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais

diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida. (BRASIL, 2010)

Os itinerários formativos deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino. Este terá 4 eixos estruturantes: I) Investigação Científica II) Processos Criativos III) Mediação e intervenção sociocultural (IV) Empreendedorismo.

As escolas podem permitir que o estudante curse mais de um itinerário formativo dentro de seu curso de ensino médio, pode se cursar de forma concomitante ou sequencial. Diversificado de habilidades relevantes para sua formação integral. Cabe às escolas definir a sequência em que os eixos estruturantes serão percorridos e as formas de conexão entre eles, o tipo de organização curricular a ser mobilizado por disciplinas, por oficinas, por unidades/campos temáticos, por projetos, entre outras possibilidades de flexibilização dos currículos no Ensino Médio. Se os Itinerários Formativos terão como foco uma ou mais Áreas de Conhecimento, a combinação de uma Área de Conhecimento com a Formação Técnica e Profissional ou apenas a Formação Técnica e Profissional.

Os estudantes poderão mudar de itinerário formativo ao longo de seu curso, os sistemas de ensino garantirão formas de aproveitamento de estudos realizados com êxito para o estudante em processo de transferência entre instituições ou redes de ensino ou em caso de mudança de itinerário formativo ao longo de seu curso.

Além do estudo dos documentos e reflexões do grupo, os cursistas do Proesde, participaram de reuniões com professores, pais e comunidade, círculos de debates e cursos de formação promovidos pelas escolas, o que possibilitou a compreensão do contexto escolar.

2.2 A pesquisa que desvela o desejo e a realidade do Novo Ensino Médio

A Unoesc desenvolveu atividades do Proesde Licenciatura nos municípios de Campos Novos, Capinzal, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê.

Em cada campi, o grupo de acadêmicos, sob a supervisão de uma professora da instituição, realizou estudos, reflexões e coleta de dados nas escolas com relação a estrutura física, pedagógica e a relação com a comunidade.

As escolas, campos de pesquisa, foram: Escola de Educação Básica Mater Dolorum, município de Capinzal; Escola de Educação Básica Gasparino Zorzi de Campos Novos, Escola de Educação Básica Adelina Regis, do município de Videira; Escola de Educação Básica Romildo Czepanhik, pertencente ao município de Xanxerê e Escola de Educação Básica Professora Cecília Lotin, de Barra Bonita.

O estudo desenvolvido sobre cada uma delas é independente, em função das diferenças e especificidades regionais, e, também, pela dinâmica de cada grupo.

Em se tratando do desejo, a pesquisa contribuiu para conhecer o que a comunidade almeja e compreende que é viável no contexto em que se insere. De forma resumida, seguem as proposições de cada escola pesquisada:

- Escola de Educação Básica Mater Dolorum – Município de Capinzal
- Proposição: Ciências Humanas e Sociais e Formação Técnica e Profissional
- Escola de Educação Básica Gasparino Zorzi - Município de Campos Novos
- Proposição: e Formação Técnica e Profissional
- Escola de Educação Básica Adelina Regis – Videira
- Proposição: Ciências Humanas e Sociais e Formação Técnica e Profissional
- Escola de Educação Básica Romildo Czepanhik – Xanxerê
- Proposição: Formação Técnica e Profissional
- Escola de Educação Básica Professora Cecília Lotin - Barra Bonita

Proposição: Ciências da natureza e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologia

Com relação a realidade, sobretudo da estrutura física, a pesquisa revelou que as escolas apresentam espaços físicos básicos, no entanto são insuficientes para atender as demandas de determinados itinerários formativos, como laboratórios, acervo bibliográfico específico e estações de trabalho. As escolas, no geral, já atuam na base da criatividade, driblando a falta destes recursos, mas nesta proposta de itinerários, não há muito a se inventar o que exigirá do governo do Estado, destinar um aporte financeiro muito maior para as escolas, sob pena do objetivos não serem alcançados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se na educação um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento de um país e sua produtividade é resultado desse conhecimento, eficiência e transformação das técnicas e tecnologias.

Ao concluir este estudo os cursistas puderam compreender que a educação concede poder aos sujeitos e possibilita o progresso regional por meio da eficácia na produção, no aperfeiçoamento e qualificação de forma a atender a demanda regional que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento.

Em cada relatório produzido, é possível compreender os principais anseios da comunidade escolar e, também, as perspectivas para o Novo Ensino Médio.

Para além dos dados coletados e as informações geradas pela pesquisa, os cursistas do Proesde, tiveram a oportunidade de interagir com a comunidade escolar, participar de estudos, cursos de formação e aprofundar o conhecimento acerca da educação. A experiência adquirida é superior a qualquer outro benefício, já que os aproxima do campo profissional e da sua realidade.

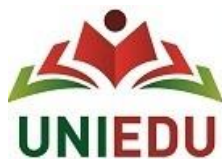
5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasil: Mec, 2017. 468 p. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2019.

SANTA CATARINA, Governo do Estado de. Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030. Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-de-desenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>. Acesso em 07/11/2019.

SANTA CATARINA, Governo do Estado de. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. 2014. p. 190. Disponível em: <www.propostacurricular.sed.sc.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2019.

FIESC. **Santa Catarina em dados – 2017**. Disponível em: https://www.observatoriofiesc.com.br/estudos-e-pesquisas?_ga=2.262557896.579423908.1573146653-1373868404.1573146653. Acesso em 07/11/2019.



UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: relato das atividades do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional na UNOESC em 2019

Tania Maria Dos Santos Nodari³⁴
Paulo Ricardo Bavaresco³⁵
Idiane Manica Radaelli³⁶
Eliane M De Carli³⁷

RESUMO: O Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional se insere no contexto do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional PROESDE. O Programa consiste num conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao processo de desenvolvimento socioeconômico das áreas de abrangência das Universidades Comunitárias de SC e pertencentes ao Sistema ACADE e idealizado pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. A carga horária do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional é de 200 horas e contempla componentes curriculares, abrangendo as dimensões do desenvolvimento sustentado (social, ambiental, econômica, cultural, espacial e política) além de dois Seminários Regionais, visitas técnicas e um Seminário Estadual. As vagas são destinadas a alunos oriundos de cursos de graduação estipulados pelo Programa. A seleção dos alunos é feita por sorteio e, obrigatoriamente, os alunos devem estar cadastrados no Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU). A Unoesc participa do Proesde/Desenvolvimento desde 2014 e o Programa já beneficiou 710 alunos de todos os campi da Unoesc. A concretização do programa oportuniza maior inserção das instituições de ensino superior em suas regiões de abrangência, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional por meio da formação de profissionais com visão empreendedora, capazes de planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Políticas públicas. Extensão. Unoesc.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), uma universidade comunitária, é uma instituição educacional orientada para a produção, o

³⁴ Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilla/UFSC; Coordenadora Institucional do Proesde na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Joaçaba; tania.nodari@unoesc.edu.br

³⁵ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010) Coordenador Proesde em São Miguel do Oeste. paulo.bavaresco@unoesc.edu.br

³⁶ Mestre em Desenvolvimento pela Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul- UNIJUI. Coordenadora do Proesde em Xanxerê. idiane.radaelli@unoesc.edu.br

³⁷ Doutorada em Ciência e Tecnologia dos Alimentos pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora do Proesde. eliane.carli@unoesc.edu.br

desenvolvimento e a difusão do conhecimento, por intermédio da pesquisa, do ensino e da extensão, em todos os níveis e áreas de conhecimento, nas modalidades presencial e a distância

A UNOESC, é uma das instituições propulsoras do desenvolvimento, da pesquisa e das perspectivas socioculturais e educacionais nas regiões de abrangência. São, aproximadamente, 118 municípios e mais de 1 milhão de pessoas em uma área geográfica que vai desde Santa Cecília, no planalto central catarinense até a fronteira com a Argentina, atingindo o sudoeste do Paraná e o noroeste do Rio Grande do Sul. A Unoesc atua na graduação, com mais de 50 cursos em todas as áreas do conhecimento, além de Cursos de especialização, mestrado e doutorado. É por meio da extensão, onde são estimuladas ações socioeducativas visando a redução das desigualdades regionais a promoção da distribuição de renda, a diminuição da pobreza e inclusão social, enfim, do desenvolvimento regional. Desta forma a Universidade assume o papel de agente de transformação social.

Enfatizando esse aspecto, Silva (2011), afirma que o fortalecimento da relação universidade-sociedade, se dá quando acontece o desenvolvimento de ações que possibilitem contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos.

Diante desta abordagem, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência da Universidade do Oeste de Santa Catarina com a realização do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional, integrante do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, criado pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

O projeto do curso foi elaborado pela vice-reitoria acadêmica, atendendo às normas do Proesde, conforme Portaria n. 47/SED/2013 da Secretaria de Estado da Educação.

Conforme o Projeto Pedagógico do curso, os objetivos do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional são promover a melhoria da educação no Oeste Catarinense, a partir de cursos de extensão estratégicos para o desenvolvimento regional sustentável e integrar o esforço da universidade ao do Governo do Estado, visando à melhoria da qualidade dos cursos de graduação, para que contribuam para o desenvolvimento regional, a partir do binômio teoria-prática.

II A PRÁTICA DA UNOESC E O PROESDE

A Unoesc participa do Proesde - Desenvolvimento desde 2014, e nestes anos o Programa envolveu 710 alunos, sendo que em 2019.1 foram 104 alunos de diversos cursos de graduação. Os alunos participantes recebem bolsa de estudo de 70% do curso de graduação pelo período de 12 meses e como contrapartida frequentam o Curso de Extensão, que é gratuito.

O curso contempla 200 horas anuais e acontece aos sábados nos períodos matutino e vespertino. As ações de ensino, pesquisa e extensão são voltadas para o desenvolvimento regional e, ao final do curso, os acadêmicos desenvolvem projetos na sua área de estudo, destacando ações de desenvolvimento regional aplicáveis aos seus municípios. Durante e após o período do curso, os estudantes têm a oportunidade de compreender os diferentes contextos que caracterizam os territórios regionais e as políticas públicas que se inserem no desenvolvimento das suas regiões.

O Curso é norteado por conceitos de sustentabilidade e de planejamento em âmbito micro e macrorregional, perpassando pelo viés da integração entre os agentes públicos, privados e sociedade civil organizada em face das demandas coletivas que exigem transformações e/ou melhorias significativas para que se avance no caminho do desenvolvimento regional com responsabilização entre os agentes envolvidos.

Ao longo do ano foram desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à formação de agentes de desenvolvimento regional, mediante a relação entre a formação acadêmica dos estudantes e o desenvolvimento socioeconômico da região. Para tanto, o desenvolvimento regional foi trabalhado a partir da perspectiva da elaboração e da gestão de projetos focados no empreendedorismo e na inovação, na sustentabilidade, na educação agropecuária de jovens rurais, e nas políticas públicas, especialmente aos temas que envolvem direitos humanos e cidadania.

Quadro 1 - Participantes 2014/19.1

ANO	NR. DE ALUNOS
2014	198
2015	164
2016	81
2017	92
2018	71
2019.1	104
TOTAL	710

Fonte: UNOESC (2019)

III METODOLOGIA DO CURSO

O Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional, na Unoesc, acontece em regime especial, com as aulas ministradas aos sábados pela manhã e, eventualmente durante a semana, no período noturno. As aulas são ministradas em salas de aula, com o auxílio de multimídias e acesso à Internet wi-fi. Os professores que ministram os conteúdos, na maioria mestres e doutores, fazem parte do quadro de professores da Unoesc, com titulação mínima de especialista na área de conhecimento.

Os componentes curriculares buscaram atender às áreas estratégicas para a promoção do desenvolvimento regional, conforme relacionado no Quadro 2.

Além das aulas são contempladas atividades visando estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, como visitas técnicas, nas quais os participantes podem conhecer experiências que promoveram o desenvolvimento da região em que estão inseridos.

As metodologias adotadas consistiram na elaboração de um fluxo de formação para fomentar uma visão sistêmica da região na qual o curso é realizado, priorizando as demandas locais, a fim de se buscarem melhorias que estejam alinhadas com as reais necessidades da região. Para tanto, as temáticas foram trabalhadas de modo a apresentar indicadores e favorecer o olhar sobre as especificidades da realidade que impactam negativamente sobre a condição de desenvolvimento das comunidades. As ações caracterizaram-se como um processo de apropriação da realidade, análise de indicadores e estabelecimento de relações de causa e efeito, e formulação de

respostas eficientes, efetivas e factíveis às demandas analisadas, considerando o processo de tramitação de fluxo para a sua aplicabilidade.

Tendo em vista que o processo de apreensão crítica da realidade não pode ocorrer sem uma base teórica que fundamente os diferentes aspectos constitutivos dos cenários atuais, bem como não se pode empreender e inovar sobre demandas estratégicas que exigem domínios efetivos para a geração de resolutividade, com viés participativo, empoderador e integrado, buscou-se criar um percurso formativo que alinhasse tais exigências. Assim, o curso envolveu conteúdos organizados em eixos.

Quadro 2 – Estrutura do Curso

EIXOS	COMPONENTE	HS
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	História e Geografia Regional	20
	Desenvolvimento e Sustentabilidade	20
	Práticas Integradas em Desenvolvimento Regional I	16
EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	Educação e Desenvolvimento	20
	Seminário Regional I - JOAÇABA	10
	Educação e Cidadania	20
	Práticas Integradas em Desenvolvimento Regional II	16
EMPREENDEADORISMO, INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Empreendedorismo e Inovação	20
	Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional	20
	Práticas Integradas em Desenvolvimento Regional III	16
Seminário Regional II		10
Seminário Estadual		12
Total		200

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso. (2019)

O Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional tem um total de 200 horas-aula, abrangendo as atividades em sala de aula, dois seminários regionais, visitas técnicas e um seminário estadual. Os seminários estaduais são realizados nos

diversos campi da Unoesc e contam com a participação dos professores e alunos matriculados no curso. Nesses seminários são apresentados palestras e relatos de experiências que versam sobre casos de promoção de emprego e renda e do desenvolvimento.

No que se refere ao processo de avaliação dos componentes curriculares, o curso seguiu as normas do regimento da Unoesc para os cursos de graduação, ou seja, aproveitamento a frequência mínima de 75%, e média de 7,0 nos componentes curriculares.

O quadro 3, apresenta a relação de projetos que foram produzidos pelos participantes, no componente curricular Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional.

Quadro 3 – Relação de projetos

CAMPI	TÍTULO	EQUIPE
SÃO MIGUEL DO OESTE	CASA DE APOIO PARA MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	ALINE LÚCIA DOS SANTOS CARLA BOHRZ EDUARDO REGNER FABIANA MENEGUZZO BENEDUZI LEONICE BUFFON
SÃO MIGUEL DO OESTE	CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIOS IMPLANTADO NO ENSINO MÉDIO	DANIEL PREVEDELLO GABRIEL ANSCHAU GIOVANE KUHN LUCAS JUNGES RONALDO TREVISAN WELINTON GUSTAVO BORGES
SÃO MIGUEL DO OESTE	IMPLEMENTAÇÃO DO CAPS I NO MUNICÍPIO DE DESCANSO: UMA NOVA ABORDAGEM PARA OS INDIVÍDUOS COM TRANSTORNOS MENTAIS	CARLA DENISE STURM CLEOMARA TOIGO ISTEFANI CRISTINA BARROS
SÃO MIGUEL DO OESTE	PROJETO “JOVENS RURAIS”: LIDERANÇA, COLETIVIDADE, DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	ANI CAROLINE LIVI FENSKE CICERA MIRIÃ DIEHL

		<p>EDUARDA FURTADO MAIARA PAULA BALDO MAIKELLI ROSEGHINI SIMONE APARECIDA TROMBINI PEROSSO VITOR SCHENKEL</p>
SÃO MIGUEL DO OESTE	<p>GRUPO TERAPIA EM IDOSOS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC TRANSFORMANDO A VIDA DOS IDOSOS EM UMA ETERNA APRENDIZAGEM</p>	<p>ANDREIA ENINGER ANDRESSA ANDARA MONTEIRO CAROLINE DE MARCO EMELY WOLFALTH JANAÍNA KORB PAULUS NATAN VIDORI TAÍS URNAU</p>
JOAÇABA	<p>TRANSTORNO MENTAL: AÇÃO PREVENTIVA PARA UMA MELHORA NA QUALIDADE DE VIDA</p>	<p>ALEXANDRE MEIRA EDUARDA DONDÉ EMANUELY ALTENHOFE LUIZ HENRIQUE FRANÇA KAROLINE BECKER SARA VIERIA BARROSO ROBERTA THIBES</p>
JOAÇABA	<p>INCLUSÃO DO ACADÊMICO A INDÚSTRIA</p>	<p>BIANCA TACIANA DALLA COSTA DEISIANE BULLA JOÃO MARCELO BECKER MARCELO BASSANESI NATALIA CECÍLIA BONAMIGO TALITA MARA SIGNORI MICHAELSEN</p>
JOAÇABA	<p>FEIRA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MEIO OESTE CATARINENSE: OPORTUNIDADE DE MANUTENÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO.</p>	<p>ANDRESSA BERTOLDI BRUNO ARAUJO CARLOS IURI BIAVATTI JUNIOR ALBIERO PAULO HENRIQUE WILLIAN AMAZONAS</p>

JOAÇABA	DESENVOLVIMENTO DE INTELIGÊNCIA EMOCIONAL EM JOVENS E ADOLESCENTES	<p>DIELI CARON</p> <p>DOUGLAS DIRCEU DA SILVA</p> <p>GLADIANA PINZ</p> <p>LETICIA KUSTER MATOS</p> <p>SANDYARA GONÇALVES DA SILVA</p> <p>TAYANA DE OLIVEIRA JOMBRA</p>
JOAÇABA	ABRIGOS PROVISÓRIOS: PREPARAÇÃO PROFISSIONAL NO AMPARO E NA RESPONSABILIDADE DO JOVEM MAIOR DE 18 ANOS.	<p>DENISE BECKER SERPA</p> <p>ELVIS RENAN THIBES DE BARROS</p> <p>ÉRIKA CAROLINE RIBEIRO DA SILVA</p> <p>KELVIS MENDES MOREIRA</p> <p>KETENI DA SILVA</p> <p>VALÉRIA CRISTINA DEMENECK</p>
XANXERÊ	MELHOR ATENDIMENTO: E DIMINUIÇÃO NO TEMPO DE ESPERA NO SUS	<p>CAMILA DA SILVA</p> <p>MATHEUS TEDESCO</p> <p>MAIKI HANS FERNANDES</p>
XANXERÊ	TRABALHO REFERENTE RECURSOS NA AREA DE GERIATRIA	<p>AMANDA LETICIA LAVORATTI</p> <p>BRUNO MARIANO DA SILVA</p> <p>DIONATAN GONÇALVEZ DE PAULA</p> <p>EDINARA ACOSTA PALMA</p> <p>JOÃO AUGUSTO BERGAMASCHI</p> <p>NOELEM BARROS</p>
XANXERÊ	UNIDADE MÓVEL DE ATENDIMENTO	<p>GABRIEL KUBIAK</p> <p>LUAN MURARI</p> <p>MARCIANO GALVÃO</p> <p>RONALDO SMIALOSKI</p> <p>WERITON MITKUS</p> <p>ALEX TONIAL</p>
XANXERÊ	VIDA PROLONGADA: ALIMENTAÇÃO TOTALMENTE ORGÂNICA	<p>ALESANDRA ANBROSI</p> <p>GUSTAVO LEVINSKI</p>

		MATEUS FORESTI MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO PATRICKE PEDROSO ROCHA RAFAEL ESTEVÃO WRUBEL RONALDO CESAR LEMPEK TAÍSE VALERIA TRENTIN WESHLEN YAN RUBERT
XANXERÊ	EDUCAÇÃO EM SAÚDE SEXUAL NA ESCOLA	CAROLINA BASI STOCCO DANIEL CORREIA DOUGLAS ARAUJO OLIVEIRA FERNANDA PEGORARO LARISSA ROBERTA DE FREITAS DE OLIVEIRA LARISSA RODRIGUES RAFAEL STELLO SABRINA DE OLIVEIRA RIBAS

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar que a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) ingressou no Programa de Desenvolvimento Regional a partir de 2014, sendo que o Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional teve resultados positivos, pois abrangeu vários municípios e 710 alunos de graduação de várias áreas do conhecimento participaram das atividades do curso.

No componente curricular Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional, foram elaborados pelos alunos projetos voltados à promoção do desenvolvimento nas regiões onde estão inseridos, sempre atendendo às necessidades prioritárias dessas regiões

Diante do exposto, deve-se destacar que a contribuição do Programa é essencial para a formação pessoal e profissional dos participantes, pois o egresso recebeu formação para compreender o desenvolvimento, gerenciar programas, liderar equipes e ser agente empreendedor de desenvolvimento, a partir da sua área de formação superior em seu curso de graduação.

Espera-se que o egresso do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional seja capaz de compreender sistemicamente o desenvolvimento, traçar e implementar estratégias de gestão e gerenciar programas e projetos.

Também se deve frisar que o Programa foi essencial para muitos alunos que se beneficiaram com a bolsa de estudo, incentivando, dessa forma, a continuidade do curso de graduação.

A proposta do Proesde coloca o desenvolvimento regional como necessidade de ampliação de habilidades e competências dos participantes para que sejam capazes de compreender sua responsabilidade junto à sociedade onde se inserem, considerando suas competências profissionais e sua condição de cidadãos. Reflete o ser, o agir, o integrar e integrar-se para a formação da vida em sociedade e acima de tudo, de como estamos construindo e o que podemos deixar a partir de nossas escolhas para as futuras gerações.

Por fim, espera-se que o Programa tenha continuidade pelos benefícios que este oferece e também pelas contribuições relacionadas ao desenvolvimento regional já mencionadas.

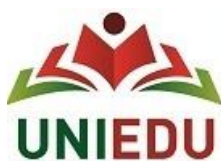
REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo, SP: Atlas; São Paulo, SP : Atlas; s.l.: New York, 1994.

SILVA, Enio Waldi da. **Extensão e Desenvolvimento regional**: Discurso das Universidades Comunitárias do RS. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2. Set. 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional (PROESDE)**. Joaçaba, 2017.



PROPOSTAS DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS PARA A ESCOLA DE ENSINO MEDIO YVONE OLINGER APPEL.

Alicia Oliari
Bianca Ohanna Amorim Souza
Danielly Furtado
Gabriel Tomasi
Joana Bertoldi
Joana Luisa Radavelli
Kelvin Natan Crepas
Luana Müller
Marinize Pasko
Rafaela Farias
Rafael Romani
Sérgio Pires Da Silva
Tainá Domingos
Wender Richard De Lima
Leonardo Ristow

RESUMO: A educação brasileira está passando por mudanças importantes. Neste sentido, o Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional teve como objetivo sugerir itinerários formativos a escolas que aderiram ao novo ensino médio. Ao longo do ano, os bolsistas dos dois programas: licenciatura e desenvolvimento regional, se reuniam aos sábados para estudar, analisar e investigar os documentos legais da educação catarinense. Após as coletadas de dados, os bolsistas perceberam que o maior problema da escola investigada era a evasão escolar. Portanto, foram propostos dois itinerários formativos: a arteterapia e a formação profissional. Que foram apresentados, juntamente com as demais instituições do sistema ACADE, no seminário estadual.

Palavras-chave: Relato de experiência. Novo ensino médio. PROESDE.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, se torna indiscutível a importância quanto ao papel da escola para a formação integral do sujeito. Neste contexto, se apresenta necessário a transformação do ensino, conforme os termos de Paulo Freire (2001) a

educação bancária, que visa impor aos alunos um conhecimento estático sem flexibilidade. Deste modo, o novo ensino médio tem como objetivo desenvolver o protagonismo juvenil, no sentido de formar um sujeito com habilidades e competências para o exercício da cidadania de forma crítica e reflexiva.

A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio é o novo arranjo curricular. Nesta, consta além do núcleo comum de conteúdo, apresenta como novidade os itinerários específicos. O desafio dos profissionais é adequar sua prática pedagógica, enfatizando o protagonismo do aluno para desenvolver suas habilidades e competências, e assim aderir ao mercado de trabalho. Há necessidade de uma transformação na carga horária escolar, onde ocorre o aumento de 2400 horas para 3000 horas. Destas, 1800 destinadas ao núcleo comum e 1200 para os itinerários formativos. Com o objetivo de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral, atende às finalidades dessa etapa e contribui para que os estudantes possam construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania. (BRASIL, 2018, p. 471).

Além disso, os estudantes adquirem autonomia através dos itinerários formativos, podendo escolher sua área de aprofundamento, relacionando com seus interesses e habilidades. Esses itinerários devem corresponder às áreas de conhecimento (Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza), assim como a formação técnica e profissional. Para construção dos itinerários, deve-se levar em consideração os aspectos regionais e locais, as problematizações da comunidade, bem como a disponibilidade de recursos. A partir desta perspectiva, os estudantes se apropriam dos conhecimentos propostos e internalizam o projeto de vida sugerido pela escola. Neste projeto, consta os valores a serem adquiridos por cada estudante “em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania” (BRASIL, 2018, p. 471), implicando na formação integral do sujeito. Prontamente, o papel da escola é auxiliar os estudantes a aprimorarem suas potencialidades e contribuir para a transformação da sua realidade, se constituindo como pertencente ao grupo social.

Frente a essa transformação que impulsionam a escola para uma nova realidade, o professor também precisa redefinir seu papel, desconstruindo o pensamento de transmissor de conteúdo. Ele passa a assumir o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem, em conjunto com o aluno constrói um aprendizado efetivo. Este é um desafio para os profissionais, provocando-os a saírem

de sua zona de conforto e reformulando sua prática pedagógica. O uso de novas metodologias auxilia o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que por meio delas tanto professor quanto os alunos fortalecem um saber.

Diante do exposto, é evidente que o papel do aluno se configura na perspectiva do novo ensino médio como sujeito protagonista de sua aprendizagem, considerando-os também interlocutores legítimos do seu próprio currículo. A teoria sócio interacionista considera o ser humano como sendo um produto do momento histórico, social e cultural do qual faz parte. O desenvolvimento juvenil ressaltado no novo ensino médio, considera como resultado no processo de aprendizagem as experiências vividas pelo sujeito como influenciadoras no seu desenvolvimento. Logo, os alunos do novo ensino médio necessitam de um espaço escolar adequado, que permita o desenvolvimento funcional dos objetivos estabelecidos na BNCC (2018), sendo esses: conhecer-se, compreender, promover, combater, valorizar e construir. Deste modo, as redes de ensino deverão ter o conhecimento da BNCC e suas propostas para o novo ensino médio, assim, efetivar uma educação de qualidade.

De tal modo, é necessário a escola fazer um diagnóstico de suas capacidades e reelaborar seus currículos, juntamente com os jovens, professores, gestores e comunidade. A nova grade curricular será composta por aprendizagens contempladas na BNCC e os itinerários formativos. A elaboração de um cronograma de implementação efetiva é fundamental para a rede se organizar nessa etapa. Além disso, projetos-piloto devem ser realizados para entender quais organizações curriculares melhor respondem a sua realidade. Cabendo ao critério dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) rever as normativas estaduais para garantir a efetivação das ações de implementação.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral sugerir itinerários formativos de acordo com o contexto investigado. Esse objetivo será atingido através do cumprimento dos objetivos específicos: descrever o contexto da unidade escolar que aderiu a proposta do novo ensino médio; identificar os interesses dos alunos por meio da escuta dos jovens; analisar potencialidades e desafios para a implementação do Novo Ensino Médio na unidade escolar investigada.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

No ano de 2019, o Proesde teve como objetivo propor itinerários formativos para o novo ensino médio. Diante disso, foram realizados encontros aos sábados. Onde os bolsistas puderam conhecer, analisar e discutir sobre os documentos normativos da educação brasileira e catarinense. Com início em abril, os primeiros meses do programa os bolsistas tiveram contato com, os seguintes documentos: Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de dezembro de 2018; A Base Nacional Comum Curricular – BNCC referente à Educação Infantil, Ensino Fundamental e ao Ensino Médio; e Os documentos da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina – PCSC postados na plataforma do UNIEDU.

Após essa etapa, os bolsistas foram a campo coletar informações sobre a estrutura física e organizacional da escola piloto. a unidade escolar investigada no presente estudo é a Escola de Ensino Médio Yvonne Olinger Appel, localizada na rua Alberto Klabunde, bairro Cedrinho, em Brusque – SC. Para a descrição quanto ao contexto da instituição foi utilizado como base o seu Projeto Político Pedagógico. Sendo o nome intitulado em homenagem póstuma Senhora Yvonne Olinger Appel, nascida em 19 de agosto de 1919, filha de Arthur Olinger e Corália Gevaerd Olinger.

Com os dados coletados, os bolsistas pesquisaram sobre as possibilidades de itinerários formativos. Podemos perceber que a evasão escolar pode ser evitada através de conteúdos que são de interesse dos alunos, de acordo com Neri et al. (2015) o maior problema da evasão escolar é a falta intrínseca de interesse dos alunos, onde alcança 40,3%, além disso, outro problema que reitera a evasão escolar é a necessidade de trabalho e geração de renda, que totalizam 27,1% dos alunos. No mesmo estudo, por fim, a dificuldade de acesso à escola, que chega a 10,9% dos alunos. Reconhecemos, portanto, despertar nos alunos o entusiasmo e fazer o aluno se interessar nos estudos são pontos que devem ser abordados, logo, percebe-se a importância de incluir as atividades e oficinas que sejam de cunho atrativo aos alunos, buscando a permanência ou fazê-los retornar para as aulas.

Conforme o relatório, diante das mudanças que ocorrerão no Ensino Médio, os alunos, em sua maioria, têm a preferência em obter uma formação técnica e profissional, seguindo por ciências humanas e sociais aplicadas e ciências da natureza e suas tecnologias. Além disso, estes também optaram por escolher

matérias de mais de uma área do conhecimento e/ou da formação técnica e profissional. No final do ano, os bolsistas participaram do seminário estadual, realizado na Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Onde puderam exportar as suas ideias e escutar as propostas dos outros bolsistas.

2.1 A Escola Yvonne Olinger Appel

A escola tem como objetivo principal, a socialização do conhecimento para em conjunto com a comunidade obter resultados positivos. Atualmente, a escola conta com o apoio da Diretora Michele Voltolini dos Santos e do Assessor de Direção Marcos Roberto Martins, neste sentido, o corpo pedagógico/administrativo é composto por 38 Docentes, mais 01 Assistente Técnico de Educação, 01 Orientadora Educacional, 01 Supervisor Escolar e 03 Serventes, vindo a atender aproximadamente 390 educandos.

Sua missão é a formação de jovens de maneira estimulante, por meio de um ambiente agradável capaz de proporcionar aprendizagem significativa. Desse modo, a referida escola frisa que no seu PPP as suas concepções sobre determinados termos, onde se acredita que o homem é um ser histórico-cultural que promove e aceita mudanças, deve ser crítico, ético, comprometido e inserido no contexto social. Tendo em vista que a escola tenta preparar o aluno para o futuro em sociedade, nesta aceção, o mundo é o espaço de desenvolvimento humano, no qual o indivíduo busca promover sua atuação e transformação.

A escola busca oferecer situações aos educandos, educadores e sociedade, para que possam desenvolver senso de observação, criatividade e responsabilidade, além de estimular a criticidade para torná-los agentes transformadores da sociedade, por meio de promoção de estímulos e desenvolvimento ao conhecimento e desenvolvimento de atividades que envolvam a instituição, a família e a comunidade.

A escola, conta com a direção que é responsável de gerir o funcionamento dos serviços escolares, garantindo o alcance dos objetivos educacionais. O Assistente Técnico Pedagógico tem como responsabilidade coordenar a elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico, orientando o corpo docente e discente, no compromisso de gerenciar os serviços de escrituração e correspondência escolar. O Orientador escolar tem como algumas atribuições garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento, promovendo a

articulação entre a escola, família e comunidade, para a comunidade participar ativamente na escolar bem como na construção do projeto político-pedagógico, neste sentido, garantirá o acesso e permanência do aluno na escola, entre outras atribuições. A unidade escolar também conta com um Supervisor escolar que possui atribuições semelhantes ao Orientador escolar.

O corpo docente tem a participação de professores responsáveis pelas disciplinas da área específica de sua graduação, além do corpo técnico, administrativo e pedagógico. Os Serventes são responsáveis pela manutenção e preservação da unidade escolar, sendo coordenados e supervisionados pela Direção. Todos esses atores, trabalham para o cumprir as metas, principalmente, quanto a diminuição da reprovação e a evasão escolar, fazendo com que os educandos se integrem e permaneçam presentes na escola através da ativa participação do Grêmio Estudantil e Gincana Escolar. Outras ações necessárias são estudadas para atingir o objetivo, onde todo o corpo Docente e Técnico Administrativo são responsáveis pela permanência dos educandos na unidade escolar.

Para o auxílio nos estudos a escola conta com uma biblioteca, além de uma área de convivência, recreação e alimentação com 20 mesas redondas, dependências e vias adequadas para alunos com deficiência e mobilidade reduzida, bem como contém banheiro dentro do prédio com chuveiro, almoxarifado, cozinha e despensa. Para as aulas de educação física e outros eventos, a instituição conta um ginásio de esportes que possui uma quadra poliesportiva.

2.2 Escuta dos jovens

Quando perguntados sobre a realização de cursos técnicos, 72% dos jovens gostariam de realizar cursos técnicos que levam até dois anos para sua conclusão e que geram diploma técnico. Cursos de curta duração que não oferece diploma também são opção de itinerários formativos para 65% dos entrevistados. Esses dados reforçam a opção dos alunos pela escolha de realizarem cursos técnicos e profissionais. Além de preferirem realizá-los em outras instituições de ensino, fora da escola e no contra turno (para quem estuda no período matutino, por exemplo, realizar a formação técnica no período vespertino). Outro ponto a se relevar é a questão da escolha do turno em que se matricularia.

No presente relatório, 56% dos alunos indicaram que se tivesse a oportunidade de escolher em qual turno se matricularia, optaram pelo turno matutino. Aliás, se os alunos pudessem escolher parte das matérias que irão realizar, optaram por escolher logo no começo do Ensino Médio. Também, os jovens entrevistados indicam os principais motivos para cursarem o Ensino Médio: ter um bom emprego futuramente; entrar na faculdade; desenvolver projetos de vida, bem como saber o que fazer futuramente e adquirir mais conhecimento. Porém, 47% acreditam que a escola não os ajuda de forma contundente a alcançar seus objetivos de vida. Outro ponto importante é a percepção dos alunos diante das metodologias mais adequadas para seu aprendizado.

De acordo com os dados as atividades de oficinas, projetos práticos e trabalhos em grupo alcançam os objetivos de aprendizagem dos alunos. Outro dado que colabora a respeito das metodologias utilizadas é referente ao papel dos professores, no qual os alunos acreditam que deve ser planejar projetos e oficinas onde os estudantes aprendam os conteúdos para resolver problemas práticos e buscar conhecer os estudantes e entender suas dificuldades e aptidões. Os alunos acreditam que a organização da sala de aula ideal seria ambiente e móveis variados (puffs, bancadas, almofadas, sofás) e a melhor forma de avaliação seria através de avaliação das atividades (projetos, tarefas, trabalhos, etc.) realizadas ao longo do período.

3. Resultados

Considerando o grande índice de evasão escolar no ensino médio da escola Yvonne Olinger Appel e juntamente com as indicações dos alunos, são apresentadas duas propostas: itinerário formativo e educação profissional. A proposta de itinerário formativo é arteterapia, que é considerada uma ciência fundamentada em medicina, psicologia e arte, onde por meio do uso de expressões artísticas busca contribuir como processo terapêutico possibilitando aos alunos possíveis descobertas e novas possibilidades.

A adolescência é um período vulnerável, cheia de questionamentos e instabilidade, que se caracteriza por uma intensa busca de “si mesmo” e da própria identidade. Nessa fase todos os padrões estabelecidos são questionados, bem como criticadas todas as escolhas de vida feita pelos pais, buscando assim a liberdade e autoafirmação, pois é uma fase do desenvolvimento em que ocorrem mudanças

físicas e psicológicas; é quando o indivíduo começa a tornar-se independente dos pais e dar mais valor aos pares; é também quando o indivíduo quer explorar uma variedade de situações com as quais ele ainda não sabe bem como lidar. (ALVES, 2016, p. 08).

3.1 Arteterapia

A arteterapia utiliza o simbolismo para interligar o seu interno e seu eu externo incluindo-os como um todo. Ela ainda define o indivíduo como um sistema aberto capaz de se desenvolver a partir de um intercâmbio criativo com o ambiente, defendendo sempre que não somos um sistema isolado mais sim parte de um complexo sistema e em constante transformação. A arteterapia faz com que o aluno se sinta parte desse sistema, e utiliza a arte para compreender as emoções e reações dos indivíduos, o que para um adolescente é de suma importância pois suas emoções estão em constante conflito.

Visto as solicitações por aulas dinâmica e oficinas práticas, a arteterapia será conduzida por uma metodologia ativa. Esta prática coloca o aluno como “sujeito da sua aprendizagem e da transformação da sua realidade, com um método que insere a leitura do mundo, a aprendizagem significativa, o diálogo, a curiosidade crítica, a liberdade, para uma educação transformadora” (YAMAMOTO, 2014, p. 41). O itinerário formativo de arteterapia poderá ser trabalhado no período do contra turno como foi solicitado pelos alunos, conforme a realidade escolar. As aulas deverão ser ministradas pelo profissional com licenciatura em artes, com uma carga horária total de 400 horas anual, sendo 10 horas/aula por semana. Os itinerários formativos se organizam a partir de quatro eixos. Cada eixo representa uma ponte entre a aprendizagem em sala e a realidade contemporânea, sua função é o desenvolvimento de habilidades significativas para a formação integral, logo, cada itinerário informativo deve transpassar por um eixo estruturante, ou preferencialmente por todos.

Para o eixo de Investigação Científica, o ensino de arteterapia pode ser usado como forma de investigação individual e coletiva. Por meio dos trabalhos realizados cada indivíduo realiza uma leitura de seus sentimentos e conflitos internos que muitas vezes causa a deficiência do desenvolvimento e aprendizagem, sendo também utilizado para elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias. Segundo Ciornai (2004, n.p.), “a criatividade e as atividades artísticas podem ser facilitadores e catalisadores do processo de resgate da qualidade

de vida”, a afirmação vai de encontro com a capacidade produzida por este eixo, compreender e resolver situações cotidianas para promover qualidade de vida. O sistema atual de ensino é capaz de gerar pessoas inteligentes, mas pouco criativas, pois é formulado de forma previsível e mecânico.

Algumas potencialidades simbólicas são ativadas na Arteterapia dentro do Processo Criativo, isso é recorrente à simbologia relacionada a cada material por meio das necessidades criativas e expressivas do sujeito. Através de diferentes técnicas o artista expressa sentimentos, afetos e emoções, assim aprimorando sua criatividade. A criatividade permite que o jovem exercite sua imaginação e crie um universo de possibilidades, gerando capacidade de resolução de problemas, socialização, autonomia, flexibilidade, sensibilidade, autoconfiança, persistência, curiosidade e bom humor.

Precisamos ajudar as pessoas a serem mais espontâneas e autênticas, ajudá-las a definir seus pensamentos limitadores, suas subpersonalidades, aprender como reconhecer e comunicar seus medos, seus verdadeiros sentimentos e o desejo de seus corações. Para que isso se desenvolva de forma positiva nas escolas, é necessário que aconteçam melhorias na formação dos professores e o comprometimento dos mesmos para que isso seja colocado em prática, pois percebe-se a escassez de criatividade na prática da maioria dos profissionais da educação.

O ensino de arteterapia não trabalha apenas com o desenvolvimento cognitivo como também seu desenvolvimento sensível, ou seja, instiga a expressão guiada pela emoção, intuição e o pensar sobre aquilo que se exterioriza. Neste sentido, o eixo Mediação e Intervenção Sociocultural pode ser desdobrado através da atividade com arte, uma vez que, “o sujeito transforma a realidade e a si mesmo, promovendo o desabrochar da percepção, da organização e ordenação do seu pensamento, possibilitando a compreensão do momento circunstancial, bem como da dimensão de si mesmo”. (URRUTIGARAY, 2004, p. 37).

Ou seja, o sujeito aprende a mediar conflitos e propor soluções de maneira criativa e responsável. Empreendedorismo é tida como a habilidade de criar e aproveitar oportunidades, visando empreendimentos proativos na sua relação com o mundo. A escola é um espaço vivo, cheio de potencialidades preparadoras para o futuro, no itinerário de arteterapia o empreendedorismo potencializa o autoconhecimento, desenvolvimento da autoestima e a vontade de mudar situações de sua realidade, correlacionando com o projeto de vida dos jovens fortalecendo seu

protagonismo de sua trajetória. A proposta de educação profissional, sugerimos que, a partir das mudanças do Novo Ensino Médio, deverá estimular o trabalho interdisciplinar dos conteúdos.

3.2 Formação profissional

De acordo com os dados apresentados no Plano SC 2030, pode-se verificar que a macrorregião Litoral Norte, na qual se localiza o município de Brusque sofre forte impacto econômico nas áreas Industriais. Neste sentido, propõe-se formações profissionais para atender a demanda exigida para a região, mais precisamente voltadas para profissionais aptos para funções de assessoria empresariais, proporcionando maior satisfação salarial para os colaboradores.

Desta forma, sugere-se propostas nas áreas de Assessorias Empresariais, as quais seriam: Contábil, Recursos Humanos, Jurídico e Administrativo. Das 1200 horas destinadas aos itinerários formativos, descreve-se a abaixo como serão distribuídos.

No primeiro ano do ensino médio será abordado o conhecimento geral para atuação e preparação para o mercado de trabalho, se caracterizando como um conjunto de disciplinas gerais em núcleo comum, totalizando 400 horas. Essas disciplinas serão ministradas pelos professores das áreas afins.

Tendo em vista, que são 4 opções de profissões, nesta primeira etapa, serão divididas em 100 horas, momento em que será oportunizado ao aluno conhecer as respectivas áreas de formação técnica. As aulas terão um caráter introdutórios das habilidades e competências necessárias para tais funções, desta forma, todos os alunos teriam conhecimento mínimo para decidir qual área seguir nos anos seguintes. Conforme competências descritas abaixo:

- Técnico em contabilidade: o objetivo é desenvolver nos alunos noções básicas para realizar a escrituração contábil, cálculos tributários, transações e acompanhamento financeiro, avaliando receita, lucro e despesas.
- Técnico em recursos humanos: o objetivo é desenvolver nos alunos noções básicas para adquirir o domínio operacional, desenvolver a criticidade, iniciativa e flexibilidade diante das mudanças, bem como compreender os processos de trabalho.
- Técnico em administração: o objetivo é desenvolver nos alunos noções básicas para executar as atividades administrativas da organização, principalmente

relacionados ao processo de gestão de pessoas, marketing, vendas, operação de logística e outras.

- Técnico em serviços jurídicos: o objetivo é desenvolver nos alunos noções básicas para executar serviços de suporte e apoio técnico-administrativo a escritórios de advocacia, de auditoria jurídica, recursos humanos e departamentos administrativos, bem como, para o cumprimento das determinações legais atribuídas a cartórios judiciais e extrajudiciais, executando procedimentos e registros cabíveis.

No segundo ano, será desenvolvido o conhecimento mais específico para a formação, por meio de metodologias ativas e visitas técnicas, totalizando 400 horas. Tendo em vista, que neste momento, os alunos já decidiram qual área vão cursar. Inclusive, se propõe parcerias entre instituições de ensino técnico e superior para disponibilizar o local para as aulas e os Professores das respectivas áreas, bem como, com o auxílio das referidas instituições proposta para definir a grade curricular.

No terceiro ano, tem o intuito de inserir o jovem no mercado de trabalho, neste sentido, além de parcerias com instituições de ensino técnico e superior, propõe-se parceria com indústrias para ofertar estágios, oportunidade para o aluno executar o conhecimento adquirido no decorrer das etapas anteriores. Frisa-se que essa etapa também conta com a carga horária de 400 horas.

Ao final do ensino médio com cursos técnicos o aluno estará capacitado para o maior desenvolvimento do indivíduo, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Esta última finalidade deve ser desenvolvida de maneira irrestrita pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando”, a serem desenvolvidas por um currículo escolar que destaca a sua contribuição para a vida, como instrumento de socialização e comunicação, acesso ao conhecimento e, por fim, o exercício da cidadania.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, acreditamos que é importante proporcionar aos alunos a oportunidade de escolherem os itinerários formativos que os incentivem a

permanecerem na escola através da motivação intrínseca, ou seja, a oferta de conteúdos e atividades que fazem sentido para eles, que os motivem a ir para a escola por vontade própria, não necessitando motivação advinda dos pais ou de outras pessoas ligadas a eles. Somado a isso, segundo informações da escuta dos jovens, estes têm preferência em ter um profissional especializado para tratar sobre o projeto de vida deles, os auxiliando para escolher os caminhos que tomaram após o ensino médio.

Ao final deste relatório observamos a importância de desenvolver atividades atrativas para os alunos, portanto foram sugeridas propostas para reduzir o índice de evasão da unidade escolar investigada. Após a análise das escutas dos jovens no qual foram identificados os interesses dos mesmos, e foram feitos alguns levantamentos de diferentes propostas que estimulem a permanência dos alunos na escola. Desse modo, foram sugeridos dois itinerários formativos. Um voltado ao desenvolvimento da capacidade criativa para mediar e resolver conflitos internos e externos, denominado arteterapia, que tem como objetivo integrar o aluno como sujeito ativo da sua aprendizagem e da transformação da sua realidade.

O outro relacionado a educação profissional que tem o objetivo de proporcionar ao aluno a formação técnica para o mundo do trabalho, neste sentido, indicamos opções nas áreas de assessorias empresariais, com a finalidade de proporcionar maior satisfação salarial e possíveis oportunidades através do conhecimento adquirido, como consequência disso, alcançará resultados positivos para os empresários ou empreendedor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Claudia Canário Costa. CONTRIBUIÇÕES DA ARTETERAPIA NO ENSINO DA ARTE PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL ATHENEU SERGIPENSE. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 9, n. 1, 2016.

CIORNAI, S. (2004). Percursos em arteterapia: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia. São Paulo: Summus, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/brusque/panorama>. Acesso em: 17 de ago. 2019.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergência Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. 2015. v. II. p. 15-33. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

NERI, Marcelo et al. Motivos da evasão escolar. 2015.

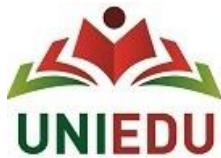
Projeto Político Pedagógico Escola Ensino Médio Yvone Olinger Appel. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/220716-eem-yvonne-olinger-appel/sobre>. Acesso em: 17 de ago. 2019.

<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/a-hora-do-ensino-tecnico-no-brasil2jy3m3x04374u9sa258nh18ip/>. Acesso em: 19 out. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento. Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030: Plano SC 2030. Florianópolis: SPG, 2018. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/plano-catarinense-dedesenvolvimento/1162-plano-sc-2030-versao-final/file>. Acesso em 17 ago. 2019.

URRUTIGARAY, Maria Cristina. Arteterapia e transformação pessoal pelas imagens. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

YAMAMOTO, Iara. Metodologias ativas de aprendizagem interferem no desempenho de estudantes. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-22092016-121953/pt-br.php/>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.



DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA EEB. ANTÔNIO KNABBEN

Bárbara Benedet Elias
Clara Bussolo Fernandes
Daniel Correa Da Cunha
Daniela Lembeck Schulz
Daniele Marcelino Rafael
Débora Cristiny Remor
Francielin Bagio Bianco
Giovana Della Vecchia Da Silva
Jainara Fernandes Beza
Janaína Rodrigues Coelho
Juliana Santos Schlickmann
Ketlyn Marcolino Serafim
Lucas Correa Da Cunha
Maria Laura Cândido Da Rosa
Marcos Fretta
Matheus Araujo Salvador
Natália Alexandre Antunes
Syndhel Matos Medeiros

RESUMO: Este relatório é parte integrante do curso Proesde-Desenvolvimento e Licenciatura desenvolvido pelos acadêmicos matriculados nos cursos de Bacharelado e Licenciatura em de Pedagogia e Educação Física do Centro Universitário Barriga Verde- Unibave- de Orleans-SC. O objetivo do relatório foi o de conhecer os aspectos físicos e diretrizes pedagógicas da EEB. Antônio Knabben no município de Gravatal- SC, que é uma das 120 escolas de Santa Catarina que iniciará o projeto de implantação do novo ensino médio a partir de 2020. Para que o objetivo fosse alcançado, primeiro os acadêmicos-bolsistas estudaram a legislação que norteia a implantação da Base Nacional Comum Curricular no território brasileiro bem como os princípios balizadores da mesma, o que possibilitou a construção do referencial teórico que se encontra neste documento. Realizados esses estudos, o grupo entrou em contato com a equipe gestora para acompanhar as escutas das reuniões desenvolvidas na escola. Na reunião dos pais, os mesmos ainda têm pouco conhecimento da forma como esse modelo de ensino será implementado. Alguns comentaram que possibilidade de ensino em tempo integral dificultaria para o filho, uma vez que muitos já executam tarefas ou, até mesmo, trabalham e estudam no programa menor aprendiz. São preocupações dos pais que têm filhos no ensino noturno. Depois, os pais responderam ao roteiro de perguntas encaminhado pela SED. Pela dificuldade de uso de tecnologias, a equipe gestora disponibilizou o roteiro impresso e, posteriormente, digitou as respostas que foram encaminhadas à SED. Com os alunos, os questionários foram respondidos *online*. Os resultados iniciais apontam para uma implantação de percursos formativos ligados às áreas de tecnologias, trazendo algumas questões que precisam ser refletidas ao longo da implantação.

Palavras-chave: BNCC. Ensino Médio. Escutas.

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular- BNCC. Com o advento da Reforma do Ensino Médio, os encaminhamentos dos documentos da BNCC relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio tomaram caminhos diferentes, que culminaram com a aprovação primeiro da BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, enquanto o do Ensino Médio segue em estudos.

E por seguir em estudos, esse foi mais um dos muitos que estão sendo realizados. A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina optou em implantar um modelo piloto para o Novo Ensino Médio em 120 escolas, espalhadas em todo território catarinense. Entre elas, está a EEM. Antônio Knabben, localizada no município de Gravatal-SC.

Assim, os acadêmicos dos cursos de licenciatura do Unibave fizeram um estudo sobre esta UE para escutar a forma pela qual a escola conduziu os primeiros movimentos para a implantação desse modelo a partir de 2020. Na região sul de Santa Catarina há poucas escolas elencadas para esse projeto da SED, por isso desenvolvemos nossa atividade na escola mencionada. As demais escolas estão na área de abrangência da Unisul e da Unesc. Dessa forma, todas as escolas estarão contempladas nos relatórios das instituições referidas.

Para que esse relatório fosse construído com a participação dos acadêmicos do Unibave, estabeleceram-se como objetivos:

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A cidade de Gravatal está localizada ao Sul do Estado, possui como municípios limítrofes: Armazém (ao Norte); Imaruí e Laguna (a Leste); Braço do Norte e São Ludgero (a Oeste); e, Tubarão e Capivari de Baixo (ao Sul). O clima é temperado, com uma temperatura média anual entre 18°C e 27°C. O município possui uma área de 194 km², e, encontra-se a 18 metros do nível do mar.

Famílias Italianas chegaram por volta de 1880 a 1885 e em 1910 a 1920 aportam em Gravatal os primeiros Alemães. Gravatal já era um destaque na região pela existência de um porto fluvial que servia de ligação entre a região serrana e a

cidade de Laguna. Mas a história Terma e turística da região parte com o imigrante italiano Pedro Zappellini, que ao descobrir a existência de águas quentes no leito do rio, compra as terras da família Knabben, desvia o leito do rio desse jeito começa uma história de crescimento e prosperidade na região.

A grande diversidade étnica presente até hoje, deve-se ao deslocamento natural de moradores da Colônia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna (atual Laguna) para Gravatal.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A EEM Antônio Knabben está situada no centro da cidade de Gravatal, à margem da Rodovia SC 370 Daniel Bruning, Km 159, nº 10.621, tem seu acesso facilitado através das rodovias asfaltadas que ligam nossa cidade aos municípios de Braço do Norte, Tubarão e Armazém.

Os trabalhos administrativos, didáticos e pedagógicos do então Colégio Antônio Knabben foram reconhecidos pelo decreto SEE N.º 721 de 03/07/1974, mas tiveram seu início atrasado para o dia 24 de abril devido à enchente de março de 1974 que arrasara toda a região.

Durante os anos de 1972 e 1973 o curso funcionou em prédios emprestados. Somente em 1974, foi adquirido o terreno para a construção do prédio e criação do Colégio Antônio Knabben.

Em 1984 a Direção, juntamente com a APP, reivindica nova ampliação do prédio. Desta vez, sala ambiente para os professores, direção e mais 4 salas de aula, visto o aumento do fluxo de matrícula. Esta ampliação teve início em 1985 tendo seu término em meados de 1986.

Em 1985, a educação sofria várias mudanças, dentre elas, a administração em parceria. As escolas tinham que implantar os Conselhos Deliberativos com representação dos diversos segmentos da Unidade Escolar, isto é, pais, alunos, professores e funcionários.

Entre as metas para elevar o Colégio Antônio Knabben ao crescimento, estava o encaminhamento do processo de criação de mais dois cursos: Magistério do Pré-Escolar - Estudos Adicionais - 03 a 06 anos, cuja aprovação ocorreu em 23 de abril de 1986, pelo Parecer 227 / 86 / SEE. A classe de Pré-Escolar funcionava pela manhã, no Jardim de Infância Zilda Luck Silveira, em prédio da Prefeitura

Municipal. A matrícula total da escola ganhava o maior índice de todos os tempos, atingia a casa dos 472 alunos, matriculados nos cursos de: Pré-Escolar (3 a 6 anos), Curso Magistério em Pré-Escolar; Magistério de 1º Grau – 1ª à 4ª Série, e Técnico em Contabilidade.

Em 10 de dezembro de 1990, após o levantamento das prioridades, foi reencaminhado o projeto de obras para a construção das salas ambientes, Laboratório de Ciências Biológicas, sala de vídeo, biblioteca, mais uma sala de aula e uma sala para o Escritório Modelo, e o projeto da criação de um novo Curso Profissionalizante: Processamento de Dados, cuja autorização para o seu funcionamento ocorreu em 23/12/1993, com a Portaria N.º 555/93.

Em função deste reordenamento, no ano 2001, através da Portaria nº 020, houve a mudança do nome de Colégio Antônio Knabben para Escola de Ensino Médio Antônio Knabben.

Os alunos da nossa Unidade Escolar vêm de diversas localidades do município. A maioria de escolas de Ensino Fundamental da região, especialmente da EEB Catequista Joana Pendica (Pouso Alto), EEF Geraldina Maria Tavares (Centro) e EEF José Cardoso de Aguiar (Várzea das Canoas), alguns do Travessão, Indaial e Termas.

4. A base nacional comum curricular e os conteúdos do ensino médio

A Base Nacional Comum Curricular divide opiniões dos educadores. Fazemos, aqui, um breve levantamento daqueles que são contra, bem como algumas considerações daqueles que se manifestam de forma favorável. O objetivo é construir um diálogo entre os grupos, pontuando os pontos de vistas favoráveis e contrários ao movimento da base.

4.1 Argumentos Contrários à Base

Para os autores Moura, Filho (2017) a Lei 13.415/2017 está abrigada por uma racionalidade maior, que alberga um conjunto de medidas, em curso ou em elaboração, cujo objetivo é reconfigurar o Estado brasileiro no sentido de torná-lo ainda “mais mínimo” no que se refere às garantias dos direitos sociais e “mais máximo”

para regular os interesses do grande capital nacional e internacional, especialmente o financeiro/especulativo.

Com isso, a reforma do Ensino Médio promove um retrocesso educacional, com impacto negativo para o currículo escolar, sobretudo, porque com a retirada da obrigatoriedade de disciplinas, para Moura, Filho (2017) fica claro que a reforma acaba com o conceito de educação básica, fragmentando e esfacelando o Ensino Médio, de modo que as mudanças sinalizam a ampliação da carga horária escolar sem especificar o número mínimo dos dias letivos, para além disso, reduz o conhecimento obrigatório das estudantes, inferindo no princípio basilar do direito à educação que está sendo infringido.

Só são duas as disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio: língua portuguesa e matemática; as demais, e entre elas artes, educação física, sociologia e filosofia, devem ser obrigatoriamente incluídas, mas não por todo o percurso, o que pode significar apenas um módulo de curta duração. (KUENZER, 2017, p. 335).

Hoje, a grade curricular do Ensino Médio é composta pelas 13 disciplinas independentes e obrigatórias ao longo dos três anos. Com a reforma, essas disciplinas passarão a ser distribuídas em cinco categorias. Estas continuam sendo obrigatórias na primeira parte do ensino médio, com o conteúdo que é relevante a todo estudante, independente da trajetória escolhida para o início de seu itinerário de formação. Na prática, nenhuma das 13 disciplinas desapareceu do currículo, mas agora, elas compõem grandes áreas.

A grande preocupação com a BNCC e o novo ensino médio é que não existe a exigência de que todas as escolas ofereçam os cinco percursos formativos, o que pode acabar por induzir a escolha do estudante. Uma vez que a autonomia dos Estados e das escolas é assegurada constitucionalmente, não há garantias de que todas as instituições de ensino disponibilizarão as cinco opções de formação. Isso acaba por retirar o poder de escolha do estudante de baixa renda, que não terá condições de migrar para uma escola que ofereça o percurso de seu interesse, o que pode acabar ampliando as desigualdades já existentes no ensino.

A proposta de itinerário formativo apresentada na reforma do Ensino Médio anuncia uma fragmentação dos percursos formativos, disfarçada na promessa de um currículo mais flexível e atraente, negando o direito a uma formação básica comum e

propondo formações distintas de acordo com a origem social. Essa profissionalização como opção formativa não assegura o acesso a formação técnico-profissional adequada, mas aponta para a precarização e acentuação do processo de privatização por meio de parcerias (LINO, 2017 *apud* MONTEIRO, ALVES).

Reafirmamos que a centralidade da reforma está na constituição de cinco itinerários formativos, sendo inclusive o mais divulgado como elemento de propaganda ideológica a flexibilidade do currículo e do protagonismo conferido aos estudantes pela possibilidade de escolha de um dos itinerários. No entanto, por trás desse argumento reside a concepção mais regressiva da reforma, evidenciando-se o aligeiramento do Ensino Médio pela redução curricular; a perda da concepção de Ensino Médio como etapa final da Educação Básica, dado que a ideia de itinerários específicos é frontalmente contrária à concepção das DCNEM, que em seu art. 14 preconizam que “O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, concebida como conjunto orgânico, sequencial e articulado, deve assegurar sua função formativa para todos os estudantes ...” (BRASIL, 2012, grifo nosso *apud* MOURA, FILHO 2017).

4.2 Argumentos Favoráveis à Base

Por outro lado, há os defensores desse formato de Ensino Médio, justificando que a abordagem por competências e habilidades, conforme expressa na BNCC, defende a formação de um estudante que aprenda a aprender continuamente, que se envolva e se entusiasme pela vida, que valorize a interação com os outros, que faça conexões entre conhecimentos teóricos adquiridos e suas vivências práticas e que compreenda questões cada vez mais complexas ao longo de seu processo formativo. “As competências propõem como direito do estudante, ainda, uma formação ética, com base em valores claros, compartilhados socialmente e fundamentados em situações cotidianas diversas”. (PEREZ et al, 2019, p.11-12).

A BNCC, defendida como um instrumento importante para a gestão do currículo, é uma temática que tem hoje centralidade no debate educacional. Segundo a página eletrônica do Ministério de Educação (MEC),

A BNCC vai deixar claro os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio. Com ela os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante instrumento de gestão pedagógica e as

famílias poderão participar e acompanhar mais de perto a vida escolar de seus filhos (BRASIL, 2016, s.p.).

Cabe dizer que a BNCC não é o currículo. O currículo deverá ser construído a partir da base que prevê um ensino em formato espiral, sempre retomando os conceitos básicos e avançando num processo contínuo e dinâmico. Apesar de enfatizar o ensino de Língua Portuguesa e Matemática, a BNCC também traz a parte diversificada em que os sistemas de ensino poderão formatar o currículo, respeitando as questões locais, regionais.

Em relação aos currículos do novo ensino médio serão compostos por uma parte que mobiliza os conhecimentos previstos na BNCC (formação geral básica) e pelos itinerários formativos, indissociavelmente. Os itinerários formativos são o conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas escolas e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho. Os itinerários podem estar organizados por área do conhecimento e formação técnica e profissional ou mobilizar competências e habilidades de diferentes áreas ou da formação técnica e profissional, no caso dos itinerários integrados. Os estudantes podem cursar um ou mais itinerários formativos, de forma concomitante ou sequencial. As redes terão autonomia para definir os itinerários oferecidos, considerando suas particularidades e os anseios de professores e estudantes. Esses itinerários podem mobilizar todas ou apenas algumas competências específicas da(s) área(s) em que está organizado. (BRASIL, 2019).

Podemos perceber que o novo ensino médio divide opiniões e que cada grupo argumenta a partir de uma determinada concepção. Para nós, estudantes em formação de professores, estes argumentos e contra-argumentos nos auxiliam na formação que sabemos ser continuada.

5 RESULTADOS

Como já enunciamos, nossas atividades de escuta aconteceram junto à EEM. Antônio Knabben, localizada no município de Gravatal-SC.

Inicialmente nos apresentamos à equipe gestora da UE, sendo bem receptiva a acolhida. Esse primeiro contato se deu ainda no mês de julho.

Posteriormente, fomos contatados pelo professor Mário da Coordenadora Regional de Educação de Tubarão a quem relatamos os objetivos do Proesde-licenciatura e que acompanharíamos as reuniões que a escola faria com pais, professores, alunos e futuros alunos.

Assim, no mês de agosto, participamos de um encontro na escola, juntamente com técnicas da CRE de Tubarão. Neste dia, conhecemos a escola e fomos informados de que os questionários enviados pela SED já estavam sendo aplicados.

Não participamos da reunião de pais, pois ela já havia acontecido. Mas, ainda assim, a equipe nos informou sobre a metodologia que desenvolveu com os pais para a aplicação dos roteiros de pesquisa.

Conforme relatos da equipe gestora, os questionários foram impressos e entregue aos pais durante o encontro e com o auxílio da equipe, foram respondendo e questionando quando tinham dúvidas.

Nessa escuta, a equipe comentou que a comunidade escolar teve dúvidas em relação ao novo formato do ensino médio e nos relatou também que a própria equipe tinha dúvidas sobre o projeto a ser implantado na escola.

Questionamos por que a escola há via sido selecionada para implantar o novo ensino médio a partir de 2020. Nem os representantes da CRE e nem a equipe gestora conhecia os motivos. Ainda assim, desenvolveram todo o trabalho com muita competência e cumprindo os prazos determinados.

Em relação, aos questionários aplicados aos alunos do 9º ano das escolas municipais e estaduais do município de outras comunidades que compõem a área de abrangência da EEM. Antônio Knabben, tivemos oportunidade de acompanhar uma escuta e dialogar com umas das professoras responsável pela aplicação dos roteiros de pesquisa.

Com os alunos das escolas visitadas, foi desenvolvida uma metodologia deferente da aplicada aos pais. A equipe da EEM. Antônio Knabben foi a essas escolas e autorizada pelas mesmas, trabalhava com os alunos do 9º ano no laboratório de informática da UE. Explicavam o objetivo da visita e acessavam o *site* da SED e respondiam ao questionário *online*.

A equipe explicava sobre os cinco percursos formativos e os alunos iam respondendo conforme se alinhavam às propostas que eram sugeridas.

Nessa escuta, percebemos que o grande interesse dos alunos está voltado às questões das tecnologias de comunicação e informação, ainda que não tenham

clareza sobre os conhecimentos prévios que estão implicados nesta área. Assim, a grande área escolhida era a de Linguagens e suas Tecnologias e não levavam em conta que nesta área a Matemática e suas Tecnologias são ferramentas básicas.

Ressaltamos a importância do instrumento aplicado pela SED para traçar um panorama, ainda que apresente fragilidades, pois assim será possível traçar um estudo sistematizado que atenda as demandas da comunidade escolar.

Resta dizer que são necessárias muitas melhorias no espaço escolar que vão desde a ampliação do espaço físico até a reestruturação do acervo da biblioteca, de laboratórios, de espaços de convivência, de formação aos docentes, de apoio a equipe gestora.

Aqui, relatamos alguns dados da pesquisa:

66% dos alunos que estudam o ensino médio colocaram que o principal motivo que os levam a cursar o ensino médio é para entrar na faculdade.

77% concordaram que o ensino médio atual os ajuda a alcançar seus objetivos de vida.

73% dos alunos afirmam que existe significado naquilo que estudam hoje no ensino médio.

83% dos alunos concordam que sua escola ajuda a definir o que ele irá fazer no futuro.

Sobre as formas de avaliação que levam o aluno a aprender mais, quase a metade dos pesquisados responderam que é por meio de uma prova em cada final de período que eles aprendem mais.

74% dos alunos gostariam de fazer algum tipo de formação técnica e profissional durante o ensino médio.

Quanto às mudanças que irão ocorrer no ensino médio, 49% dos alunos sabiam que poderão ter a possibilidade de escolher quais conhecimentos irão aprofundar no ensino médio.

A maioria dos alunos preferem escolher depois que tiver certeza sobre o que querem fazer no futuro.

A área do conhecimento “Ciências da Natureza e suas Tecnologia” foi a que mais os alunos demonstram interesse em se aprofundar.

A maioria dos alunos preferem se matricular e frequentar aulas apenas meio período.

74% dos alunos gostariam de fazer algum tipo de formação técnica e profissional, 39% deles gostariam que fosse no mesmo período em que estudam.

Resultado da pesquisa enviada aos pais dos alunos

Os filhos devem si aprofundar mais nas áreas de conhecimento sobre Linguagem e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias;

Estudarem apenas um período (noturno);

Se aplicada uma hora a mais na carga horária usar para atividades esportivas ou tirar dúvidas e realizar revisão de conteúdo;

Que seus filhos tivessem uma formação técnica própria escola onde ele estuda o ensino médio e no mesmo período ou que se estendesse por dois anos;

Nas atividades a serem aplicadas no desenvolvimento na escola destacaram-se as de: pesquisa científica, atividades esportivas e atividades tecnológicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EEM. Antônio Knabben, no município de Gravatal-SC, implantará no próximo ano o Novo Ensino Médio. Apesar de algumas fragilidades em relação ao espaço físico, ao material didático-pedagógico, às incertezas dos docentes sobre de que forma se dará a implantação do currículo, de maneira geral constatamos o comprometimento da equipe escolar e também das técnicas da CRE. Há um esforço muito grande no sentido de fazer dar certo, de estruturar a escola para receber as inovações e os desafios iniciais que demandam de toda iniciativa inovadora.

Também constatamos que toda a metodologia proposta pela SED, apesar do tempo exíguo para sua execução, foi cumprida pela unidade escolar. Os questionários foram postados no tempo determinado pela SED. Também havia muita preocupação com o preenchimento do PDDE interativo, pois dali advém recursos financeiros para o custeio das necessidades escolares.

A região em que está inserida a escola tem potencial turístico, apesar de que nem alunos, nem pais percebam isso como potencial. As atividades envolvendo as questões de desenvolvimento tecnológico são as que mais foram apontadas e referenciadas nas escutas.

Esperamos que os anseios da comunidade sejam atendidos e que a implantação do novo ensino médio seja uma oportunidade de desenvolvimento para todos os alunos e que suas expectativas sejam atendidas.

Os pais demonstraram uma certa apreensão com a questão do tempo integral, preocupação partilhada pelos docentes que atuam na escola. Essa preocupação se dá em função do número de alunos do ensino médio que já trabalham e que poderão deixar de frequentar a escola em função de não conseguir conciliar trabalho/escola.

Em relação aos itinerários, restam muitas perguntas cujas respostas não estão muito bem evidenciadas. Como já dissemos, a área tecnológica é o que mais chama atenção dos alunos, mas ao escolher o percurso formativo, optam pelas linguagens e suas tecnologias, em função da pouca afinidade com a Matemática e a Ciências da Natureza.

Por fim, cabe dizer que há uma expectativa positiva em relação ao acolhimento da proposta, apesar das dificuldades que certamente virão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI LDB nº 9394, de 20.12.96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei 13.415, 06 de fevereiro de 2017** Altera: • Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Brasília 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 25 de mai de 2019.

EEM. Antônio Knabben. **Projeto Político Pedagógico.** 2019. Mimeo.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional:** as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. Ed. – 6. Reimpr. – São Paulo: Atlas 2008.

LINO. Lucilia A. As ameaças da reforma: Desqualificação e exclusão. Retratos da Escola, Brasília, vol.11, n.20, jan/jun/2017, p.75-90.

LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiani Santos; LUCENA, Lurdes (Org.). **A Crise da Democracia Brasileira.** Navegando, Uberlândia – MG, 2017.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima. A reforma do

ensino médio Regressão de direitos sociais. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109- 129, jan./jun. 2017. Disponível em: Acesso em 22 Jun. 2019.

PEREZ, Tereza(org.) **BNCC – a Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica organização.** São Paulo: Moderna, 2018.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão e DINIZ-PEREIRA Júlio Emílio. **Tentativas de Padronização do Currículo e da Formação de Professores no Brasil.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622016000300281&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 30 de set. de 2019.

SANTOS, Sílvia Alves dos Santos & MALANCHEN, Júlia. O Golpe Parlamentar de 2016 e o Reordenamento da Hegemonia Burguesa. In: SOARES NETO, Joaquim José. **Uma escala para medir a infraestrutura escolar** (Estudos em Avaliação Educacional; jan./abr. 2013).

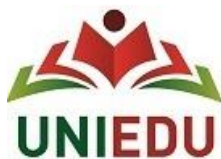
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXO C- Fotos da EEM. Antônio Knabben









EMITI - ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Amanda Bombassaro³⁸
Emanoel Silveira³⁹
Josciane Tessari⁴⁰
Ilse Behrens⁴¹
Rosana Rachinski D'Agostini⁴²

RESUMO: Este documento apresenta um relato de experiência das atividades e ações desenvolvidas pelos acadêmicos bolsistas do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - PROESDE da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). O relato destina-se a descrever e socializar ações e atividades desenvolvidas, por meio da articulação entre sua formação acadêmica, e atividades desenvolvidas nas escolas, considerando intervenções feitas junto aos professores, coordenação pedagógica, direção e alunos através de acompanhamento a discussões da implementação do Ensino Médio Integral em conformidade com a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. O projeto foi desenvolvido por meio de estudos, discussões, pesquisas, visitas técnicas, entrevista com diretores e equipe pedagógica da escola EEB Machado de Assis, do município de Timbó Grande/SC, com a finalidade de conhecer as políticas de Educação, tendo como base a BNCC e a Proposta Curricular Catarinense. O projeto desenvolvido oportunizou aos acadêmicos bolsistas conhecer e constatar que Ensino Médio Integral chegou para tirar da zona de conforto, tanto a gestão como a equipe de professores, mas que as experiências da escola já apresentam resultados como uma escola sustentável, uma maior conscientização dos alunos da importância de estudar e fomentando o caráter intelectual do mesmo. Hoje a Escola Machado de Assis vive momentos de incríveis conquistas, onde se tornou referência estadual dentro do programa, sendo uma das únicas da região com Ensino Médio Integral implantado e com resultados.

Palavras Chave: Educação; Ensino Médio Integral; PROESDE.

1 INTRODUÇÃO

A educação é fundamental e essencial na vida das pessoas ao todo, afetando no modo de desenvolvimento de um país e também de cada pessoa, garantindo um progresso social, econômico e cultural, sendo que a escola tem um papel importante nessa questão, principalmente no que se refere ao desenvolvimento.

³⁸ Acadêmica do PROESDE Licenciatura

³⁹ Acadêmico do PROESDE Licenciatura

⁴⁰ Acadêmica do PROESDE Licenciatura

⁴¹ Professora Orientadora da UNIARP

⁴² Professora Orientadora da UNIARP

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que tem por objetivo trazer a diversidade, igualdade e equidade, apresentando as competências gerais da educação como principal material obrigatório de apoio no espaço pedagógico.

O presente trabalho estará apresentando os passos para a implementação do novo Ensino Médio na EEB Machado de Assis, município de Timbó Grande/SC, e as perspectivas sobre os estudos da Base Nacional Comum Curricular, a qual tem por finalidade fortalecer a autonomia dos alunos, as relações entre eles e ampliar a compreensão de si e do mundo.

As atividades desenvolvidas pelos acadêmicos tiveram como objetivo compreender melhor as políticas de educação básica através do acompanhamento das reuniões e discussões relacionadas ao planejamento das atividades e ações do Ensino Médio Integral, considerando os objetivos da formação profissional para o mercado de trabalho, bem como uma melhor formação cidadã.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 BNCC

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC desempenha um papel fundamental na nova visão do Ensino Médio, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressar, discutindo a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas.

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que os alunos devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania

e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

Trata-se de uma ação em política pública educacional que está ainda no seu início, mas que busca responder às questões colocadas há tempos na sociedade e que de alguma forma, exprimem as tensões de concepções formativas antagônicas e, conseqüentemente, como combustível da luta de classes. Portanto, o desenrolar dos fatos expressam a história em processo, sentido de que valem Ramos e Frigotto (2016, p. 33) citando Florestan Fernandes (1989) de que, “História em processo evoca uma maneira de apanhar a história em seu movimento de vir-a-ser cotidiano (ou seja, como ela brota aos ‘nossos olhos’; ou se desenrolou num presente vivido e em um passado que possa ser descrito ‘dinamicamente’ (GAWRYSZEWSKI, 2018, p.828)

Outro fator importante que contextualiza os objetivos da Educação em tempo integral estão registrados no Plano Nacional de Educação, sob novo status, com progressão de matrículas:

O tempo integral nas escolas ganhou, a partir do Plano Nacional de Educação, um novo status, e a progressão das matrículas nos últimos anos tem crescido significativamente, o que se traduz em uma nova realidade para a educação escolarizada brasileira, marcada pelo período parcial. Houve um salto de matrículas em tempo integral na Rede Pública da Educação Básica, de 7,5% (3.211.811 – valor absoluto) em 2011, para 15,7% (6.395.102 - valor absoluto) (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2016) (ZANARDI, 2016. p.84).

A educação formal, a cada dia se torna mais importante dentro do processo de desenvolvimento do ser humano. Independentemente da lei exigir que o aluno esteja na escola em tempo integral, esta realidade se torna parte da vivência deste aluno, aumentando a necessidade da participação no processo escolar.

2.2 Proposta Curricular de Santa Catarina

A Proposta Curricular de Santa Catarina, como política pública para a rede de ensino, vem se constituindo num trabalho coletivo que teve início em 1988 por iniciativa da Secretaria de Educação, envolvendo equipes técnicas de governo e educadores da rede pública de ensino e que ao longo dessa trajetória produziu 06 cadernos temáticos em 04 etapas distintas (1988-1991, 1996-1998, 2000-2001 e 2003-2005).

Ela é considerada um documento norteador da prática pedagógica das escolas públicas da rede estadual de ensino. O objetivo central da Proposta Curricular de Santa Catarina é constituir-se como referência teórica e metodológica para a conduta educativa catarinense, embasado nos princípios do materialismo-histórico e dialético, e na abordagem histórico-cultural.

A proposta é um conjunto de orientações curriculares que visam a melhoria da qualidade do ensino da rede pública estadual, na concepção de direcionar a educação a inclusão social. Ao longo de 26 anos, foi caracterizada de uma trajetória de construção coletiva, a Proposta Curricular de Santa Catarina vem sendo desenvolvida para atender a nova diligência educacional e curricular, mas mantendo a ideia principal que a fundamenta.

A Proposta Curricular de Santa Catarina recebeu influência da Legislação, dentro de cada versão. A Constituição Federal/1988 apoiou a primeira versão, afirmando que todos são iguais perante a Lei (art., 5º), e que a educação é um direito social de todos (art. 6º).

A segunda versão da Proposta recebeu o apoio legal do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990), afirmando que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Além disso, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) veio reafirmar que a Educação é dever da família e do Estado e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando.

A terceira versão da Proposta Curricular teve o apoio legal do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), universalizando o Ensino Fundamental com 9 anos, reduzindo a repetência e o abandono escolar, atendendo em larga escala as crianças de 3 a 5 anos de idade e propondo a erradicação do analfabetismo até 2010.

A quarta versão da Proposta Curricular recebeu o apoio do Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024), determinando as diretrizes, metas e estratégias para a Política Educacional, garantindo o direito à educação Básica, promovendo o acesso, a universalização do ensino obrigatório e a ampliação das oportunidades educacionais.

3 DESENVOLVIMENTO

Os problemas da educação brasileira são conhecidos por todos os envolvidos no processo educacional. Há muitos anos o sistema educacional do país opera de

modo automático e precário, onde o ensino tradicionalista ainda domina. Portanto, reformular esta engrenagem não é algo fácil. Porém a EEB Machado de Assis ampliou sua fronteira de qualidade educacional, passando pela ressignificação do propósito de educação, visando uma escola de qualidade para o século 21, sendo que isto requer uma visão de educação integral que vá para além da dimensão do desempenho acadêmico. O propósito maior é que os jovens possam ser formados por inteiro naquilo que são de verdade, no modo como convivem, em como se relacionam com a escola, o conhecimento e o mundo do trabalho. Para isso, é preciso que as ações educativas invistam fortemente no desenvolvimento da autonomia dos estudantes, desenvolvendo competências cognitivas e sócio emocionais altamente estruturantes para viver no mundo atual, marcado pela instantaneidade nas comunicações, pela complexidade e por mudanças velozes.

As competências abordadas nesta nova modalidade de ensino são: abertura para o novo, comunicação, autoconhecimento, pensamento crítico, colaboração, resolução de problemas, responsabilidade e criatividade.

A EEB Machado de Assis é uma escola de médio porte com 440 alunos, atendendo turmas das séries finais do Ensino Fundamental e por ser uma escola de um município pequeno, (aproximadamente nove mil habitantes), a EEB Machado de Assis é a única a oferecer Ensino Médio. Devido a este contexto, 64% dos educandos do município cursam o Ensino Médio.

Atendendo as necessidades de se conhecer melhor o discente que frequenta a EEB Machado de Assis, realizou-se uma pesquisa, a qual foi aplicada em sala de aula pelos professores. Primeiramente, elaborou-se um questionário que abordava aspectos sociais, econômicos e culturais. Os resultados da pesquisa revelaram que por termos jovens oriundos dos quatro cantos do município, a diversidade cultural e familiar é bem heterogênea. Uma estatística importante é que no período matutino 55,7% dos estudantes são da zona rural, dentre eles alguns alunos chegam a caminhar até 8 km para pegar o transporte escolar e no inverno rigoroso onde as chuvas intensas acabam afetando o transporte essa clientela é a que mais sofre com faltas, exigindo-se uma dinâmica pedagógica diferenciada.

Outro dado importante são os laços familiares, pois quando são efetuadas reuniões, momentos de integração ou conselhos de classe, os pais de alunos do interior se fazem presentes com maior frequência, enquanto os da zona urbana se

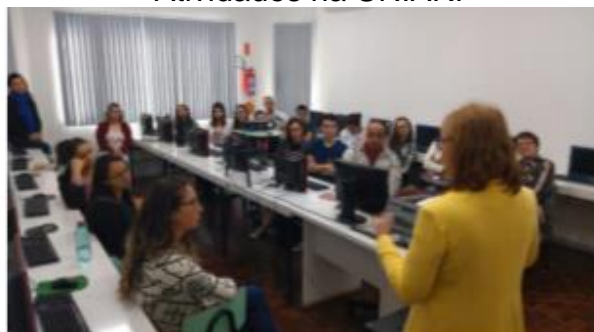
mostram mais apáticos, isso fica evidenciado na lista de presença. A figura 1 - mostra a reunião realizada na Escola Machado de Assis com a direção e equipe pedagógica.

Figura 1 – Fotos atividades desenvolvidas na Escola Machado de Assis – Timbó Grande

Discussão na Escola- Machado de Assis



Atividades na UNIARP



Fonte: Fotos organizada pelos autores (bolsistas PROESDE Licenciaturas)

À escola cabe o papel de principal responsável pela organização e desenvolvimento das capacidades científicas e cognitivas de nossos alunos. O objetivo de buscar estratégias para que os alunos de baixo rendimento possam ter acesso ao conhecimento através de recuperação imediata e paralela com vistas à lei vigente, estratégias de aprendizagens, desempenho escolar tendo em vista contribuir para uma reflexão sobre a possibilidade de se fortalecer a capacidade de aprendizagem de alunos em risco de repetência e evasão escolar, quanto sobre a necessidade de melhorar os cursos de formação de professores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola trabalha no foco Sociointeracionista, buscando atender às necessidades da comunidade trabalhando assim, norteadas pela Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina.

O caráter transformador da escola é determinado pelo nível de consciência e instrumentalização científica, técnica, crítica e criativa que seus alunos venham a alcançar para assumirem, de fato, seu papel ativo, na história. Sem competência científica e ética não há competência educacional. Desse modo, a transformação social não é “catequizar” ideologicamente, mas fomentar as capacidades intelectuais, as atitudes e os comportamentos críticos produtivos de bens materiais e culturais.

Os momentos que os acadêmicos vivenciaram com os(as) educandos(as) evidenciaram como seus sonhos e suas propostas convergiam para o desafio que o conceito de Educação Integral traz para a comunidade escolar.

À escola compete ainda exercer um caráter mediador, ou seja, através do domínio dos princípios científicos e de suas diversas linguagens o cidadão escolarizado potencializa suas relações com a natureza e com a sociedade. Pela escola, o cidadão não só avança na capacidade de interpretar a realidade de forma crítica, mas de agir consciente e produtivamente respeitando a si e ao outro. As novas relações sociais, em nível micro e planetário, criaram novos conceitos históricogeográficos, culturais, econômicos e comerciais. Por sua vez, impõe-se hoje uma nova concepção de história, de sociedade e, portanto, de homem, o que implica um novo conceito de escola e seu papel social.

Neste sentido corrobora ZANARDI (2016.p. 104) quando afirmar que: É necessário compreender a educação dialógica como fundamento de uma Educação Integral, uma vez que esta deve potencializar a criatividade, a autonomia, a criticidade e o desenvolvimento integral dos (as) educandos (as) em suas múltiplas dimensões. Isto significa um novo protagonismo destes sujeitos na articulação entre suas experiências e vivências com o conhecimento escolarizado, bem como a construção de um espaço escolar transformador. Esta educação deve ir além da preparação para a cidadania. Vamos educar na cidadania, exercendo-a na escola!

A pesquisa como meio de aperfeiçoamento docente contínuo, logo, através desta, o mesmo poderá tanto atualizar seus conhecimentos como também estimular seus alunos ao mesmo hábito, através de oficinas pedagógicas e projetos de estudos ao longo do ano letivo. A relação que se estabelece entre educador e educando é alicerçada pelo princípio do aprendizado mútuo, não havendo uma verdade absoluta trazida pelo professor para a sala de aula, uma vez que o aluno já traz consigo conhecimentos prévios e, conseqüentemente, sua visão de mundo.

A reflexão constante da teoria aliada à prática docente, como forma de melhorar a próxima e sendo assim, não perder o verdadeiro sentido através de “ficha avaliativa” realizada pelo educando e a família, e promoção de momentos de partilha e experiências entre os educadores através de oficinas. O comprometimento com a educação de qualidade e igualitária, visando à inserção de indivíduos ainda marginalizados, numa sociedade desigual e excludente, pois, somente por meio dessa

educação ideal, os envolvidos nesse processo terão acesso à inclusão na sociedade vigente.

A participação dos acadêmicos do PROESDE na escola trouxe uma nova visão de todo o processo. As discussões com os professores e com a equipe gestora auxiliaram na compreensão do EMITI, tornando os acadêmicos agentes defensores da implantação do novo sistema. O contato com os alunos e a participação em algumas atividades práticas e dinâmicas de estudo e integração social auxiliaram no momento de dar depoimentos, incentivando os alunos a continuarem seus estudos e serem autores de sua história.

5 CONCLUSÃO

Tendo consciência desse projeto o programa de Ensino Médio Integral chegou para tirar da zona de conforto, tanto os gestores como a equipe de professores e os alunos. Os resultados são uma escola sustentável, visando à conscientização dos alunos e fomentando o caráter intelectual do mesmo. Hoje a EEB Machado de Assis vive momentos de incríveis conquistas, onde se tornou referência estadual dentro do programa, como escola inspiradora de boas práticas.

A reforma do espaço físico, a implementação do Ensino Médio Integral, o apoio do Instituto Airton Senna, a conscientização dos alunos da sua participação num Projeto de Vida, a melhoria dos planejamentos e práticas dos professores, foram alguns dos fatores que fizeram a diferença em todo o processo, trazendo melhorias sob todos os aspectos.

REFERÊNCIAS

Base Nacional Comum Curricular. Acesso em 17/11/2019 <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>

GAWRYSZEWSKI, Bruno. TEMPO INTEGRAL: MAIS UMA SOLUÇÃO PARA O ENSINO MÉDIO? Disponível em: < file:///C:/Users/drosana/Downloads/8651796-Texto%20do%20artigo43536-2-10-20181003.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo, Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula. 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

Movimento pela Base. 2017. Acesso em 17/11/2019. Disponível em <<http://movimentopelabase.org.br>>

POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de PróReitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, de maio de 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 25 set 2018.

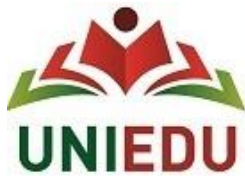
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP.. Disponível site: <<http://www.uniarp.edu.br/home/auniarp/institucional/pdi/>>. Disponível em: 30 de set. 2018.

PROESDE – Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional> Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2019.

ROJO, Claudio Antonio; WALTER, Silvana Anita. Relato Técnico: Roteiro para elaboração. Revista Competitividade e Sustentabilidade – ComSus, Paraná, v. 1, n. 1, p. 01-18, Jan /Dez. 2014.

SANTOS, Clóvis Roberto dos, Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação. 2ª ed atual. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. EDUCAÇÃO INTEGRAL, TEMPO INTEGRAL E PAULO FREIRE: OS DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO CONHECIMENTO-TEMPOTERRITÓRIO. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/26354/19389>>. Acesso em 13 dez. 2019.



PROESDE UNIPLAC 2019: UMA POLÍTICA POTENTE DE INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Carlos Alberto Bertaiolli⁴³
Geraldo Augusto Locks⁴⁴
Ilton Agostini Junior⁴⁵
Josilaine Antunes Pereira⁴⁶
José Batista da Rosa⁴⁷
Mariléia Aparecida Wolff Tubs⁴⁸
Sadi Ricardo da Silva Bastos⁴⁹
Sueli Kraus Coelho de Farias⁵⁰

RESUMO: Neste relato de experiência reflete-se alguns aspectos relativos ao percurso pedagógico do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional Licenciatura e Desenvolvimento da Universidade do Planalto Catarinense, em 2019. Caracteriza-se o contexto da Universidade, território de sua atuação com seus entraves quando se reflete o desenvolvimento socioeducacional. Demonstramos, outrossim, a relevância do Programa para a região. No PROESDE desenvolvimento apresenta-se elementos do Projeto Pedagógico do Curso e seu desenvolvimento no que tange a organização curricular, práticas integradas/visitas de campo; os Projetos Pesquisa-Ação e os seminários; a base metodológica adotada advém da pesquisa participativa, que possibilita um posicionamento ativo e crítico de professores e estudantes. Permite a intervenção e a busca da transformação da realidade por meio da construção socialização do conhecimento, a partir da participação individual e coletiva permeada pelo diálogo pedagógico. O foco da pesquisa foi a execução de um Projeto de Pesquisa-Ação pelos estudantes organizados em grupos. Os processos educativos desenvolvidos resultaram em crescimento para estudantes e sujeitos pesquisados e instituições com quem estiveram interagindo ao longo do Curso. No PROEDE Licenciatura, descreve-se parcialmente o resultado da observação e intervenção realizada numa Escola de Educação Básica localizada no

⁴³Prof. Ms. em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). bertaiolli.carlos@gmail.com

⁴⁴ Prof. Dr. em Antropologia Social da Universidade do Planalto Catarinense. Coordenador Pedagógico do Curso de Extensão Formação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE). geraldolocks@gmail.com

⁴⁵Prof. Dr. em Ciências do Solo da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). iltonpma@hotmail.com

⁴⁶ Profa. Ms. em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Doutoranda no Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISSINOS). antunesjo@hotmail.com

⁴⁷Prof. Ms. em Sociologia Política da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). rosajosebatista@gmail.com

⁴⁸ Profa. Ms. em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Coordenadora do Curso de Extensão Proesde Licenciatura. marileiawt@gmail.com

⁴⁹ Prof. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). sadibastos@gmail.com

⁵⁰ Profa. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). sueli_kraus_farias@hotmail.com

município de Lages-SC. O PROESDE mostra-se uma potente política na educação superior da UNIPLAC em efetiva parceria com o governo catarinense. Possibilita a permanência do estudante na universidade pelo acesso a bolsa; oportuniza a prática do ensino, pesquisa e extensão, colocando-se como uma estratégia de inclusão sócioeducacional e enfrentamento das desigualdades sociais tendo em perspectiva o desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Relato de experiência. PROESDE desenvolvimento. Licenciatura Pesquisa-Ação.

1 INTRODUÇÃO

Neste relato de experiência reflete-se sobre o percurso pedagógico do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional realizado na Universidade do Planalto Catarinense, em 2019. A reflexão aborda elementos atuais do contexto da Universidade, território de sua atuação com seus entraves quando se reflete o desenvolvimento socioeducacional. Demonstra-se, outrossim, a relevância do PROESDE com enfoque no desenvolvimento para a região. Apresenta-se alguns aspectos do Projeto Pedagógico do Curso e seu desenvolvimento No PROEDE Licenciatura, descreve-se o resultado da observação e intervenção realizadas pelas alunas dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Letras numa Escola de Educação Básica localizada no município de Lages-SC, no período de setembro a novembro de 2019.

2. RELATO DE EXPERIENCIA

A Universidade do Planalto Catarinense completou sessenta anos de atuação e compromisso com o desenvolvimento da região em 2019. Trata-se de uma das mais antigas Instituições de Ensino Superior do interior do Estado de Santa Catarina. Foi elevada ao *status* de Universidade em 1999. Mantém sua missão em “Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, tecnicocientífica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional”. (PDI, 2010-2018).⁵¹ Desde sua fundação a UNIPLAC tem destacado grandes desafios sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais a serem superados com vistas a um desenvolvimento regional solidário, justo e

⁵¹Disponível

<https://data.uniplaclages.edu.br/documentos/f6989a0f6bb67e9a0ec1517dfa952cdd.pdf>

Acesso em: 24 jan. 2020.

sustentável. Numa perspectiva sociológica, podemos afirmar que a questão social, isto é, as contradições inerentes da relação capital trabalho, tem se constituído no entrave estrutural a gerar um desenvolvimento marcado pela desigualdade social, concentração de bens e renda, baixa renda domiciliar per capita, desqualificação na formação para o trabalho, elevado número de pessoas em situação de pobreza. Estes e outros indicativos, levaram o Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030 (PDSC 2030, 2018), refletido no PROESDE 2019, afirmar que

O Planalto Serrano possui população correspondente a 3,9% do total do estado, e PIB correspondente a 3,2%. Seu rendimento domiciliar per capita é 25% inferior à média estadual e possui, relativamente, número elevado de pessoas em situação de pobreza, mais de 49 mil pessoas, representando 9,5% do total do estado, muito acima de sua participação na população. Por essas razões, o Planalto Serrano configura-se como uma das macrorregiões de maior debilidade econômico-social. (PLANO SC 2030, 2018, p. 140).

Os dados permitem afirmar que os 18 municípios que compõe a região, encontram-se em situação de significativa desigualdade se comparados em relação às outras regiões do Estado de Santa Catarina. E, segundo o documento citado, os obstáculos encontram-se em diferentes áreas, nomeadamente, do desenvolvimento econômico, social, infraestrutura, mobilidade urbana e meio ambiente. Embora, o texto também apresente as estratégias para a superação dos entraves em cada dimensão, abaixo trazemos os entraves:

[...] na área da **Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia**, falta de infraestrutura (gás, aeroporto, porto seco), reduzida diversificação produtiva e predomínio de atividades de baixa agregação de valor, gerando círculo vicioso de baixo crescimento econômico; na área da **Agricultura e Pesca**, foram também apontadas debilidades de infraestrutura, relacionadas às redes de energia elétrica e internet, falta de educação formal e técnica direcionada às atividades rurais, e elevada especialização produtiva e de baixa agregação de valor; na área de **Turismo**, foi registrado carência de infraestrutura de grande porte, como o aeroporto, e de menor porte de apoio a formas menos tradicionais de turismo, como o Ecoturismo e o Enoturismo; nos segmentos de **Cultura e Esportes**, foi destacada a desarticulação entre entes públicos e privados como o principal obstáculo a ser superado, sendo a institucionalização dos conselhos e dos fundos municipais entendida como uma condição necessária. Por sua vez, na dimensão desenvolvimento social, os principais obstáculos apontados pelos participantes foram: na área de **Educação**, abandono e reprovação de alunos, falta de parceria entre os atores públicos e privados e falta de formação e valorização dos profissionais da educação; na área da **Saúde**, ocorrência de taxas de mortalidade infantil e por doenças crônicas não transmissíveis substancialmente maiores do que

a média estadual, bem como problemas de gestão da rede de saúde; na área de **Segurança Pública**, foi destacado o fato de a macrorregião mais pobre do território catarinense ter apresentado índices de criminalidade inferiores à média do estado, com exceção do crime de lesão corporal, que costuma estar ligado a aspectos da cultura local; na área de **Assistência Social**, os obstáculos apontados concentraram-se em trabalho e renda, em vista da baixa oferta de trabalho e da sazonalidade, e na moradia, em vista do déficit habitacional. Por último, os obstáculos na dimensão **infraestrutura e meio ambiente** foram: na área de Infraestrutura, deficiências na ligação leste-oeste devidas à ausência de terceira faixa na BR-282, na qualidade da energia elétrica e na extensão das redes de saneamento básico, estas últimas associadas à baixa densidade demográfica; na área da **Mobilidade Urbana**, problemas com baixa qualidade de pavimentação e iluminação de ruas e com drenagem urbana, falta de qualidade dos passeios e falta de observância e fiscalização do código de obras dos municípios; na área de **Meio ambiente**, os principais obstáculos apontados referem-se ao tratamento de esgotos e à alta incidência de crimes ambientais. (PLANO SC 2030, 2018, p. 142-143).

É o cenário descrito acima que devemos considerar na execução do PROESDE na UNIPLAC. Ou seja, o estudante que também é sujeito construído e participe deste paradigmático desenvolvimento tem neste Curso de Extensão, por meio de teorias, conceitos, categorias e práticas, possibilidades de refinar sua consciência sobre esta realidade. Outrossim, com os Projetos de Pesquisa-Ação, interferir nesta mesma realidade, agregando conhecimentos e práticas, saberes e fazeres à sua formação profissional. Com objetivo de entusiasmar os estudantes no primeiro dia de atividades após a aula inaugural, dia 18 de maio, inovamos a prática pedagógica no Curso compondo uma mesa com egressos do curso. Foram quatro acadêmicos, das turmas de 2009, 2016 e 2018. Destacamos um depoimento:

É lá no dia-a-dia do trabalho que nós sentimos o valor deste curso". Outro salientou: "Diante dos inúmeros problemas existentes na comunidade, temos que pensar na organização e formação da população local. Ter muito cuidado quando pensamos em trazer indústrias de fora, pensando que vão trazer a solução". Outro estudante enfatizou: "Em 2018, quando nos deslocamos para os municípios de Urupema e Rio Rufino, pudemos ver a UNIVERSIDADE na COMUNIDADE. As pessoas se admiravam com os estudantes prestando serviços nas áreas da saúde, arquitetura e educação ambiental, sem nenhum pagamento". Mais de um acadêmico repetiu, "se eu pudesse faria novamente este curso". Todos recomendaram aos colegas, valorizar e aproveitar a oportunidade que a UNIPLAC oferece com o PROESDE, "pois mesmo sendo aos sábados, exige bastante, mais só mais tarde vamos sentir o seu valor."⁵²

⁵² Registro em caderno de campo elaborado pela coordenação pedagógica do curso em 18 mai. 2029.

Participaram do PROESDE Desenvolvimento 2019, cinquenta e três estudantes. O avanço na participação de estudantes e novos cursos ocorreu na sua expansão para a área da saúde. Cursos de Odontologia e Medicina, não haviam participado até então. Um dos fatores responsáveis por esta nova realidade foi o aumento do volume de recursos em bolsas disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação.

Do ponto de vista do Projeto Pedagógico, o PROESDE, em sua concepção, foi oferecido na modalidade de extensão, mantendo-se a

[...] articulação com o Ensino e a Pesquisa. Neste sentido o Curso organiza-se em momentos de universidade e momentos de comunidade. Na universidade o estudante aproxima-se de referenciais teóricos por meio de módulos temáticos e nos momentos de comunidade, realiza sua inserção com a realidade social, econômica, política, cultural e ambiental de uma determinada microrregião Planalto Catarinense. A articulação teoria/prática/teoria ocorre na interação dos tempos universidade e comunidade. (UNIPLAC, pp. 12-13, 2015).

Para o cumprimento de sua organização curricular desenvolvida em duzentas horas, seguiu-se o quadro abaixo contido no Projeto de Curso do PROESDE, discutido pelo grupo gestor do PROESDE, constituído pelos coordenadores de cursos e técnicos da Equipe GEPRE/DIPE da Secretaria de Estado da Educação:

Organização Curricular⁵³

Eixos	Temas	Carga Horária
Desenvolvimento Regional Sustentável	Desenvolvimento e sustentabilidade	60
	História e geografia regional	
	Práticas Integradas em Desenvolvimento Regional I	
Educação, Cidadania e Desenvolvimento	Educação e Desenvolvimento	60
	Educação e cidadania	
	Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional II	

⁵³ Disponível em:

<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/cursos-de-extensao/cursos-de-extensao-2>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Empreendedorismo, Inovação e Políticas Públicas	Empreendedorismo e Inovação	60
	Políticas públicas e desenvolvimento regional	
	Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional III	
	Seminário Regional I	07
	Seminário Regional II	07
	Seminário Estadual	06
	Total	200 h

Duas observações são importantes neste relatório. Primeiro, dado as especificidades e particularidades do território do Planalto Catarinense, outros temas forma agregados para além dos previstos em cada eixo apontados no quadro acima. Por exemplo, Estudos sócio antropológicos: cultura regional; Economia Solidária; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; Educação ambiental e sustentabilidade.

Segundo, no que concerne às Práticas Integradas, os estudantes realizaram as seguintes visitas de campo: visita aos espaços e instituições culturais (Praças, Monumentos, Igrejas, Museus, Parques, Centro Cultural Vidal Ramos, Centros Festivos e de Tradições) de Lages que fazem memória à história da cidade e região. Visita ao Centro de Educação Profissional (CEDUP) Caetano Costa, São José do Cerrito, uma escola cujo objetivo é formar profissionais em nível médio em agropecuária. “A escola tem como missão promover o ensino técnico e profissionalizante, visando a formação do cidadão para o mundo do trabalho”.⁵⁴ O colégio é referência por sua metodologia associar teoria/prática desenvolvendo inúmeros projetos que podem fortalecer atividades sobretudo, para a agricultura familiar e deste modo apontar para o desenvolvimento sustentável do meio rural.

Outra visita significativa foi até o Recanto Pedra Bonita, comunidade de São Francisco, município de Urubici, onde se desenvolve o paradigma do turismo de base comunitária (TBC). Um grupo de proprietários de pousadas na comunidade se

⁵⁴ Disponível em: <http://cedupcaetanocosta.blogspot.com/>. Acesso em: 27 jan. 2020.

organizaram em uma associação, buscando no turismo a possibilidade de sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural.⁵⁵

Finalmente, a visita de campo ao município de Otacílio Costa, na qual os estudantes e professores conheceram a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Otacílio Costa (COOPERCOC). Trata-se de uma organização assessorada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITPC UNIPLAC), um serviço de extensão realizado em parceria com o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA),⁵⁶ que por sua vez, desenvolve o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), inspirado na Lei 12.305/2010 instituinte da política nacional de resíduos sólidos. O Plano prevê a organização de cinco cooperativas de catadores instaladas em cinco Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos espalhados pela Região do Planalto Catarinense. Cada Central reúne de três a quatro municípios responsáveis pela gestão integrada dos resíduos. Portanto, os estudantes puderam vislumbrar o conhecimento por uma perspectiva interdisciplinar e interseccional passando pela educação ambiental, manejo sustentável de resíduos sólidos, as cooperativas de trabalho de catadores como mecanismos de inclusão social, a extensão universitária como programa permanente, a gestão intermunicipal, atuação da sociedade civil e do estado no cuidado do ambiente, etc.

Devemos destacar que o CISAMA, em sua concepção de Consórcio e desenvolvimento de seus Programas, assume a definição de desenvolvimento sustentável de Reginaldo S. Magalhães (2000), para quem:

A sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo a manutenção do capital natural, a sustentação dos ecossistemas, qualidade de vida, cidadania, eficiência na gestão dos recursos, equilíbrio demográfico, valorização da identidade popular, fortalecimento da organização social e equidade. Projetos alternativos de desenvolvimento têm como base uma concepção de desenvolvimento local, sustentada principalmente no capital social e nas qualidades do território". (MAGALHÃES, 2000, apud Sartori, 2019).⁵⁷

⁵⁵ Sobre o Turismo de Base Comunitária ver MURARA, Adriana. Educação e turismo de base comunitária para o desenvolvimento territorial sustentável em Urupema, SC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação. Universidade do Planalto Catarinense. 2018.

⁵⁶ Disponível em: <http://cisama.sc.gov.br/> Acesso em: 27 jan. 2020.

⁵⁷ Registro de caderno de campo elaborado pela coordenação pedagógica do curso durante o I Seminário Regional do PROESDE, em 3 de agosto de 2019, quando o Diretor do CISAMA apresentou o Projeto Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense.

Mais duas anotações sobre os Projetos de Pesquisa-Ação e os dois seminários regionais. O Projeto de Pesquisa-ação, representou e apontou para o compromisso e atuação do estudante na sua realidade. Uma oportunidade para abstrair o concreto e buscar sua transformação. Avançar para além das aparências do fenômenos indo na direção de sua essência. (KOSIK, 1976). Para tal exercício, propomos o método da Pesquisa-Ação.

Para Thiollent,

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 1985, 14).

De modo geral, a pesquisa-ação é desenvolvida entre pesquisadores e grupos populares, coletivos que encontram-se em situação de vulnerabilidade social ou que apresenta dificuldades no acesso aos direitos fundamentais de vida. Portanto, esta metodologia de pesquisa pressupõe exigente preparação. Nas palavras de Thiollent, “é necessário definir com precisão, qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, qual exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação”. (1985, p.16).

Com estas orientações explicitadas pelos professores, os estudantes receberam um roteiro/guia como orientação para a pesquisa. Organizaram-se em grupos de até cinco estudantes. Em tempo paralelo às atividades do PROESDE na universidade os estudantes passaram a se ocupar com a pesquisa-ação. O primeiro seminário regional realizado em agosto de 2019 foi momento para apresentação parcial do projeto de pesquisa-ação. Os resultados deste processo não atendeu de imediato as expectativas criadas, pois grande parte dos grupos estavam a caminho da pesquisa, apresentando dificuldades na sua execução, revelando que a prática da pesquisa na graduação ainda mostra-se insatisfatória. Dado as dificuldades apresentadas, o passo seguinte foi maior aproximação dos professores orientadores junto aos grupos de pesquisa com vistas a acelerar o seu desenvolvimento. No segundo seminário regional, em 9 de novembro de 2019, quinze projetos de pesquisa-ação foram apresentados pelos estudantes. As áreas dos Projetos de Pesquisa-Ação,

foram saúde, educação escolar, saneamento básico, educação ambiental, planejamento urbano e violência de gênero.

Os dois seminários regionais foram oportunidades para realização de síntese teórico/prática do Curso. O Primeiro, fez memória dos temas curriculares desenvolvidos e apresentação parcial dos projetos de pesquisa-ação em curso. Neste o PROESDE Desenvolvimento e Licenciatura, que estiveram juntos, trouxeram o diretor do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA) para expor suas finalidades, programas, ações desenvolvidas na região, como estratégia de enfrentamento dos entraves no desenvolvimento em diferentes áreas, como saneamento básico, meio ambiente, infraestrutura urbana e rural, atenção à sanidade de produtos de origem, segurança alimentar, direitos humanos e assistência social.⁵⁸

Notável foi o caso de um Projeto de Pesquisa-Ação realizado em ambiente de educação escolar. Título do Projeto: *Atividade extras visando o desenvolvimento de alunos da rede municipal e pública*. Os estudantes Felipe Garcia da Luz, José Carlos Cavani e Michel B. Queiroz, propuseram a alunos do ensino fundamental e médio de duas escolas públicas da rede municipal e estadual de Lages, aulas de inglês e xadrez a serem ministradas no Ginásio Ivo Silveira. Aulas gratuitas e abertas ainda abertas a toda a comunidade. Objetivo: auxiliar no desenvolvimento da criança e do adolescente o raciocínio lógico. Por meio dos jogos de xadrez, visar melhor desempenho dos alunos em matemática de forma lúdica. Pelas aulas de inglês, exercer a facilidade dos alunos em reconhecer padrões gramaticais e linguagem de português e inglês. Fica patente na intuição e iniciativa dos estudantes a indissolubilidade do binômio desenvolvimento/educação.

Na região do Planalto Catarinense o Grupo Escolar Vidal Ramos foi a referência do acesso à escola pública, em 1913.⁵⁹ Portanto, situando a fundação de Lages em 1766, tivemos historicamente por aproximadamente um século e meio, uma sociedade ágrafa, sem as letras, sem leitura. Um desenvolvimento sem a educação escolar. Algumas das consequências deste divórcio, foram apresentadas acima. Urge,

⁵⁸ Disponível em: <http://cisama.sc.gov.br/> Acesso em: 27 jan. 2020.

⁵⁹ Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/O%20GRUPO%20ESCOLAR%20EM%20LAGES-SANTA%20CATARINA.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2020.

portanto, investir na educação como eixo primordial do desenvolvimento, como demonstraram com outras palavras os estudantes do PROESDE 2019.

Em 23 de novembro, na Universidade do Vale do ITAJAÍ (UNIVALI), estudantes, professores, coordenadores de PROESDE Desenvolvimento e Licenciatura das Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina realizaram o Seminário Estadual. Cada Instituição apresentou um Banner sintetizando as atividades realizadas por meio da execução da organização curricular, dos Projetos de Pesquisa/Extensão, pudemos ouvir inúmeros depoimentos de estudantes sobre a participação no Curso.

O estudante Luiz Felipe da UNIPLAC, um dos representantes do grupo do PROESDE para apresentação de trabalho no seminário estadual, afirmava em mensagem no grupo WhatsApp:

Galera! Foi muito bom compartilhar cada momento com vocês, desde o início das atividades até o grande evento de hoje. Foi de grande valia cada aprendizado e cada experiência trocada. Obrigado pelas oportunidades e foi uma honra representar nossa grande Universidade nesse evento. Abraços e amo vocês.⁶⁰

No PROESDE Licenciatura, as acadêmicas dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Letras da UNIPLAC e os professores do Projeto, realizaram um diagnóstico, entre outros aspectos, destacando o processo de incorporação da Base Nacional Curricular (BNCC) numa Escola de Educação Básica do Sistema de Ensino Estadual, na cidade de Lages. SC. Foram feitas entrevistas, participação em reuniões pedagógicas, aplicação de questionário e observações que permitiram conhecer a percepção de professores, pais e responsáveis de alunos do Ensino Médio. A coleta de dados através da técnica de observação sistemática, “é a que se realiza em condições controladas para se responder a propósitos, que foram anteriormente definidos. Requer planejamento e necessita de operações específicas para o seu desenvolvimento” (RUDIO, 1985, p.36).

O resultado demonstrou que há profundo desconhecimento sobre documentos de atualização educacional e da BNCC. Esta realidade demanda por parte da

⁶⁰ Registro de caderno de campo elaborado pela coordenação pedagógica do curso em 23 nov. 2019.

instituição de ensino a necessidade de proporcionar estudos, debates envolvendo toda a comunidade educativa. As disposições da BNCC são tema atual e muito discutido no âmbito escolar, mas para algumas instituições e alguns docentes, este documento está sendo um grande desafio, uma vez que, observa-se que sua função e objetivo não estejam suficientemente esclarecidos.

A BNCC do ensino médio aponta a coexistência da Formação Básica (obrigatório) e dos Itinerários Formativos. Para que esta nova estruturação seja válida tem que ver necessidade de estudar a BNCC, cuja teor traz em seu texto alguns caminhos a serem seguidos para os professores adequarem as suas práticas docentes, construindo um ensino inovador e articulado com as vivências dos estudantes na vida pessoal.

Diante dos dados encontrados na pesquisa de campo, para que haja êxito e resultados positivos no ambiente escolar é importante que os elementos da formação continuada, diálogo, debates, estudos são de extrema relevância, para que a BNCC seja conhecida, problematizada e considerada no Projeto Pedagógico e nos Planos de Ensino.

3 CONCLUSÃO

Procuramos destacar neste relato de experiência aspectos considerados relevantes nos processos pedagógicos do PROESDE 2019 da UNIPLAC. Não focamos “produtos”, mas processos ou vivências que se tornaram oportunidades de aprendizado para estudantes e professores. A inovação da prática pedagógica com a composição de mesa com egressos no início do curso, as contribuições dos professores na efetivação do currículo (teorias, conceitos, experiências), a vivencia das Práticas Integradas/visitas de campo, o envolvimento dos estudantes no Projeto de Pesquisa-Ação foram marcos e resultaram em crescimento para os envolvidos no Curso.

Já com a realização do curso de extensão PROEDE Licenciatura, foi possível integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de extensão, com a realidade vivenciada pelos profissionais da educação inseridos na comunidade escolar pesquisada. Todos os participantes da escola acolheram as acadêmicas de maneira afetuosa, contribuindo para uma boa realização dos processos a serem observados, possibilitando realizar com sucesso este relatório.

O PROESDE Desenvolvimento/Licenciatura mostra-se uma potente política na educação superior da UNIPLAC efetivada em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina na medida em que possibilita a o acesso a bolsa; oportuniza a prática do ensino, pesquisa e extensão, colocando-se como mais uma estratégia de inclusão socioeducacional e enfrentamento das desigualdades sociais tendo em perspectiva o desenvolvimento regional sustentável. Dado que o curso vem possibilitando maior ingresso de estudantes, ampliando a diversidade de cursos de graduação, aparece uma ambiguidade. Ou seja, num aspecto democratiza-se ainda mais o acesso ao Curso, de outro, os cursos de graduação vem apresentando diferentes metodologias, metodologias ativas de aprendizagem, enfim, dinâmicas, alternância de horários, constituindo um cenário que nem sempre permite adequação do tempo do estudante e sua frequência e engajamento no PROESDE. Mas, como sabemos, isto é objeto de gestão da Universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso em: 18 nov. 2019.

KOSIK, Karol. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

SANTA CATARINA. **Plano SC 2030**. Florianópolis, 2018.

Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Plano_SC_2030_VersaoFINAL.pdf> Acesso em: 27 jan. 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, 1985.

UNIPLAC. Projeto Curso de Extensão. Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. PROESDE. 2015.

UNIPLAC. Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2018). Disponível em: <<https://data.uniplaclages.edu.br/documentos/f6989a0f6bb67e9a0ec1517dfa952cdd.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2020.



O NOVO ENSINO MÉDIO E AS VOCAÇÕES ECONÔMICAS REGIONAIS NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Márcia Fuchter⁶¹
Naiara Gracia Tibola⁶²

RESUMO: As vocações econômicas regionais podem ser entendidas como potenciais que os municípios apresentam já consolidados ou experiências embrionárias relevantes para o desenvolvimento local. As vocações ou potenciais municipais e regionais apresentam-se de forma diversificada no território e dependem dos aspectos econômicos, naturais, culturais, políticos e sociais, guardando muitas vezes, estreita relação com a formação histórica. O diagnóstico das vocações regionais orienta a elaboração do itinerário profissionalizante do Ensino Médio. Como aporte teórico utilizamos dos documentos relacionados a educação (LDB, Lei 13.415, Base nacional Comum Curricular, Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio) e autores como Zaballa e Aranau (2010), Mészáros (2008), Groppo (2000; 2005). Este trabalho se configura como qualitativo e teve por base metodológica em Franco (2008) e Bardin (2016). Para identificar as vocações regionais os alunos conheceram inicialmente a história de desenvolvimento da Região do Alto Vale do Itajaí, as principais características da colonização, bem como, as transformações econômicas próprias de cada etapa histórica. Posteriormente, os alunos tiveram contato com as bases de dados oficiais para levantar informações referentes ao desempenho econômico dos setores primário, secundário e terciário. Os principais dados levantados foram o valor adicionado, o número de empregos, o Produto Interno Bruto, o índice de desenvolvimento humano municipal, o índice de desenvolvimento municipal sustentável, a renda domiciliar e o índice desenvolvimento da educação básica. O diagnóstico das vocações regionais orienta a elaboração do itinerário profissionalizante do Ensino Médio.

Palavras-chave: Potencialidades; Desenvolvimento; Educação; Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE, têm por objetivo a concessão de bolsas de estudos para estudantes matriculados em cursos de graduação de áreas estratégicas e de licenciatura. O PROESDE Licenciatura tem por objetivo a qualificação dos estudantes para intervir e contribuir na educação básica. No ano de 2019 o Proesde Licenciatura voltou às atividades para o Novo Ensino Médio.

⁶¹ Coordenadora do Proesde Desenvolvimento Regional. E-mail: marciafuchter@unidavi.edu.br

⁶² Coordenadora do Proesde Licenciatura. E-mail: naiaratibola@unidavi.edu.br

Com a Lei 13.415 de 2017 e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio-BNCC (2018), mudanças significativas foram propostas para esta etapa da educação básica, ao começar pela oferta dos Itinerários Formativos e uma educação que coloque o jovem como protagonista de sua história “o Novo Ensino Médio veio para atender as necessidades e anseios da juventude, que deve ser estimulada a aprofundar as aprendizagens pela escuta de seus interesses” (SANTA CATARINA, 2019, p.11). A Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, pensando nos jovens que estão no ensino médio ou ingressam nos próximos anos, propôs para as escolas do Território Catarinense a oferta do Novo Ensino Médio, ao todo 120 escolas aderiram ao novo projeto e estão recebendo apoio para melhorias desde formação dos professores como infraestrutura.

Com tantas mudanças acontecendo a Secretaria de Educação do Estado junto ao Comitê Gestor do PROESDE sugeriu para o ano de 2019 que os estudantes tanto da Licenciatura como Desenvolvimento Regional, estudassem o Novo Ensino Médio e propusessem, vocações das regiões que auxiliariam nos Itinerários Formativos, em específico na Formação Técnica Profissional.

O Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – Unidavi, está situado no Alto Vale do Itajaí, sendo formado por 28 municípios que possuem características próprias e comuns no que se referem à economia e infraestrutura. Dos 28 municípios, 05 deles no ano de 2020 integram a nova proposta do Ensino Médio, totalizando 07 escolas na região.

Para realização da atividade foram selecionadas duas escolas, uma na cidade de Rio do Sul, sendo a Escola de Educação Básica Deputado João Custódio da Luz e outra em Taió, a Escola de Educação Básica Leopoldo Jacobsen. Não desmerecemos nenhuma das outras escolas de nossa região, no entanto para que o trabalho pudesse ser realizado de forma efetiva e com qualidade optamos por duas escolas em cidades polos na região.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 O NOVO ENSINO MÉDIO

A Lei de Diretrizes e Base da Educação da Nacional nº9.394 de 1996, ao longo dos anos está passando por transições com objetivo de garantir o direito da educação e qualidade.

No ano 2017 a Lei 13.415, altera a LDB no que se refere á carga horária ofertada para o ensino médio, que deve ser ampliada de forma progressiva de oitocentas horas para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, um prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária. Além da mudança de carga horária a Lei altera o currículo do Ensino Médio, que será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos sendo eles: Linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologia; e formação técnica e profissional.

é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BNCC, 2017, p.07).

A BNCC para o ensino médio apresenta dez competências gerais, que devem ser desenvolvidas ao longo da educação básica⁶³ (educação infantil ao ensino médio), que consubstanciam no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

⁶³ A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e Ensino fundamental (séries iniciais e finais), foi homologada em 21 de dezembro de 2017.

Figura 1– As dez competências gerais da Base nacional Comum Curricular - BNCC



Fonte: O novo ensino médio Disponível em: <http://www.luizrosa.com.br/novo-ensino-medio/bncc/>

As competências gerais da BNCC estão alinhadas à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que propõem uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

A BNCC para o ensino médio considera projetos de vida, educação integral e preparação básica para o trabalho como finalidades para acolher as juventudes e garantir a permanência na escola.

A nova estrutura curricular (por itinerários formativos) tem por objetivo valorizar o protagonismo juvenil pois oferta variados itinerários para atender a multiplicidade de interesses dos estudantes, no que se trata de aprofundamento acadêmico e formação técnica profissional.

As Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio definem que a nova estrutura curricular deve contemplar a formação geral básica com carga mínima de 1.800 horas e os Itinerários Formativos com uma carga total mínima de 1.200 horas, tendo por esquema a imagem abaixo.

Figura 2 – Esquema de estrutura do Ensino Médio.



Fonte: Documento Base nacional Comum Curricular (2018).

A nova organização não exclui as disciplinas mas traz o fortalecimento das relações e integração dos conhecimentos, “entendia como condição para atribuição de sentidos aos conceitos e conteúdos estudados na escola” (BNCC, 2018, p. 469).

O Estado de Santa Catarina tem o desafio no ano de 2020 de ofertar o Novo Ensino Médio em 120 escolas estaduais, que estão em todas as regiões do estado e que se candidataram para serem “pilotos” nesta transição. Para que esta oferta aconteça a Secretaria de Educação do Estado (SED), está trabalhando com a equipe gestora das escolas, para que estas articulem junto aos professores, alunos, pais e comunidade a melhor forma para oferecer um ensino de qualidade aos jovens estudantes.

Desde a estrutura até a opinião de todos os que compõem a comunidade escolar estão sendo trabalhadas, bem como a participação dos estudantes do Proesde, a fim de pensar um educação integral e respeite a formação humana.

A Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (PCSC) do ano de 2014, traz em seu aporte teórico o percurso formativo “como um processo constituinte da formação humana [...] que estruture-se em torno de uma organização curricular, que deverá ter em vista o desenvolvimento dos sujeitos acolhidos na Educação Básica” (PCSC, 2017, p.31), as práticas pedagógicas “quanto mais integral a formação dos

sujeitos, maiores são as possibilidades de criação e transformação da sociedade” (PCSC, 2014, p.25).

Uma formação integral do cidadão supõe considerar e reconhecer o ser humano como sujeito que produz, por meio do trabalho, as condições de (re)produção da vida, modificando os lugares e os territórios de viver, revelando relações sociais, políticas, econômicas, culturais e socioambientais (PCSC, 2014, p.26).

Pensar o Novo Ensino Médio é caminhar é trilhar caminhos conhecidos, mas que perpassam por novos momentos. É ressignificar a aprendizagem não esquecendo do sujeito que irá trilhar esta jornada.

2.2 COMPREENDENDO OS JOVENS

Em nível de elaboração de políticas públicas, definição de direitos ou de deveres e de levantamentos demográficos a definição da juventude dentro de um recorte etário se constitui num viés aceitável, no entanto é preciso ter cuidado para não cair em determinismos e passar a ver a juventude de forma homogênea e linear, numa perspectiva biologizante dessa etapa da vida.

Na perspectiva histórico-sociocultural a juventude é definida com uma categoria específica da sociedade, não é estática, é heterogênea, que apresenta semelhanças na sua coletividade e diferenças cunhadas pelo contexto que está inserida, ou seja, em cada período da história a juventude passa por uma definição se modificando culturalmente e deixando sua marca na sociedade, conforme sinaliza Dayrell (2003) em seu artigo denominado “O jovem como sujeito social”:

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona (DAYRELL, 2003, p.42).

Em uma entrevista concedida ao projeto Especial Juventude que aborda questões de educação, violência e discriminação, Abramo (2018) corrobora com a visão de juventude como sujeito social destacado por Dayrell (2003), ao dizer que “[...] a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos

conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade” (ABRAMO, 2018).

O conceito de juventude reconhecido pela abordagem histórico-sócio-cultural busca compreendê-la em uma concepção histórica de seu desenvolvimento, focando na totalidade e no contexto no qual se está inserida. Raitz (2003) enfatiza que:

De acordo com cada momento histórico, existem influências contextuais absorvidas nas produções sobre a temática. Obviamente sendo os jovens vistos como sujeitos histórico-sociais, a realidade e as análises não devem se manter estáticas durante o passar dos anos, portanto, estas mudanças são absorvidas de modos diversos, dependendo de cada momento histórico (RAITZ, 2003, p.30).

A contemporaneidade está interligada à diversidade e à heterogeneidade da(s) juventude (s), suas características e estilos de vida que se mostram mais evidentes. As atitudes, gostos e estilos dos jovens dentro da sociedade rompem barreiras em relação à faixa etária determinista utilizada para definir a(s) juventude (s) por alguns autores e por alguns órgãos pertencentes ao governo. Um exemplo é o IBGE, numa delimitação ligada unicamente ao percurso biológico de desenvolvimento dos indivíduos, uma vez que na atualidade o jovem se coloca como ser ativo na sociedade e contribui com sua transformação.

Neste sentido, o jovem se constrói e reconstrói em seu tempo e o local em que está inserido (GROPPO, 2005), como atores de suas vontades, desejos e ações próprias em seu tempo. Neste processo de construção de identidade, o trabalho se encontra como um elemento muito importante na vida da(s) juventude(s) sejam elas pertencentes às camadas populares ou as mais abastadas.

2.2 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

A concepção de desenvolvimento é indispensável nas discussões que envolvem a compreensão das dinâmicas econômicas regionais. Não se pode discutir desenvolvimento regional sem antes entender o significado de desenvolvimento. Dessa forma, o primeiro item do referencial teórico se propõe a descrever o conceito, bem como as diferenças entre as concepções de desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.

A concepção de desenvolvimento assume diferentes significados de acordo com o período histórico correspondente. Até 1930 o termo estava atrelado a ideia de melhoramento nos planos científico e tecnológico. Essas melhorias por vez, buscavam como objetivo final, melhorar a condição de vida da população, fato que, não se concretizou ao longo da história. A noção de progresso implicava incorporar o modo de produção, bem como o padrão de consumo e estilo de vida dos países centrais do capitalismo, assumindo o processo de industrialização e o processo de urbanização como seus sinônimos e o caminho mais adequado a ser percorrido. Para atingir o patamar de desenvolvimento dos países centrais a ideia de desenvolvimento estava vinculada a incorporação no dia-a-dia de avanços tecnológicos e científicos. Todavia, o acesso a esses mecanismos não se deu de forma homogênea no espaço o que levou a concepção de desenvolvimento/progresso a exaustão (ALMEIDA, 1998).

De acordo com Almeida (1998, p. 35) as grandes expectativas por detrás da noção de progresso foi se fragilizando, tanto por não ocorrer a redução progressiva e definitiva da miséria, quanto pela crise econômica dos anos 1930, que o “progresso” não foi capaz de evitar. “Assim, a noção de progresso, que foi do século XVIII ao século XX, sucessivamente associada às ideias de perfeição, evolução e crescimento não é mais hoje nem automática, nem unicamente aplicada a uma sequência histórica generalizável para todos os povos e sociedades”.

A noção de progresso foi, aos poucos, sendo substituída pela concepção de crescimento econômico, termo este, amplamente utilizado nos dias atuais. A economia por meio do pensamento científico liberal atribui ao desenvolvimento o significado de “[...] crescimento econômico (incremento do produto nacional bruto) acompanhado de uma mudança social e cultural (modernização) que tem lugar numa determinada sociedade, geralmente Estado/nação, como consequência de ações realizadas [...]” Guzmán (2005, p. 28 106).

De acordo com Ortega (2008) a concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento tinha como propósito superar as crises econômicas, especialmente a de 1929, que ameaçava a dinâmica produtiva do capitalismo nos países centrais e superar os resultados deixados pela guerra. A impossibilidade de autorregulação do mercado e por consequência as limitações do modelo no que tange ao bem estar social defendido amplamente pelo liberalismo clássico abriu espaço para o Estado conduzir as políticas para o crescimento econômico, cuja meta estava em alcançar o pleno emprego, reduzir a exclusão social e distribuir a riqueza, conforme escreveu

Keynes. Assim como a ideia de progresso, o crescimento econômico passou a ser sinônimo de desenvolvimento e seu propósito final era melhorar a condição de vida da população. Entretanto, o crescimento econômico não levou a diminuição da pobreza e a distribuição da riqueza. “Dessa maneira, começou a ganhar força a avaliação de que o simples crescimento econômico seria insuficiente para levar riqueza a toda à sociedade [...]” (ORTEGA, 2008, p. 26).

Os termos progresso e crescimento econômico não são um “modelo” aplicável de forma generalizada aos países, especialmente de terceiro mundo. Uma visão mais assertiva dos processos de desenvolvimento precisaria incorporar em seu significado e resultado, mudanças econômicas, sociais e culturais de acordo com as especificidades de cada local. Segundo Almeida (1998). A partir do entendimento de que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento surge a necessidade de considerar novos índices para além do PIB e renda per capita, neste sentido Ortega (2008) se refere a criação do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano como um marco nas discussões sobre as condições e na realidade dos países, a medida que incorpora indicadores sociais, como educação saúde e longevidade como elementos relevantes na discussão do bem-estar social. Da mesma forma, Benedetto (2001) entende que o desenvolvimento é um fenômeno de ordem qualitativa que dimensões as sociais, econômicas, territoriais, políticas e culturais.

Dessa forma desenvolvimento é entendido como [...] um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa ao constante melhoramento do bem estar de toda a população e de cada indivíduo, na base de sua participação livre, e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele (DIREITO DOS POVOS, 1993 citado por BOFF, 2012). Da mesma forma Benedetto (2001) refere-se ao desenvolvimento como um fenômeno de ordem qualitativa, um processo complexo que envolve as dimensões sociais, econômicas, territoriais, políticas e culturais.

3 POTENCIALIDADES E O NOVO ENSINO MÉDIO

O principal objetivo desta seção é identificar as potencialidades econômicas dos municípios do Alto Vale do Itajaí. Para tanto, optou-se por verificar a composição do valor adicionado municipal, dividido nos três setores econômicos: agricultura, indústria e serviços. Além do mais, os municípios foram divididos em regiões menores,

segundo critério das antigas Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), isto é, Ibirama, Ituporanga, Rio do Sul e Taió. É de conhecimento que estas Agências de Desenvolvimento não existem mais oficialmente. Foi optado pelo recorte das antigas agências apenas para facilitar a coleta e organização dos indicadores.

São apresentados ainda alguns indicadores socioeconômicos gerais dos municípios, como população, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Produto Interno Bruto (PIB) e alguns dados sobre a inserção no mercado externo.

3.1 POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

A região de Rio do Sul é composta pelos municípios de Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Sul, Rio do Oeste e Trombudo Central.

Destaca-se nesta pesquisa o município de Rio do Sul. Residem 61.198 pessoas, sendo que 56.785 moram em áreas urbanas e 4.413 em áreas rurais. O Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,802, considerado muito alto e o IDMS de 2018 foi de 0,700, considerado médio. A média do IDEB do ano de 2017 era de 5,9 para a 5º ano, 4,8 para o 9º ano e 3,7 para o ensino médio. O PIB do município foi de R\$ 2.935.855.000,40 em 2015, com uma queda de 6,3% em relação ao ano anterior (ATLAS BRASIL, 2014; FECAM/SIDEMS, 2018; IBGE, 2010; INEP, 2017).

Rio do Sul é o município com o maior número de habitantes, inclusive, maior que a soma de todas as outras cidades da região. Também apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 0,802 considerado muito alto, seguido de Braço do Trombudo com 0,780, sendo considerado um índice alto. O índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) mais alto dessa região também pertence a este município, bem como, o maior rendimento médio, com R\$ 1.114,31.

O município de Rio do Sul apresenta maiores potencialidades econômicas nas atividades industriais, já que o valor adicionado deste setor foi de R\$ 749.011.618,30 no ano de 2014, isto é, 53% do total. Este setor emprega 24.138 trabalhadores, com maior destaque na área da indústria da transformação. Vale destacar que o setor de serviços também tem participação relevante no valor adicionado, com R\$ 636.766.563,50, ou seja, 45%.

Tabela 01: valor adicionado por setor dos municípios de Agrolândia, Atalanta, Braço do Trombudo, Rio do Sul e Trombudo Central - 2011 a 2014 (em R\$)

Municípios	Setores	2011 (R\$)	% setor	2012 (R\$)	% setor	2013 (R\$)	% setor	2014 (R\$)	% setor
Agrolândia	Agricultura	23.795.642,17	18,33 %	26.152.686,54	19,90 %	30.719.591,16	22,59 %	34.856.987,07	21,10 %
	Indústria	76.886.231,74	59,23 %	77.087.957,43	58,67 %	76.189.605,05	56,02 %	95.088.426,17	57,55 %
	Serviços	29.135.438,79	22,44 %	28.155.770,03	21,43 %	29.099.914,27	21,40 %	35.276.262,86	21,35 %
	Total	129.817.312,70	100,00 %	131.396.414,00	100,00 %	136.009.110,48	100,00 %	165.221.676,10	100,00 %
Atalanta	Agricultura	24.480.990,65	51,68 %	19.275.542,84	44,77 %	23.915.031,84	41,41 %	24.535.489,14	40,00 %
	Indústria	15.964.194,39	33,70 %	15.605.396,02	36,24 %	20.754.656,35	35,94 %	27.793.055,84	45,31 %
	Serviços	6.921.655,59	14,61 %	8.177.395,40	18,99 %	13.075.484,92	22,64 %	9.011.982,81	14,69 %
	Total	47.366.840,63	100,00 %	43.058.334,26	100,00 %	57.745.173,11	100,00 %	61.340.527,79	100,00 %
Braço do Trombudo	Agricultura	8.208.279,73	7,92 %	9.962.530,21	7,38 %	10.952.188,72	12,87 %	11.169.056,26	10,69 %
	Indústria	73.546.038,24	70,97 %	65.115.390,43	48,21 %	54.764.867,22	64,34 %	73.119.960,87	69,96 %
	Serviços	21.870.615,90	21,11 %	59.985.222,85	44,41 %	19.404.977,82	22,80 %	20.224.644,83	19,35 %
	Total	103.624.933,87	100,00 %	135.063.143,49	100,00 %	85.122.033,76	100,00 %	104.513.661,96	100,00 %
Rio do Sul	Agricultura	18.136.677,56	1,69 %	16.097.345,61	1,48 %	19.530.526,36	1,68 %	20.552.212,89	1,46 %
	Indústria	596.796.090,61	55,68 %	564.661.273,69	52,02 %	598.911.272,30	51,65 %	749.011.618,30	53,26 %
	Serviços	456.844.550,26	42,62 %	504.741.383,73	46,50 %	541.175.936,60	46,67 %	636.766.563,50	45,28 %
	Total	1.071.777.318,43	100,00 %	1.085.500.003,03	100,00 %	1.159.617.735,26	100,00 %	1.406.330.394,69	100,00 %
Trombudo Central	Agricultura	18.499.568,45	14,11 %	18.667.838,70	11,46 %	20.284.245,73	11,82 %	20.813.387,13	10,43 %
	Indústria	80.398.904,37	61,31 %	108.142.123,54	66,38 %	118.392.384,30	68,99 %	147.003.201,20	73,69 %
	Serviços	32.229.114,81	24,58 %	36.109.755,01	22,16 %	32.943.262,91	19,20 %	31.667.184,87	15,87 %
	Total	131.127.587,63	100,00 %	162.919.717,25	100,00 %	171.619.892,94	100,00 %	199.483.773,20	100,00 %

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Federação Catarinense de Municípios - FECAM/SIDEMS (2019).

O município de Rio do Sul não se destaca consideravelmente na agricultura e pecuária, sendo menos de 1% do valor adicionado ao setor. Algumas experiências nesta área são embrionárias, como é o caso do Turismo Rural que aos poucos está sendo desenvolvido na região.

Os principais produtos exportados no município de Rio do Sul são a carne suína (48% da pauta de exportação), fumo (13%), máquinas, aparelhos mecânicos e demais

componentes relacionados (12%), produtos relacionados a madeira (5,3%), partes de motores (4,6%), entre outros produtos manufaturados. Vale destacar que a pauta de exportação do município é bem diversificada. Os principais parceiros no comércio internacional são: China (30%), Argentina (17%), Bélgica (9,9%), Estados Unidos (8,4%), Emirados Árabes Unidos (6,3%), Polônia (4,4%), entre outros (MDIC/COMEX VIS, 2019).

3.2 POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

A região de Taió é composta pelos municípios de Taió, Rio do Campo, Mirim Doce, Pouso Redondo, Santa Terezinha e Salete. Como a maioria das outras regiões de Santa Catarina as cidades se desenvolveram através da agricultura familiar, que ainda hoje é a principal fonte de renda. As paisagens abundante de fauna e flora são privilégios da população que ainda depositam suas esperanças na qualidade de vida que pequenas cidades proporcionam.

Das cidades que fazem parte desta região, destacamos o município de Taió aquela que apresenta a maior população com um total de 17.260 habitantes. Em 2015 a cidade de Taió apresentou um PIB de R\$ 499.100.000,80, uma evolução de 4,2% se comparado ao ano anterior. Em termos de IDH o município de Taió está na primeira posição da região com o valor de 0,761 (alto). Em relação ao IDMS, Taió com 0,610 (médio baixo).

Levando em consideração a composição do valor adicionado, na região de Taió os municípios com maior potencial no setor industrial foram Pouso Redondo, Salete e Taió.

Tabela 02: valor adicionado por setor dos municípios de Pouso Redondo, Salete e Taió - 2011 a 2014 (em R\$)

Municípios	Setores	2011 (R\$)	% setor	2012 (R\$)	% setor	2013 (R\$)	% setor	2014 (R\$)	% setor
Pouso Redondo	Agricultura	62.012.591,42	28,43%	73.875.386,16	30,95%	80.034.727,11	29,07%	81.741.473,51	25,14%
	Indústria	90.657.082,30	41,57%	90.646.400,60	37,98%	122.271.829,30	44,41%	156.193.642,90	48,03%
	Serviços	65.424.045,04	30,00%	74.138.421,56	31,06%	73.034.394,97	26,53%	87.268.706,93	26,84%
	Total	218.093.718,76	100,00%	238.660.208,32	100,00%	275.340.951,38	100,00%	325.203.823,34	100,00%
Salete	Agricultura	39.510.359,12	46,68%	44.763.184,15	45,92%	41.224.084,58	39,48%	49.546.547,54	36,52%
	Indústria	26.919.863,43	31,80%	31.200.675,56	32,01%	39.268.599,80	37,60%	58.873.828,30	43,39%
	Serviços	18.217.153,87	21,52%	21.515.889,01	22,07%	23.931.951,83	22,92%	27.252.757,82	20,09%
	Total	84.647.376,42	100,00%	97.479.748,72	100,00%	104.424.636,21	100,00%	135.673.133,66	100,00%
Taió	Agricultura	85.803.693,94	29,61%	91.340.729,97	30,37%	82.546.414,57	27,72%	98.241.199,32	30,46%
	Indústria	129.254.657,85	44,61%	126.940.892,33	42,21%	134.196.256,80	45,06%	135.571.413,80	42,03%
	Serviços	74.673.226,65	25,77%	82.474.219,04	27,42%	81.078.329,12	27,22%	88.765.587,39	27,52%
	Total	289.731.578,44	100,00%	300.755.841,34	100,00%	297.821.000,49	100,00%	322.578.200,51	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Federação Catarinense de Municípios - FECAM/SIDEMS (2019).

Assim como as demais, no município de Taió as atividades ligadas à indústria também tiveram maior participação na composição do valor adicionado total, com 42%. Destacam-se os setores de Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão; Abate e fabricação de produtos de carne; Fabricação de vidro e de produtos do vidro.

O município de Taió tem como principais produtos exportados: pasta de madeira, papel (67%), papel cartão e produtos similares (16%) refrigeradores, congeladores e demais aparelhos similares (14%), madeira serrada e demais produtos similares (3%). As exportações são realizadas principalmente para Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile, Estados Unidos e Uruguai e Indonésia.

As potencialidades apresentadas vão ao encontro do que é a realidade escolar dos jovens do ensino médio, que em sua grande maioria são oriundos de famílias agricultoras e operárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolas que receberam as atividades do Proesde Licenciatura estão dispostas a tornar a implementação do Novo Ensino Médio com qualidade, buscando melhorias estruturais (salas de aula, laboratórios, espaços diferenciados), como também a qualificação dos professores para as atividades em sala de aula, através de reuniões pedagógicas, parcerias com instituições de ensino superior, e contato com a gerência de educação para orientação neste processo.

Com os estudos realizados sobre as potencialidades destacam-se a parceria com empresas e instituições junto as escolas para a complementação do que será ofertado em relação aos itinerários. A escolha do estudante por um itinerário que tenha maior afinidade e pensar em seu Projeto de Vida.

Quanto aos indicadores econômicos e de produção, os dados mostraram que os municípios do Alto Vale do Itajaí – Rio do Sul e Taió - possuem uma economia diversificada. Embora as atividades ligadas a indústria desempenhem um papel importante na geração de riqueza em muitos municípios, a agricultura, sobretudo nos municípios de pequeno porte, ainda é a base da geração de renda de muitas famílias.

Com relação as atividades ligadas à indústria, destacam-se (setores que mais empregam): a indústria têxtil (por meio de pequenas facções terceirizadas), a metalurgia, madeira e mobiliário, alimentos e bebidas. Vale dizer que estas atividades têm papel importante no volume de exportações da região.

As escolas terão vários desafios durante esta caminhada, a alteração de carga horária, jovens que estão inseridos no mercado de trabalho, famílias que podem se opor a este novo formatos e infraestrutura. A incerteza da carga horária dos professores efetivos caso o itinerário de sua área não seja ofertado na escola, a contratação de professores para atuar em outras atividades, como o projeto de vida.

Com os estudos realizados ao longo do ano junto as escolas e o estudo das potencialidades da região observa-se que a *Formação Técnica e Profissional deve ser ofertado em áreas de tecnologia, agricultura, indústria e meio ambiente*. Os Itinerários inicialmente escolhidos pelas escolas dos municípios de Rio do Sul e Taió que serão ofertados com o Novo Ensino Médio são Linguagens e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, pensando na estrutura da física e profissionais que compõem o quadro da escolar de profissionais habilitados.

Acreditamos que muitas mudanças devem acontecer, que estas sejam para um acolhimento das juventudes em suas diferentes condições de existência. Por fim, é importante destacar o caráter interdisciplinar deste estudo, bem como, a necessidade da continuidade e aprofundamento deste. Neste caso, buscando uma maior proximidade com as comunidades locais e suas instituições, a fim de compreender seus anseios.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Entrevista concedida ao projeto Especial Juventude que aborda questões de educação, violência e discriminação. Disponível em: <<https://educacaoeparticipacao.org.br/especialjuventude/index.html#inicio>>. Acesso em 30 de jun. de 2018.

AMAVI. **Municípios Associados.** Disponível em: <<https://www.amavi.org.br/municipios-associados/perfil>>. Acesso em 30 de maio 2019b.

BENEDETTO, Andrea. **Las identidades territoriales y su incumbência em el ecodesarrollo local.** In: Revista Líder: revista labor interdisciplinaria de desarrollo regional. Vol. 19. Año 13, Julio – Diciembre 2001. ISSN: 0717-016

BLOGOSLOWSKI, Ilson Paulo Ramos; TIBOLA Naiara Gracia; WEINRICH, Vaniele. **Caderno metodológico:** orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos. Rio do Sul: UNIDAVI, 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil.** Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

BENEDETTO, Andrea. **Las identidades territoriales y su incumbência em el ecodesarrollo local.** In: Revista Líder: revista labor interdisciplinaria de desarrollo regional. Vol. 19. Año 13, Julio – Diciembre 2001. ISSN: 0717-016

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é - o que não é.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CIASC. **Municípios.** Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 30 de maio 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e

11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 16, fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular –BNCC**. MEC. Brasília, DF, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS (FECAM). **População total por ano**. Disponível em: <https://www.fecam.org.br/>. Acesso em: 09 de out. de 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 14º ed. Rio de Janeiro: Record: 2015.

GROPPO, Luis Antônio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFIL, 2000.

_____. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., ISSN: 1806-5023, 2005.

MACIEL, Cilene Maria Lima Antunes et al. Visão de professores de escolas de Cuiabá/MT e Campo Verde/MT sobre a Base nacional Comum Curricular (BNCC). In: **Saberes e Identidade: Povos, Culturas e Educação**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v.26, n. 62/2, p.657-673, maio/ago. 2017

MELO, Simone Lopes de; BORGES, Livia de Oliveira. **A Transição da Universidade ao Mercado de Trabalho na Ótica do Jovem**. Psicologia Ciência e Profissão, 2007, v. 27 (3). p. 376 – 395.

MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTA CATARINA. Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. 2014. 192p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, p.11-22, 2001. 116

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia. **Como Aprender e Ensinar Competências**. São Paulo: Artmed: 2009.

APÊNDICE – Acadêmicos(as) participantes do Proesde Unidavi 2019

Proesde Desenvolvimento

Alexsandra Inacio
Ana Carolina Dobbert De Oliveira
Ana Carolina Melo Da Silva
Brendon Floriano Da Silva Ferreira
Chaiane Schlatter
Cinthya Gabriely Machado
Daniele Mondini
Débora Yane Serafim
Diany Weingartner Constante
Eduarda Alexandrini
Ellen Eloisa Padilha Vertuoso
Evandro Gardolin
Fernando Henrique Ogliari
Halina Vitoria Cardoso De Souza
Helen Aline Moik
Heloisa Mayerle Lamego
Higor Luan Rengel
Ivo Carlos Theikowski
Janaína Possamai
Jaqueline Dos Santos
Jessica Cristina Soares Zemke
Jessica Wagner
Joice Baldoino
Juliana Correa

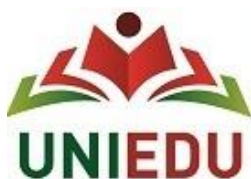
Juliana Probst
Juliana Tonet
Natasha Vitoria Severino
Paula Eloísa Peron
Simone Filandiani
Thomaz Felipe De Souza
Vanessa Gerent
Willian Esser

Proesde Licenciatura

Clécio da Rosa
Jaqueline Beuting
João Marcos de Brito
João Paulo Mattos Siqueira
Marcio Rodrigo Deucher Junior
Ranan Cesar Correia

Professores Orientadores

Andrei Stock
Anielle Gonçalves de Oliveira
Daniel Srelow
Naiara Gracia Tibola



O NOVO ENSINO MÉDIO E OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO EM JOINVILLE-SC

Brígida Maria Erhardt⁶⁴
Claudia Valéria Lopes Gabardo⁶⁵
Cristina Ortiga Ferreira⁶⁶

RESUMO: Este trabalho objetivou promover estudos contextualizados sobre a reforma do ensino médio, apropriando-se dos documentos norteadores e contribuindo com proposições para a implantação do Novo Ensino Médio. Para tanto, buscou-se conhecer os documentos oficiais que tratam do novo ensino médio, contextualizando a temática; entender as mudanças propostas para elaborar um instrumento diagnóstico sobre a realidade das unidades escolares; elaborar itinerários formativos a partir dos interesses dos estudantes, contribuir com proposições para a implantação do novo ensino médio. A metodologia de trabalho constou de estudo dos documentos normativos e de conceitos fundantes; atividades em grupos; elaboração do instrumento para coleta de dados sobre as escolas e para entender as demandas para a implantação do novo ensino médio em 2020. Organizaram-se as informações e elaboraram-se propostas de itinerários formativos. Identificou-se que há desafios que necessitam de intervenção para não comprometer a implantação da proposta, como: adequação na infraestrutura, atualização do acervo bibliográfico, computadores, materiais didáticos, entre outros. É urgente a criação de um programa de formação continuada para os profissionais da educação, para que possam se apropriar das políticas educacionais, assim como viabilizar tempo para planejamento, discussões e avaliação do processo.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; PROESDE.

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Extensão, Organização Curricular na Educação Básica Catarinense de 2019, do Programa de Desenvolvimento Regional/Licenciatura, realizado pela Secretaria Estadual de Educação e Universidades do Sistema

⁶⁴ Professora Coordenadora do Proesde licenciatura – brigida.maria@univille.br

⁶⁵ Professora Tutora do Proesde Licenciatura – claudia.valeria@univille.br

⁶⁶ Professora Tutora do Proesde Licenciatura - cristina.ortiga@univille.br

Acafe, propiciou estudos e discussões em torno dos documentos norteadores para a implantação do Novo Ensino Médio, em escolas do município de Joinville, localizado na região Nordeste de Santa Catarina.

Fez-se necessário entender o contexto da reforma do ensino médio e os desafios que ela impõe aos atores envolvidos, como: a organização curricular, a estruturação do projeto político pedagógico, a capacitação dos profissionais e a implantação do novo ensino médio com os itinerários formativos. Dessa forma, considerou-se relevante realizar ações no sentido e auxiliar as escolas na tarefa de se reorganizar para implantar o novo ensino médio em 2020.

Para identificar os interesses dos estudantes secundaristas a respeito do novo ensino médio, as escolas realizaram a escuta, e os acadêmicos bolsistas elaboram e aplicaram um roteiro estruturado identificando as condições de infraestrutura, material pedagógico, profissionais da escola e gestão pedagógica, visando a implantação dos itinerários formativos.

Diante do exposto, delineou-se o objetivo geral de promover estudos contextualizados sobre a reforma do ensino médio, apropriando-se dos documentos norteadores e contribuindo com proposições para a implantação do Novo Ensino Médio. Especificamente, buscou-se estudar os documentos oficiais que norteiam o tema, contextualizando a temática; entender as mudanças propostas para o novo ensino médio para elaborar um instrumento diagnóstico sobre a realidade das unidades escolares; e elaborar itinerários formativos a partir dos interesses dos estudantes, contribuindo com proposições para a sua implantação.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E APORTE TEÓRICO

O ensino médio é a etapa final da educação básica e atende jovens de 15 a 17 anos. Para entender a reforma pela qual passa, faz-se necessário destacar

alguns indicadores que evidenciam a problemática do ensino que vem sendo ofertado e que fundamenta os argumentos para a mudança proposta.

Para melhor compreensão deste cenário, apresentam-se a seguir alguns indicadores que compõem o universo de ensino médio: a) Apenas 62,7% da população entre 15 a 17 anos estão matriculadas no ensino médio, com 15,7% nessa etapa fora da escola, representando aproximadamente 1,5 milhões de jovens (IBGE, 2015); b) O desempenho no Ideb se mantém estagnado; a nota em 2017 foi de 3,8 sendo que a meta era de 4,7 (PNE, 2014); c) 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos acessam o ensino superior, e só 6,9% entre os 25% mais pobres da população cursam o ensino superior (IBGE, 2015); d) a distorção idade/série que é de 28% em nível nacional, 19% em Santa Catarina e de 18% no município de Joinville (QEDU, 2019); e) os índices de reprovação em nível nacional representam de 11,6%; em Santa Catarina é de 12,9% e no município de Joinville é de 11,7% (QEDU, 2019); f) 6,8% é a taxa de abandono em nível nacional; 7,5% no estado e 6,4% na rede municipal (QEDU, 2019); g) no Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA, 2018), o Brasil obteve a pontuação média em leitura de 413 pontos; em matemática, 384 pontos; e em ciências 404 pontos; h) no Brasil apenas 11,1% dos jovens cursam a Educação Profissional (INEP, 2017).

Estudos demonstraram que os jovens não são bem preparados para atividades cotidianas da vida adulta, bem como para o mundo do trabalho, ou seja, apresentam dificuldade para realizar tarefas simples, tais como interpretar o que leem, calcular trocos ou juros simples, escrever textos de uso cotidiano e para expressar de forma oral e escrita ideias e argumentos (FUNDAÇÃO LEMANN, 2015). A implantação do novo ensino médio é um grande desafio, principalmente porque se faz necessário romper a atual inércia e suplantando um novo modelo que precisará ser normatizado pelo sistema e elaborado pelo coletivo escolar, considerando a realidade local para “garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas aspirações presentes e futuras”. (BNCC, 2018, p. 461).

A Lei nº 13.415/17, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases, prevê a ampliação progressiva da carga horária para 1.400 horas, no prazo máximo de cinco anos, e a oferta de itinerários formativos conforme interesse dos alunos, organizados a partir de combinações entre as áreas de conhecimento, a formação técnica e profissional e os eixos estruturantes.

A Portaria nº 1.432/2018, da União, ressalta a importância dos eixos estruturantes que compõem os itinerários, sendo eles: investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo. A preocupação na produção do conhecimento científico e as novas possibilidades, para uma ótica de formação cidadã e profissional no ensino médio, torna-se o objetivo desse novo modelo e o processo de adaptação curricular.

O novo Ensino Médio pretende atender as necessidades e expectativas dos estudantes, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, visando garantir sua permanência e aprendizagem na escola. Também busca assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com os desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e a velocidade das transformações que marcam as sociedades na contemporaneidade. (BRASIL, Portaria nº 1.432/2018).

Sobretudo, a articulação dessas áreas de conhecimento com os eixos estruturantes demandará a qualificação dos professores, apoio financeiro, ajustes nos documentos que orientam a mediação pedagógica na escola e principalmente, na adaptação da escola com a chegada educação profissional. Há também discussão e a urgência sobre a elaboração de materiais didáticos que contemplem a necessidade da aprendizagem do aluno, no contexto da formação integral.

Entende-se que a reforma do ensino médio é uma ação que deve ser conjunta entre ações governamentais, instituições de ensino e profissionais da educação, com a coparticipação social para que haja educação de qualidade para todos, pois a escola tem “a missão de garantir a toda a população os conhecimentos necessários para enfrentar a transição para a vida adulta, seja pela continuação dos estudos de nível superior, seja pelo ingresso no mercado de trabalho, seja pela vida em comunidade”. (CARLINI; SANCHES, 2018, p.15)

A BNCC preconiza a estruturação curricular e ampliação da jornada escolar no ensino médio em que a autonomia e o protagonismo fazem parte do processo da (re)significação dessa etapa da educação. Sendo assim, a escola deverá auxiliar os estudantes na construção do seu projeto de vida, a partir da escolha e oferta dos itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, ou para a formação técnica e profissional. Traz as dez competências gerais, das áreas do conhecimento e dos componentes curriculares, assim como as habilidades e as distribui ao longo da educação básica. As aprendizagens essenciais que os estudantes do ensino médio têm como direito de aprender estão organizadas por:

[...] **áreas do conhecimento** (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) [...] as áreas do conhecimento têm por finalidade integrar dois ou mais componentes do currículo, para melhor compreender a complexa realidade e atuar nela. (BNCC, 2018, p. 469).

A Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018 (CNE/CEB), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aponta no artigo 12 § 2º que,

Os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes:

I – investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos a serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;

II – processos criativos: supõem o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas para a resolução de problemas identificados na sociedade;

III – mediação e intervenção sociocultural: supõem a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;

IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas

missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias

A idealização do novo ensino médio é fomentar a busca por conhecimento científico de forma interdisciplinar com a possibilidade da escolha dos itinerários. Por outro lado, é um momento de enfatizar a preparação para o mundo do trabalho e inserção ao ensino superior, oportunizando aos jovens estudantes experiências e práticas vivenciadas, auxiliando-os na tomada de decisões acerca do seu futuro. Para efetivar a sua implantação, faz-se necessário a aprovação do Currículo do Território Catarinense, alinhando políticas e ações, como a formação docente, avaliação, elaboração de materiais didáticos, e da infraestrutura escolar.

2.1.1 Caracterização da realidade das unidades escolares

A caracterização das unidades escolares se fez com base nas pesquisas realizadas pelos docentes e pelos bolsistas do programa. Das três escolas que iniciam o novo ensino médio em 2020, duas possuem o ensino médio inovador e uma o ensino médio em tempo integral.

Na sequência, apresentam-se as informações relevantes de cada uma das unidades escolares – denominadas de A, B, e C, considerando a implantação do novo ensino médio:

I - Escola A - a unidade escolar possui boa estrutura física e pedagógica para a implantação do novo ensino médio. No entanto, deve realizar alguns ajustes na biblioteca, relacionados ao acervo, acesso à internet e a instalação de computadores. Também se destacou a necessidade de se investir na formação continuada dos docentes, assim como pleitear junto ao governo do estado a contratação de professores efetivos e da equipe pedagógica, mediante concurso. É de suma importância a garantia de investimentos para subsidiar as necessidades da unidade a fim de garantir a efetivação e a estrutura necessária para o sucesso do novo ensino médio;

II - Escola B - a unidade escolar se encontra estruturada para a implantação do novo ensino médio, devendo realizar alguns ajustes na biblioteca, relacionados ao

acervo, acesso à internet e a instalação de computadores; realizar adaptações na infraestrutura do prédio, refeitório, melhorias nos espaços de prática desportiva como quadras, quanto à acessibilidade e espaços para atender os estudantes; promover aquisição de equipamentos e materiais, principalmente para os laboratórios; investir na formação continuada dos docentes; pleitear com o governo do estado a ampliação dos professores efetivos e a equipe pedagógica, mediante concurso; e a garantia do investimento para poder subsidiar as necessidades da unidade para garantir a efetivação e a estrutura necessária para o sucesso do novo ensino médio.

III – Escola C - a unidade escolar se encontra bem estruturada para a implantação do novo ensino médio, devendo realizar alguns ajustes na biblioteca, relacionados ao acervo, acesso à internet e a instalação de computadores; realizar adaptações na infraestrutura física, quanto a acessibilidade e espaços para atender os estudantes; promover aquisição de equipamentos e materiais; investir na formação continuada dos docentes; pleitear com o governo do estado a ampliação dos professores efetivos e a equipe pedagógica, mediante concurso; e a garantia do investimento para poder subsidiar as necessidades da unidade para garantir a efetivação e a estrutura necessária para o sucesso do novo ensino médio.

2.1.2 O desafio da implantação do novo ensino médio

Para garantir a implantação do novo ensino médio, foram elaborados e aprovados pelo Sistema Nacional de Educação, documentos, como a Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio, Referenciais Curriculares para Elaboração dos Itinerários Formativos, Diretrizes Nacionais Curriculares e Guia de Implementação do Novo Ensino Médio.

Neste momento, a implantação do novo ensino médio não será universalizada. No caso do município de Joinville, acontecerá em três escolas, porém, até 2022, todas as que oferecem ensino médio precisarão ampliar as atuais 800h para 1000h anuais (Lei nº 13.415/17).

Entre as ações previstas e encaminhadas pelos Sistemas de Ensino, as unidades escolares de ensino médio em tempo integral precisarão visitar e adequar a proposta pedagógica que “deverá ter por base a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante” (PORTARIA Nº 1.023/18, Art 8 § 7º), considerando “as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral” (RESOLUÇÃO nº 4/18, art. 6º, § único).

As unidades escolares devem considerar, na proposta pedagógica conforme a Resolução *op cit*, à realidade local e dos estudantes, como também prever a contextualização dos conteúdos dos componentes curriculares; decidir sobre formas de organização interdisciplinar; seleção e aplicação de metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas; estabelecer os procedimentos de avaliação dos processos e das aprendizagens, entre outros.

De acordo com as normativas, os currículos do ensino médio devem ser compostos por formação geral básica e por itinerários formativos cuja distribuição da carga horária deve ser definida pelas instituições e redes de ensino (RESOLUÇÃO nº 3/2018, art.7º § 6º).

Quanto à implementação dos itinerários formativos, destaca-se a recomendação da Portaria nº 1432/2018 de que os “Itinerários Formativos incorporem e integrem todos eles, a fim de garantir que os estudantes experimentem diferentes situações de aprendizagem e desenvolvam um conjunto diversificado de habilidades relevantes para sua formação integral”

A Portaria nº 649/2018 define que esses itinerários deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, considerando os interesses e necessidades dos estudantes, a relevância para o contexto local e as possibilidades dos sistemas de ensino, sendo possível, ainda, a composição de itinerário integrado.

Além disso, a Portaria nº 1432/2018, indica que cabe às redes e escolas definir:

- a) a sequência em que os eixos estruturantes serão percorridos e as formas de conexão entre eles; b) o tipo de organização curricular a ser mobilizado: por disciplinas, por oficinas, por unidades/campus

temáticos, por projetos, entre outras possibilidades de flexibilização dos currículos no Ensino Médio; c) se os Itinerários Formativos terão como foco uma ou mais Áreas de Conhecimento, a combinação de uma Área de Conhecimento com a Formação Técnica e Profissional ou apenas a Formação Técnica e Profissional. Essas decisões precisam levar em conta, também, a indicação das DCNEM de que os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um Itinerário Formativo em cada município, em áreas distintas. No caso da Formação Técnica e Profissional, os Itinerários também se organizam a partir da integração dos diferentes eixos estruturantes, ainda que as habilidades a eles associadas somem-se a outras habilidades básicas requeridas indistintamente pelo mundo do trabalho e a habilidades específicas requeridas pelas distintas ocupações, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT e na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Os estudantes deverão realizar um Itinerário Formativo completo, passando, necessariamente, por um eixo estruturante ou, preferencialmente, por todos os quatro eixos.

Considerando que ainda o Sistema Estadual de Ensino não aprovou o Currículo Base para o Ensino Médio, torna-se difícil efetivar a sua implantação. Além disso, deixa o corpo diretivo e docente inseguro frente à elaboração dos itinerários formativos. A atualização do PPP exige mobilizar a comunidade escolar, bem como o entorno das instituições de ensino para conhecer a realidade e as características do público escolar. A implantação dos itinerários requer conhecimento da realidade e precisará atender as demandas dos alunos e comunidade.

A oferta do Novo Ensino Médio requer ações governamentais urgentes para que a escola possa adequar sua estrutura física à cultura organizacional, como: a capacitação dos profissionais da educação, a construção do currículo, adequando-o à comunidade ao qual a instituição está inserida, com a participação e o envolvimento da comunidade escolar. Dessa forma, destaca-se a importância de se envolver os sujeitos que atuam como protagonista no processo de ensino e aprendizagem - os professores e os alunos, pois são eles que efetivam na prática, o processo de aprendizagem, com apoio e suporte da equipe diretiva, técnica e administrativa, efetivando desta forma a implantação do novo ensino médio.

Para além disso, os desafios contemplam a adequação dos materiais didáticos, repensar avaliações nos âmbitos nacionais, estaduais e municipais, a elaboração do plano de ensino pelos professores mediante as diretrizes da BNCC

e principalmente como qualificar esses profissionais, propiciando o engajamento entre a gestão da escola, equipe docente e a família. Dessa forma, as escolas que implantarão o novo Ensino Médio têm quatro grandes desafios a serem superados, que são: a universalização, a conclusão, a qualidade e a equidade.

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, estudaram-se os seguintes documentos: a Lei nº 13.415/17, que trata da reforma do ensino médio; a Base Nacional Comum Curricular: contexto, estrutura e competências; a Proposta Curricular de Santa Catarina: conceitos relacionados ao Ensino Médio; as Diretrizes Curriculares Nacionais – atualização do ensino médio; os referenciais curriculares para a elaboração de itinerários formativos. Posteriormente, com base nesses documentos, elaborou-se um instrumento para coleta de informações sobre a realidade de três escolas para entender as demandas para a implantação do novo ensino médio em 2020.

O levantamento da realidade das unidades escolares foi realizado pelos estudantes bolsistas, que foram divididos em três grupos, um grupo para cada escola; os bolsistas se revezaram para fazer as observações e conversar com os gestores e docentes a fim de obterem as informações a partir do roteiro estruturado, pré-elaborado, para o diagnóstico. De posse dos dados, os estudantes discutiram e sistematizaram as informações, compartilhando, com o grande grupo. Em seguida, produziram um relato do diagnóstico de cada escola.

Analisou-se, também, a escuta feita pelos estudantes para saber das demandas das escolas para a elaboração das propostas de itinerários formativos, os quais foram socializados no seminário realizado em novembro.

Concomitantemente, durante o ano foram realizadas, pelas professoras do programa, formações com os docentes e gestores das três unidades escolares envolvidas no processo bem como houve a participação dos docentes nos seminários regionais que abordaram esta temática, realizados em julho e novembro, no campus da universidade.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os motivos que levam os estudantes a cursar o ensino médio é o desejo de um bom emprego; entrar na faculdade; e o desenvolvimento do projeto de vida para saberem o que querem para o futuro. A maioria dos estudantes afirmou que a escola ajuda definir o que farão no futuro e a desenvolver as suas competências; indicaram que aprendem mais participando de oficinas e fazendo projetos práticos; trabalhos em grupo e assistindo aulas teóricas.

Sugeriram, para a organização da sala, que sejam utilizados ambientes internos e externos; apontaram que gostariam de ter atividades e oficinas culturais, como cinema, música, teatro, dança, festivais; realizar atividades fora da escola; e possibilidade de sugerir algumas disciplinas que queiram estudar. Gostariam que as avaliações fossem realizadas por meio das atividades realizadas ao longo do período e flexibilização para professores e alunos escolherem a melhor forma de avaliar cada situação.

Quanto aos papéis dos professores, apontaram que devem buscar conhecer os estudantes e entender suas dificuldades e aptidões; planejar projetos e oficinas, onde os estudantes aprendam os conteúdos para resolver problemas práticos; e realizar perguntas e mediar debates sobre os conteúdos estudados.

Em relação às áreas do conhecimento para aprofundar, indicaram: na escola A, Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; na escola B, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; e na escola C, Linguagens e suas Tecnologias e Ciências da Natureza. Para a ampliação da carga horária, gostariam de atividades artísticas e ou esportivas, oficinas práticas, tirar dúvidas e realizar revisão de conteúdo. Querem formação técnico profissional de até um ano, no contraturno, preferencialmente na escola. Também desejariam ter um tempo específico para o desenvolvimento do projeto de vida.

O resultado apresentou contribuições significativas para serem discutidas pelos docentes e equipe diretiva para a revisão do Projeto Político Pedagógico e deliberar ações para a implantação do Novo Ensino Médio, visando o

protagonismo estudantil. Além disso, apresenta subsídios aos gestores para estabelecer as políticas e planos de ação, no Estado.

Parte dos resultados subsidiou os bolsistas do programa para a elaboração dos itinerários formativos. Cabe destacar, que as propostas foram elaboradas por estudantes em formação inicial, sem experiência com a prática docente; as propostas foram construídas com base nos documentos gerais, levando em consideração o entendimento obtido mediante os estudos e discussões realizados durante o curso.

Os resultados das produções foram socializados no seminário regional, em novembro, com a participação dos docentes das unidades escolares envolvidas no processo. As unidades escolares também socializaram os resultados das atividades realizadas durante o ano, bem como a Coordenadoria Regional de Educação apresentou as propostas que serão implantadas nas três unidades escolares a partir de fevereiro de 2020, em Joinville.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, identificou-se que há alguns desafios que necessitam de intervenção para não comprometer a implantação do novo ensino médio, como a necessidade de recursos para prover as melhorias na infraestrutura física, materiais didáticos e esportivos adequados, atualização do acervo bibliográfico, softwares e computadores, manutenção e insumos nos laboratórios, assim como a aquisição de materiais e equipamentos acessíveis para pessoas com deficiência e profissionais para operacionalização.

Apontou-se a urgência em efetivar um programa de formação continuada aos docentes e equipe gestora, para que possam se apropriar das políticas educacionais, assim como viabilizar tempo para planejamento, discussões e avaliação do processo. Acredita-se que com os docentes capacitados e instrumentalizados estar-se-á garantindo a efetivação do que está sendo proposto junto à comunidade escolar para articular os interesses dos estudantes nos projetos de vida e nos itinerários formativos. Entende-se que as unidades

escolares precisam ser acompanhadas de forma sistematizada no processo de implantação do Novo Ensino Médio, para que se sintam apoiadas, com respostas para as demandas junto à comunidade.

Há muitas exigências que precisam ser atendidas na adequação do PPP, como trabalhar as habilidades visando o desenvolvimento das competências gerais e a elaboração dos itinerários formativos para garantir a flexibilização curricular, superando a atual forma de organização do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, espera-se que as equipes diretivas das unidades escolares efetivamente dialoguem com a realidade local e se adaptem às necessidades dos estudantes.

Por fim, destaca-se que as equipes das escolas com as quais o Proesde Licenciatura esteve envolvido durante o ano de 2019, inicialmente apresentavam-se bastante inseguras com o que estava sendo apresentado. Percebeu-se que à medida que as coisas foram ficando mais claras, com as intervenções formativas realizadas, estes foram ficando menos tensos.

Quanto às propostas de itinerários formativos, estes foram um desafio à parte, pois, nas pesquisas foram encontrados exemplos de itinerários da formação técnica profissional e nenhum exemplo de itinerário por área do conhecimento. Apesar das dificuldades, os bolsistas sentiram-se desafiados a elaborar as propostas, na tentativa de atender as demandas das escolas: uma na Área de Linguagens e suas Tecnologias, uma na Área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias e a última na Área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Espera-se que essas propostas possam servir de inspiração para a efetivação em 2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415/17.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm acesso: 19/11/19.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Disponível em:

<http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf> acesso: 20/11/19

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file> acesso: 20/11/19

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB dos Municípios Brasileiros**. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirec/1501022/PPC_Administacao_de_Empresas.pdf Acesso em: 26 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 10/06/2019

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> acesso: 03/11/19

BRASIL. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199. Acesso em: 03/06/2019.

BRASIL. **Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio**. Portaria nº 649 de julho de 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/marco-legal> acesso: 27/01/20

BRASIL. **Indicadores educacionais ensino médio**. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/brasil/ideb>>. Acesso em: 03/06/2019.

CARDINI, Alejandra; SANCHEZ, Belén. **Modelos curriculares para o ensino médio. Desafios e respostas em onze sistemas educacionais**. Disponível em: <https://www.cippecc.org/wp-content/uploads/2018/12/MODELOS-CURRICULARES-PARA-O-ENSINO-M%C3%89DIO.pdf> Acesso: 28/08/19

FUNDAÇÃO LEMANN. **Alunos não são bem preparados para atividades cotidianas da vida adulta**. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/313.pdf> acesso: 02/11/19

IBGE, 2015. **Our world in Data, Banco Mundial, 2018**. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/313.pdf> acesso: 02/11/19

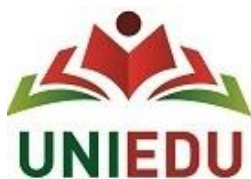
BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. **Jovens cursam a Educação Profissional**. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/313.pdf> acesso: 02/11/19

OCDE. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12> acesso: 23/01/20

QEDU. **Censo Escolar 2018**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/> acesso: 03/11/19

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina 2014**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/cursos-de-extensao/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina> Acesso em: 03/06/2019

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Ensino médio: reestruturação da proposta de escola**. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/313.pdf> acesso: 02/11/19



O OLHAR DOS LICENCIANDOS DO PROESDE SOBRE O PERFIL DOS DOCENTES QUE ATUAM EM NOVAS PROPOSTAS DE ENSINO MÉDIO DE SANTA CATARINA

Luciane Schulz⁶⁷
Carla Carvalho⁶⁸
Érica Monteiro⁶⁹
Isabela Wilvert Shumann⁷⁰
Morgana Montibeler⁷¹
William Campos da Silva⁷²

RESUMO: Entre as metas educação brasileira está a de elevar os índices de aprendizagens do Ensino Médio em exames nacionais e internacionais, justificada em parte pela Reforma do Ensino Médio de 2016/2017. Contudo, superar tal problemática demanda também políticas públicas dirigidas à formação e carreira de professores que atuam no Ensino Secundário. Pensando em obter informações acerca do cenário de Ensino Médio catarinense, em face ao Novo Ensino Médio, a Secretaria de Estado da Educação - SED confiou ao PROESDE Licenciaturas a tarefa de produzir dados sobre três modelos de Ensino Médio similares ao Novo Ensino Médio, implantados em Santa Catarina. Por meio de questionários, observações e diário de campo evidenciou-se uma série de elementos. A partir dessas informações geradas pelo PROESDE Licenciaturas, buscou-se relatar como se configura o cenário docente em projetos/programas de Educação Integral implantados em três escolas de Blumenau e região. Também problematizou-se as condições de trabalho docente em detrimento às legislações e ao que pesquisadores da educação estabelecem como condições mínimas necessárias para se alcançar uma educação de qualidade, no que diz respeito às aprendizagens. Como resultados, evidenciou-se o distanciamento para o cumprimento da Meta 16 do Plano Nacional de Educação –PNE com relação aos docentes tais como: a formação continuada e o vínculo empregatício. A maioria dos

⁶⁷ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Ciências Naturais e Coordenadora do Proesde Licenciaturas da Furb. E-mail: luciane.schulz19@gmail.com

⁶⁸ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Departamento de Arte e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (Furb). Coordenadora do Proesde Licenciaturas da Furb. E-mail: ca_carvalho@icloud.com.

⁶⁹ Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Furb. Professora de Sociologia – SED – SC. Tutora do Proesde Licenciaturas da Furb. E-mail: nandhamonteiro@hotmail.com

⁷⁰ Licencianda PROESDE Furb - Curso de Artes Visuais. E-mail: florisbelaisabela@yahoo.com

⁷¹ Licencianda PROESDE Furb – Curso de Ciências Biológicas. E-mail: morgana.montibeler@hotmail.com.br

⁷² Licenciando PROESDE Furb – Curso de Letras Inglês/Português. E-mail: william.29665@gmail.com

professores percebe o Ensino Médio Inovador como propostas diferenciadas e indicam a relevância do trabalho interdisciplinar e com a comunidade para a realização da proposta.

Palavras-chave: Docentes da Educação Integral; Formação Docente Inicial; PROESDE Licenciaturas.

1 INTRODUÇÃO

Entre alguns dos desafios das políticas públicas de educação voltadas ao Ensino Médio em nosso país estão: acabar com a evasão, dar sentido, universalizar o acesso, oportunizar a continuidade dos estudos, e, principalmente, desenvolver um trabalho pedagógico que garanta a formação e o desenvolvimento da cidadania e das competências cognitivas e socioemocionais. Esses desafios ao contexto do Ensino Médio são por sua vez, fundamentais para que o jovem deste tempo possa viver, conviver, aprender e produzir em uma sociedade cada vez mais exigente. Não obstante, construir uma visão comum de educação integral⁷³ e de reconhecimento da importância das competências para o século 21⁷⁴ fazem parte deste processo.

Novas pedagogias de ensino ou reformulações de leis da Educação são implementadas, como possibilidades de superar as dificuldades. As propostas de Ensino Médio ‘inovadores’ ou a Lei 13.415 são exemplos. Em Santa Catarina o Ensino Médio em Tempo Integral numa perspectiva da Educação Integral, vem sendo estudado e sistematizado em diversos movimentos da *Proposta Curricular de Santa Catarina*–PCSC, desde os anos de 1990. Como resultado, além dos programas federais de Ensino Médio diferenciado, a parceria entre o Governo do Estado e entidades como Instituto Ayrton Senna - IAS se consolidam, na tentativa de melhorar a qualidade desta etapa de formação.

Diante deste panorama, o *Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional* – PROESDE Licenciaturas, no ano de 2019, teve como

⁷³ Educação integral se refere à dimensão qualitativa que se quer agregar à educação. Já a Educação de tempo integral consiste no avanço quantitativo no tempo de exposição do aluno a diferentes aprendizagens.

⁷⁴ Se refere a um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, que preparam os alunos para a vida escolar/acadêmica, profissional, pessoal e em comunidade. Tais competências estão alinhadas as características exigidas dos sujeitos no século XXI. Estudiosos já debruçavam sobre esta temática, mas o mesmo foi amplamente divulgado quando organismos internacionais como UNESCO e a OCDE, passaram a publicar relatórios sobre a questão.

proposta o acompanhamento do processo de construção do *Novo Ensino Médio* no Estado de Santa Catarina, a partir das 120 escolas estaduais que já desenvolvem projetos pedagógicos similares ao novo modelo de Ensino Médio promulgado com a Lei 13.415/2017. Em sua organização o PROESDE Licenciaturas corrobora com necessidade de se pensar numa política de Estado para o Ensino Médio em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, focando o percurso formativo na perspectiva da educação integral.

Neste relato, partimos da experiência vivenciada no PROESDE licenciaturas, para compreender como hoje se configura o cenário docente em projetos/programas de Educação Integral implantados em três escolas de Blumenau e região. Buscamos ainda problematizar as condições de trabalho docente em detrimento ao que as legislações e pesquisadores da educação estabelecem como condições mínimas necessárias para se alcançar uma educação de qualidade, no que diz respeito às aprendizagens. Para isso utilizaremos dados gerados pelos discentes do PROESDE Licenciaturas em suas pesquisas de campo. Este é um relato de experiência sobre a geração dos dados coletivos, que realizou uma pesquisa que teve como fundamentos epistemológicos António Nóvoa (1999, 2009, 2012), Bernadete Gatti e Elba Barreto (2009) sobre formação docente. Os instrumentos de geração de dados utilizados são questionários analisados e tratados quantitativamente.

Construir um diagnóstico da realidade dos professores de escolas públicas e discutir sobre a sua formação e condições de trabalho em meio à implantação do *Novo Ensino Médio* é indispensável para a elaboração de políticas de educação, pois a almejada educação de qualidade passa pelo efetivo trabalho do professor. As experiências brasileiras, mesmo que descontínuas, de implantação de Educação Integral já nos permitem alçar alguns pressupostos que podem nos direcionar e estes não devem ser descartados.

Esse exercício de docência e pesquisa leva-nos a pensar sobre uma ação diferenciada no processo de aprendizagem, na qual licenciandos se engajam em processos de pesquisa na elaboração de conhecimentos sobre a própria docência.

2 PRODUZINDO DADOS SOBRE OS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO

O PROESDE é um programa do Governo Estadual de Santa Catarina, criado em 2005 e implementando sob a coordenação da Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE e da Secretaria de Estado da Educação – SED e abrange todas as regiões de Santa Catarina. (UNIEDU, 2019, s.p). O programa se subdivide em *Desenvolvimento Regional*⁷⁵ e *Licenciaturas*⁷⁶, no qual este trabalho se desenvolveu. O *PROESDE Licenciaturas* foi implementado em 2017, e está regulamentado pela Portaria 3155/SED/2017⁷⁷, que “objetiva promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica” (UNIEDU, 2019, s.p). Para a efetivação da proposta que é articulada na extensão universitária são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão dirigidos aos licenciandos.

Em 2019, na Fundação Universidade Regional de Blumenau- FURB, cinquenta acadêmicos de treze licenciaturas fizeram parte do Programa: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências da Religião, Ciências Sociais, Educação Física, História, Letras, Matemática, Música, Pedagogia, Química, Teatro e Dança. Todas as licenciaturas são presenciais e por esse motivo as atividades⁷⁸ do PROESDE acontecem aos sábados.

O curso de extensão é composto por atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão sendo composto pelo Módulo I, no qual as discussões e aprofundamentos ampararam-se em estudos da formação docente, na BNCC, PCSC, e na Resolução 03/2018 que trata da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais

⁷⁵ Existente desde 2005, o PROESDE Desenvolvimento Regional é voltado à formação do cidadão e sua atuação na interferência nas políticas públicas, em articulação entre sua formação acadêmica e o desenvolvimento socioeconômico da região (UNIEDU, 2019, s.p).

⁷⁶ O programa custeia as mensalidades acadêmicas aos graduandos e para participar do programa o acadêmico participa de um edital que é público e que contempla pré-requisitos específicos. (UNIEDU, 2019).

⁷⁷ Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/legislacao/portarias-legislacao/520-portaria-3155-sed-2017/file>

⁷⁸ No desenvolvimento das atividades, um conjunto de atividades presenciais, à distância e de prática com pesquisa em escolas são sistematizadas por professoras coordenadoras que contam com a ajuda de professoras tutoras.

2018. No Módulo II, o foco dos estudos esteve na BNCC e na PCSC, com a sua implementação e organização curricular.

No percurso diversas questões problemas foram levantadas de acordo com a vivência específica de cada grupo de estudante e de suas áreas de conhecimento. Para atender à dimensão pessoal entrelaçada à dimensão profissional (NÓVOA, 2009, 2012, 2013), realizaram-se relatos autobiográficos advindos dos encontros presenciais que compuseram um diário virtual reflexivo. Em 2019 o objetivo do curso centrou-se na problemática: *Como tem sido a construção da Educação Integral do novo Ensino Médio no estado de Santa Catarina?*

Para responder a questão, os estudantes pesquisaram três escolas com modelos diferentes de Ensino Médio, inseridas em propostas de Educação em Tempo Integral similares ao 'Novo Ensino Médio'. Uma escola localizada em Brusque-SC que oferece o Ensino Médio Inovador - EMI, desenvolvido pelo Governo Federal, uma escola localizada em Blumenau-SC que implantou o Ensino Médio integrado a Educação Profissional – EMIEP, também originado pelo Governo Federal, e outra unidade de ensino também de Blumenau-SC, que desenvolve o Ensino Médio Integral em Tempo Integral- EMITI, implantado em 2017, entre uma parceria entre Secretaria de Educação e Instituto Ayrton Senna.

As pesquisas foram organizadas em grupos e cada conjunto de licenciandos ficou responsável por uma unidade de ensino. Na escola EMI de Brusque foram entrevistados 109 alunos (39 do Ensino Médio Inovador) e 13 professores. Na escola que atende o EMIEP, em Blumenau foram 115 alunos entrevistados e 12 professores, e na Escola que desenvolve o EMITI, também em Blumenau, foram entrevistados 30 estudantes e 20 professores, todos dessa proposta de ensino. Como instrumentos para a geração de dados, os licenciandos utilizaram entrevistas, questionários, observação direta e análise dos registros institucionais.

Uma série de dados sobre estudantes e professores inseridos nos programas/projetos foram gerados, criando um panorama sobre estes modelos de educação na região de Blumenau. A partir destes levantamentos um relatório foi

produzido para a Secretaria da Educação do Estado, e os licenciandos socializaram suas pesquisas em eventos de Educação⁷⁹.

O principal desafio proposto aos graduandos enquanto produção final desse percurso, centrava-se na produção de artigos advindo das problemáticas levantadas ao longo de suas pesquisas de campo⁸⁰. Muitas informações foram geradas com os estudantes: suas percepções sobre a escola, o PPP descrito e o praticado, inserção no mercado de trabalho, pretensões sobre a continuidade dos estudos, avaliação dos cursos de ensino Médios nos quais estão inseridos, sugestões de melhorias na sua formação, interesse nos vestibular/ ENEM, dentre outras informações. Contudo na organização deste relato, faremos um recorte e utilizaremos apenas os dados evidenciados por meio dos questionários aplicados aos professores.

3 PERFIL DOCENTE NOS PROJETOS SIMILARES DO NOVO ENSINO MÉDIO

No processo de geração de dados quarenta e quatro professores responderam aos questionários. As questões buscavam traçar um perfil destes profissionais, além de compreender suas percepções sobre o processo de mudança de implementação e implantação do Novo Ensino Médio. O perfil traçado demonstra que 63% dos docentes se declararam do sexo masculino enquanto 37% do sexo feminino, o que confronta com as informações do último censo escolar analisadas e debatidas por Carvalho (2018), nos quais os cargos de docentes do Ensino Médio brasileiro são preenchidos por 59,6% por mulheres enquanto que 40,4 são completados por homens. A divisão de atividades por sexo hoje nos parece ultrapassada, contudo, permanece um legado cultural sobre as noções de gênero, que resultam em interações e relações de poder “[...] supõe um processo ambivalente onde incluem a hierarquia, interdependência e complementaridade entre homens e mulheres” (APPLE, 1995, p. 144).

⁷⁹ V Colóquio Luso-Brasileiro de Educação – COLBEDUCA; XIV Congresso Nacional de Educação - EDUCERE; VII Seminário PROESDE da FURB; XV Seminário Integrado das Licenciaturas da FURB; e na 13ª. Mostra Integrada FURB - MIPE

⁸⁰ Em média quinze artigos foram selecionados e serão compilados em um livro com publicação prevista para 2020.

Quanto ao grau de formação dos profissionais, 88% possuem nível superior completo em alguma licenciatura, enquanto 2% estão em formação, 7% possuem mestrado, 3% são doutores. O resultado da amostra segue a tendência brasileira na qual 93% dos professores de Ensino Médio possuem Ensino Superior, em contra partida poucos, apenas 26%, possuem alguma especialização *lato* ou *scripto sensu* (CARVALHO, 2018). Esse indicador problematiza a aproximação da Meta 16 do Plano Nacional de Educação –PNE, que prevê que ao menos 50% dos professores da educação básica devem ter alguma pós-graduação. No Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – (2018) buscamos o dado para perceber a relação de Santa Catarina com o Brasil. Observamos nesse quadro que o estado de SC destaca-se com um indicador que projeta para cima a realidade brasileira, pois em 2014, 45,3% dos professores tinham pós-graduação, em 2015, 45,8%, em 2016, 48,5% e em 2017, 53,2% respectivamente. Esses indicadores demonstram que o estado, não a rede estadual, alcançam a meta do PNE (BRASIL, 2019).

Outro aspecto investigado e foi a *Formação Continuada*, “cujo propósito é a atualização e aprofundamento de conhecimentos como requisito natural do trabalho em face do avanço nos conhecimentos, as mudanças no campo das tecnologias, os rearranjos nos processos produtivos e suas repercussões sociais” (GATTI; BARRETTO, 2009, p. 200), garantida a todos os profissionais da Educação Básica pela mesma Meta 16 do PNE. Dos professores entrevistados, 80% informou participar de formações sobre os projetos/programas nos quais atuam, oferecidas pelas escolas ou pela SED, vindo ao encontro do que defende Nóvoa (1999, p. 6), quando aponta que “a profissionalização dos professores está dependente da possibilidade de construir um saber pedagógico [...] de produção de um discurso científico em educação sejam, também, momentos-fortes de afirmação profissional dos professores.

Fomos ao relatório do INEP que trouxe dados de Santa Catarina em relação à formação continuada. Percebe-se um crescente nos percentuais de ano a ano. Em 2014 48,9 % professores realizam formação continuada, em 2015, 50,1%, em 2016 49,8% e em 2017 57,8%. Percebe-se como indicador geral que o estado de Santa

Catarina vem aumentando os indicadores, em direção à meta nacional (BRASIL, 2019). Esses dados trazem indicadores de todas as redes, mas por ele podemos relacionar aos dados das três escolas investigadas.

Os dados sinalizam aspectos frágeis quando analisamos o vínculo empregatício com o Estado. Dos quarenta e quatro docentes atuantes nas três escolas investigadas, 80% são contratados temporariamente, em Santa Catarina denominados ACT⁸¹ e somente 20% são efetivos concursados. Este dado nos defronta acerca das perspectivas que se colocam nestes projetos/programas de novas metodologias pedagógicas que servem como respostas do investimento público para a melhora da qualidade do Ensino Médio público. Enfatiza-se que apesar de não refletir o quadro geral de composição do corpo docente das escolas estaduais, alerta para o número de professores não efetivos que estão em atividades na rede estadual de SC.

Ao compararmos os números das três escolas com as estatísticas nacionais em que 54,9% dos professores brasileiros atuantes no Ensino Médio são concursados (CARVALHO, 2018), percebemos que a realidade dessas escolas embora preocupante, não reflete o conjunto do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, em seu Artigo 67 estabelece a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes estatutos e planos de carreira, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, direito a aperfeiçoamento profissional continuado (com licenciamento periódico remunerado). Prevê a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho (BRASIL, 1996), dentre outros direitos. Da mesma forma aponta a Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) no que diz respeito a existência de plano de carreira e remuneração – PCR. (BRASIL, 2019)

Entre os pesquisadores da Educação há um consenso que a grande quantidade de vínculos temporários resulta na precarização do trabalhador da educação, argumentando Oliveira (2004, p. 1140), que “ o aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, ao número correspondente ao trabalhadores efetivos [...] tem tornado cada vez mais agudo o

⁸¹ Admitido em Caráter Temporário.

quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público” (OLIVEIRA, 2004, p. 1140). No caso de uma escola com professores ACTs, a rotatividade é uma característica que fragiliza a qualidade, pois implica na aprendizagem dos estudantes. “As descontinuidades geradas nessas trocas e a natural demora na adaptação na relação professor-aluno implicam num prejuízo do processo de ensino-aprendizagem [...]” (DUARTE, 2009, p. 10).

Observamos uma relação direta entre a aprendizagem e a valorização docente, compreendendo a complexidade nesse processo. Compreendido como um mediador do processo educativo, o professor contribui diretamente para uma educação de qualidade. Observamos que há relação entre boas condições de formação e de trabalho, isso inclui a formação continuada, estabilidade, tempo para estudos e realização de projetos coletivos, projeção de carreira, salários condizentes com a importância do trabalho. Nesse sentido, observamos no relatório nacional que Santa Catarina se destaca na relação com outros estados brasileiros, no entanto, é relevante o estado de Santa Catarina olhar com cuidado esses indicadores e como eles se cruzam nos resultados que pretende-se com os projetos de Ensino Médio inovadores.

4 PERCEPÇÃO DOCENTE DOS PROJETOS DO NOVO ENSINO MÉDIO

Além de caracterizar a formação dos professores e suas condições de trabalho nas três escolas, buscamos compreender como esses professores compreendem o Ensino Médio Inovador que vivenciam. Este texto apresenta o percurso que é de pesquisa e ao mesmo tempo de ensino de fazer pesquisa. Como já acenado, cada grupo foi a campo gerar dados a partir de suas realidades. Receberam indicadores gerais para a geração de dados, no entanto, com o encaminhamento realizado com seus tutores, elaboraram perguntas com o mesmo objetivo, no entanto instrumentos foram diferenciados. O que nos permite aqui, trazer os dados separados por grupos, pois no momento de análises, que foram coletivas, percebemos que os dados se assemelham, mas possuem diferenças marcadas pelas curiosidades de cada grupo. Essas diferenças tem relação com os instrumentos aplicados, mas principalmente com os contextos investigados. Assim, separamos os dados em três contextos: Ensino

Médio Inovador – EMI; Ensino Médio integrado a Educação Profissional – EMIEP; Ensino Médio Integral em Tempo Integral- EMITI

4.1 ENSINO MÉDIO INOVADOR – EMI

Quando questionados sobre a impressão a respeito da unidade escolar em que trabalham, 33% dos professores afirmaram ser excelente e 57% afirmaram ser boa. No entanto, a maioria compreende que há necessidade de melhorias, como as estruturais (82%). Ao perguntar como os docentes compreendem o atual cenário educacional brasileiro, 77% apontaram para precariedade e a negligência, com desvalorização do professor e falta de investimentos (23%), sendo conduzido à privatização. Esses dados, no nosso entendimento, são consequências de uma longa caminhada das escolas do Brasil. A escola foi assumindo diversas tarefas ao longo do século XX, com as políticas educacionais de cunho neoliberal, da atual social-democracia e, assim, da ‘Educação para Todos’, como apontado por Peroni (2015) quando chama a atenção para as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na Educação a partir da segunda metade do século XX, com a abertura de mercado.

Buscando entender a compreensão dos docentes a respeito da realidade dos estudantes, 82% afirmaram que a compreendem por meio da relação do ensino com o cotidiano desses alunos (80%). Ao perguntarmos sobre qual a importância da Educação Integral, 46% relataram ser importante, pois desenvolve o senso crítico (13%) e promove o desenvolvimento psicológico e social do aluno (13%), apontando que a capacitação dos professores é necessária para que ocorra (7%).

Na tentativa de compreender se os docentes percebem a relação da escola com a comunidade escolar por meio de projetos, 62% dos participantes responderam que não, e 30% que sim, compreendem-na dessa forma. Mas, quando questionamos se os docentes trabalham com atividades/projetos interdisciplinares, 89% responderam desenvolver essas ações e que elas são inovadoras e positivas para o processo de ensino-aprendizagem (81%). Estes indicadores nos fazem refletir sobre

o os desencontros entre o que se pratica e o que se defende enquanto ações educativas potenciais para aprendizagem e construção do conhecimento.

Por conseguinte, 50% dos docentes entrevistados não souberam dizer quais ações definem o Novo Ensino Médio, 22% entendem que os alunos passarão mais tempo na escola, e 14% disseram que é pautado por ações interdisciplinares. Por fim, ao perguntarmos qual a perspectiva dos docentes sobre o Novo Ensino Médio, 50% descreveram-na como negativa, 17% afirmaram que a iniciativa precisa de amadurecimento, e 17% não indicam perspectivas diferentes, ainda 8% indica tratar de uma de utopia e outros 8% espera para ver no vai dar.

4.2 ENSINO MÉDIO INTEGRADO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – EMIEP

Quando questionados sobre a impressão que têm sobre a unidade escolar em que trabalham, 71% dos professores consideraram-na boa; e 29%, excelente. Mas 71% avaliam o atual cenário educacional brasileiro como péssimo; e 29%, como ruim.

Uma das hipóteses que aventamos para explicar esses indicadores apontadas pelos professores corrobora os pressupostos de Nóvoa (2009, p. 60), que vem analisando criticamente este contexto e se posicionando em defesa de uma escola centrada na aprendizagem, e não no assistencialismo ou uma escola “reparadora da sociedade”. O autor caracteriza esse movimento como transbordamento escolar. “Resumindo [...], no último século, podemos dizer que a Escola foi se desenvolvendo por acumulação de missões e de conteúdos, numa espécie de constante *transbordamento*, que a levou a assumir uma infinidade de tarefas.” (NÓVOA, 2009, p. 50, grifos do autor). Em vista desse fenômeno, não sobra tempo para a escola se dedicar à sua essência, ou seja, a construção-produção do conhecimento.

No que diz respeito à relação do docente com a comunidade escolar, 71% dos respondentes consideraram-na razoável, 14% julgaram-na ótima; e 14%, ruim. Com relação à compreensão dos docentes sobre como a escola dialoga com as necessidades dos alunos, 44% dos entrevistados relataram que é por meio da escuta aos estudantes e seus familiares; 44%, por meio dos projetos desenvolvidos; e 11%, por meio da estrutura da escola.

Ao perguntarmos sobre como os docentes percebem o Novo Ensino Médio, 55% julgaram-no necessário, 33% disseram que é o ideal para melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, e 11% não concordam com essa nova proposta. Não obstante, chamamos a atenção para o que realmente entendem os docentes sobre o Novo Ensino Médio e a Educação Integral. Muitas vezes, segundo Nóvoa, (2012, p. 15, grifos do autor), a ideia que perpassa o “[...] conceito de educação integral contribuiu para o *transbordamento da escola*, para uma escola que foi assumindo um excesso de missões e de tarefas, com grande dispersão de projectos e actividades [*sic*]”.

4.3 ENSINO MÉDIO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL- EMITI

Sobre a qualidade da relação entre docentes e alunos do EMITI, 70% dos professores afirmaram ser boa; 18% ótima e 12% excelente. Do mesmo modo, mas entre professores, 45% responderam que a relação é boa, 5% excelente, 50% disseram ser apenas profissional e 15%, regular. Os docentes, em sua totalidade, percebem diferenças no processo ensino-aprendizagem entre o EMITI e o Ensino Médio Regular.

Quanto a formação continuada, 91% afirmaram ter participado de alguma proposta oferecida pelo Estado, destes 77% as consideraram boas ou excelentes. O número elevado de professores do EMITI participantes de formações justifica-se porque na proposta do Instituto Ayrton Senna⁸² a organização do currículo é sustentada por projetos e o ensino integrado entre as disciplinas, o que favorece o trabalho interdisciplinar, “[...] além de se constituírem em excelente estratégia para que todas as disciplinas/áreas de conhecimento e projetos ‘falem a mesma língua’, dando coesão à diversidade” (CADERNO METODOLOGIAS INTEGRADORAS, 2017, p.12).

Como podemos observar, o processo de construção do Novo Ensino Médio de Santa Catarina alinhado à BNCC tem uma boa receptividade pelos docentes e já

⁸² A condução pedagógica do projeto é orientada pelo Instituto Ayrton Senna, por meio de parceria estabelecida em 2016.

acontece de forma lenta, gradativa e monitorada, por meio de diferentes percursos formativos, como relatado nas três escolas investigadas: o Ensino Médio Inovador, o Ensino Médio Integral em Tempo Integral e o Ensino Médio articulado ao Ensino Profissionalizante. Esses percursos dialogam com a ideia de Educação Integral da PCSC, mas, para sua efetividade plena, ainda carece de ajustes, pois são imensos os desafios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos projetos/programas são implantados por meio de projetos públicos ou em parcerias público/privado objetivando uma *Educação para o Século 21*. Entre eles está a implementação de uma nova proposta de Ensino Médio, pensando-se o currículo, avaliando-se o mercado de trabalho, projetando-se educação para o futuro.

Dito isto, o curso de extensão PROESDE – Licenciatura FURB, promoveu um percurso integrador com os acadêmicos nas atividades da comunidade acadêmica e nas discussões atravessadas por legislações e teorias da educação. Estes estudantes foram desafiados a acompanharem o processo de (des)construção do novo Ensino Médio no Estado de Santa Catarina, e a partir disso produzirem conhecimento científico. Entretanto, não podemos nos isentar de refletir sobre a projeção de futuro destes licenciandos, visto durante a investigação passam a questionar, a partir de dados objetivos, suas condições profissionais após formatura. A Universidade por meio de programas como o PROESDE forma bons professores, mas diante do atual cenário da educação catarinense estes profissionais por si só serão capazes de impactar na educação?

Diante das problemáticas levantadas pelos estudantes do PROESDE Licenciaturas e discutidas aqui, uma reflexão nos atravessa: compreendemos a necessidade de alinhar o currículo do Ensino Médio aos interesses neoliberais. De fato, a reforma no Ensino Médio se faz urgente e necessária, mas como a que a Lei 13. 415/ 2017 dá conta dessa expectativa? Quais elementos se atravessam nesse processo de implementação? O que se tem de interesses nessas relações? Essas

são reflexões desse percurso com nossos acadêmicos.

De posse dos dados acerca da formação dos professores, das suas condições reais de trabalho, das suas percepções com relação ao Ensino Médio Inovador, foi possível com eles tecer discussões, e elaborar conhecimentos acerca da docência de forma crítica e concreta. Buscamos nesse percurso pensar possibilidades, para que nesse contexto reflitam sobre a docência como potência para a transformação.

Desejamos superar os desafios para se alcançar uma educação cujas aprendizagens sejam potência para reais mudanças nas comunidades. Observamos que além dos desejos dos professores, da compreensão da proposta com formação continuada é necessário condições objetivas de trabalho. Destacamos que para o Ensino Médio Inovador são importantes uma equipe que atua de forma integrada e coerente, que o trabalho na educação é de longo prazo, por isso a permanência de docentes na escola se faz relevante e a formação continuada sistemática e aprofundada. O vínculo temporário dos professores dos três percursos formativos problematizados nesta pesquisa, fragiliza a construção de uma visão comum de educação integral e de reconhecimento da importância das competências para o século 21, bem como o desenvolvimento de um trabalho pedagógico capaz de garantir uma formação cidadã em que os sujeitos estejam imbuídos das competências cognitivas e socioemocionais exigidas neste tempo.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos:** economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Leis ordinárias. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. acesso em: Acesso em: 06 dez. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2018.** 2. ed. – Brasília, DF : Inep, 2019.

CADERNO METODOLOGIAS INTEGRADORAS. **Educação Integral no Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Instituto Airton Senna, 2017.

CARVALHO, Maria R. V. de. **Perfil do professor da educação básica** / Maria Regina Viveiros de Carvalho. – Brasília, D.F.: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

DUARTE, Rafael G. **Os determinantes da rotatividade dos professores no Brasil: uma análise com base nos dados do SAEB 2003**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Ribeirão Preto.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios** / Coordenado por Bernadete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. – Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

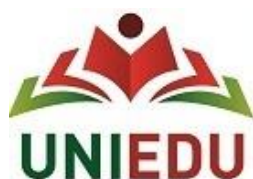
OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>. Acesso em: 06 dez. 2019.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Revista Educação e Pesquisa**, v.25, n.1, p.11-20, São Paulo, 1999.

NÓVOA, António. **Professores Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, António. Pensar alunos, professores, escolas, políticas. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 07-17, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/egh61u>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

UNIEDU. Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina. 2019. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde>. Acesso em: 05 de dez. 2019.



RELATÓRIO FINAL: DIAGNÓSTICO BASE PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E INTEGRADO DE IMARUÍ

RESUMO: O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (PROESDE) busca promover a melhoria das regiões por meio de ações integradas com a educação superior. Em 2019, o foco dessas ações foi Imaruí, pois o município conta com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média estadual. Esta pesquisa apresenta um diagnóstico dos aspectos ambientais e socioeconômicos, visando identificar os principais desafios e potencialidades do município, na perspectiva de subsidiar a sociedade e o governo local na elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS). Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica, seguida por um estudo de campo para levantamento de informações a respeito do local. Os principais vetores econômicos do município diagnosticados foram agricultura (silvicultura com eucalipto, rizicultura e cultivo de fumo), pesca artesanal e turismo, enquanto que os desafios estão relacionados ao êxodo rural, a falta de infraestrutura para o saneamento básico e a poluição das águas. Devida elevada quantidade de agrotóxicos utilizado pelas principais culturas agrícolas do município e da importância regional de Imaruí para a conservação dos recursos hídricos e pesqueiros, é estratégico que o PDLIS tenha como foco a transição agroecológica do modelo agrícola vigente e a adequação das infraestruturas urbanas para o tratamento adequado dos resíduos. Sem uma atenção a estas questões, o município tende a enfrentar um colapso nas pescarias e na saúde coletiva decorrentes do crescimento de sua área urbana e da contaminação dos mananciais hídricos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Vetores econômicos. PROESDE.

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão disponibilizando a concessão de bolsas de estudos para estudantes matriculados em cursos de graduação e de licenciatura, voltado ao desenvolvimento econômico de municípios de Santa Catarina com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Os bolsistas cursam a graduação em diversas áreas do conhecimento e participam do curso dividido em módulos onde são abordados conteúdos sobre Desenvolvimento Regional dentro dos municípios situados nos limites de abrangência

da Universidade. Os conteúdos abordados buscam alternativas para a solução dos problemas que afetam as comunidades.

Em 2019, o município estudado foi Imaruí, que está localizado na região sul do Estado de Santa Catarina, com 14% do território dentro dos limites da Serra do Tabuleiro e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,667, abaixo da média de Santa Catarina, o que justifica sua escolha como foco do Programa. Foram levantados dados secundários sobre o município e realizadas duas saídas de campo com a finalidade de diagnosticar os obstáculos e potencialidades para o Desenvolvimento Regional Sustentável. Este material visa subsidiar a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS) de Imaruí.

O município destaca-se pelos recursos naturais e por possuir a maior lagoa de Santa Catarina, responsável pelo abrigo, crescimento e reprodução de pescados, em especial do camarão-rosa. O povo tem origem açoriana, o que reflete na cultura e na religiosidade, porém, também sofre as influências indígenas, de povos tradicionais e dos imigrantes da Guerra Farroupilha. Tradicionalmente o município está voltado para a atividade da pesca artesanal e cultivo de arroz, sendo que a silvicultura de eucalipto vem despontando como alternativa econômica nas áreas terrestres. Entre as ameaças à pesca se encontram a poluição decorrente da utilização de agrotóxicos e falta de saneamento básico na região, principalmente na Lagoa Mirim, mas também nas demais lagoas que compõe o Sistema lagunar (Lagoa de Santo Antônio e Lagoa de Imaruí).

Conforme estudos realizados na região de Imaruí, é notável o problema relacionado ao envelhecimento da população, uma vez que, considerando a inexistência de um desenvolvimento adequado e da falta de atrativos, os jovens estão migrando cada vez mais para os municípios vizinhos. Além do diagnóstico dos problemas enfrentados pelo município, é importante que se aponte possíveis caminhos para o seu desenvolvimento. O objetivo do presente estudo visa realizar um diagnóstico do município que possibilite melhorar as problemáticas encontradas no município de Imaruí, com abordagens relacionadas aos Aspectos Sociais; Êxodo urbano e rural; Saneamento Básico, com foco estratégico na Agricultura; Pesca; Turismo.

2. MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

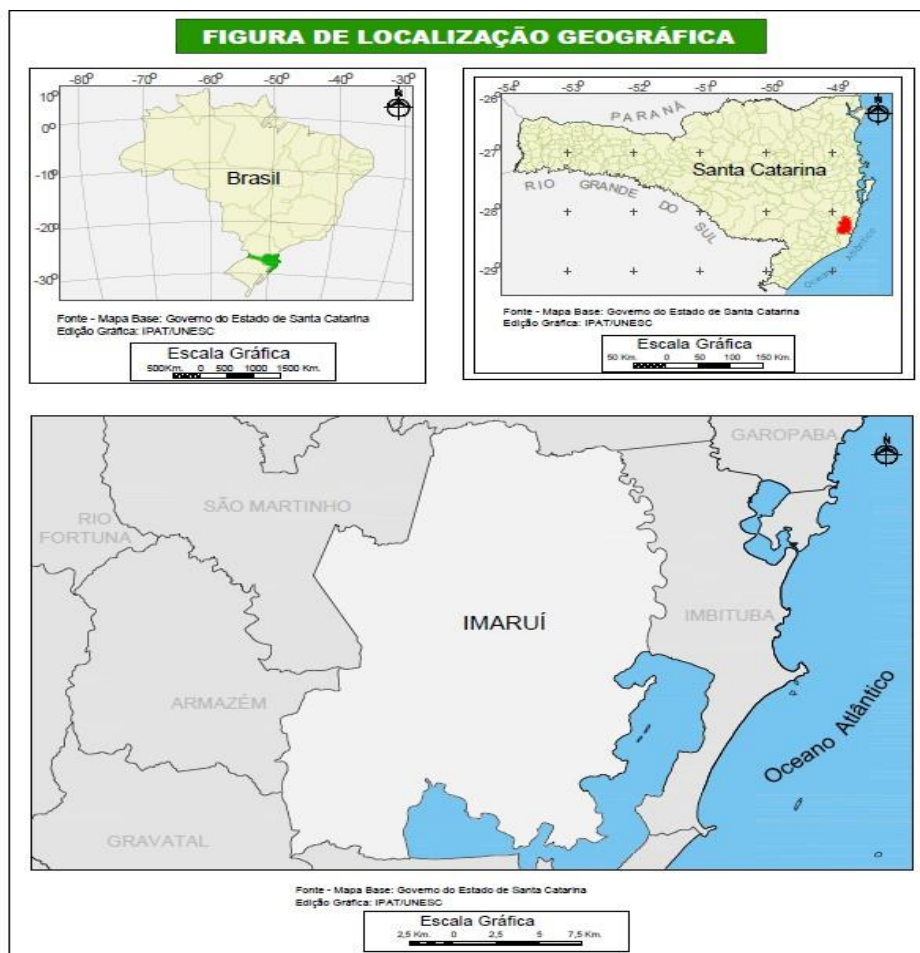
Ao longo de 4 meses (agosto a dezembro de 2019), foram levantados os seguintes dados secundários: estudos bibliográficos, levantamentos estatísticos disponíveis nos bancos de dados do IBGE, Associação dos Municípios Região de Laguna (AMUREL), Atlas do Desenvolvimento Humano do Município considerando a geografia, economia, cultura e sociedade, bem como os vetores com potencial para o desenvolvimento local sustentável de Imaruí, como a pesca, agricultura e turismo. No dia 28 de setembro foi realizada uma saída de campo ao município de Imaruí para reconhecimento de ecossistemas, das atividades de pesca e agricultura e consulta a duas lideranças (uma do setor agrícola e outra do pescador). A análise dos dados foi realizada pela integração das temáticas ambientais com os vetores de mudança, a luz dos princípios do desenvolvimento local (Paula, 2008).

3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

3.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Imaruí, localizado em Santa Catarina, tem área total de 542,63 km² e situa-se na latitude: 28°20'29" Sul e longitude: 48°49'12" Oeste (Figura 1), sendo membro da AMUREL (Município de Imaruí, 2016).

Figura 1: Localização do município de Imaruí.



3.2. Clima

Segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2017), que coletou dados do Instituto Nacional de Meteorologia, a caracterização do clima regional na região sul de Santa Catarina - onde está inserido o município de Imaruí - é denominado como: “um clima úmido, com pequeno déficit de água, mesotérmico e vegetação durante o ano todo” seguindo a classificação climática de Thornthwaite (1948 apud PMSB, 2017). A temperatura média do mês mais frio é inferior a 18°C, sem estação seca definida e com verões quentes. Já a temperatura média do mês mais quente é superior a 22°C. Embora ocorram variações significativas em alguns elementos climáticos, como a precipitação e a temperatura.

Na maior parte do tempo, a região é dominada pelo anticiclone subtropical do Atlântico Sul e, desta forma, submetida a grandes movimentos descendentes. Os ventos predominantes na baixa atmosfera são do quadrante sul - sudeste. Durante o ano, a região é invadida por sistemas extratropicais associados a massas de ar frio vindas do Sul, levando a baixas temperaturas no inverno, chuvas nos meses de primavera e verão e ventos predominantes dos quadrantes sul-sudeste e norte-nordeste.

3.3. Relevo e solo

O município de Imaruí se insere no contexto geológico da Província Costeira de Santa Catarina, sendo constituído por três diferentes domínios geológicos: Terreno Florianópolis (Batólito de Florianópolis), Bacia do Paraná e depósitos Cenozóicos. O Batólito de Florianópolis é o domínio geológico predominante na extensão territorial de Imaruí. O domínio é aqui representado principalmente pelo Granito Imaruí-Capivari, o qual pertence à suíte Pedras Grandes. Rochas sedimentares da bacia do Paraná ocorrem subordinadamente no território do município, na porção oeste.

A descrição dos solos no município de Imaruí baseou-se no Mapa Pedológico do Sul de Santa Catarina (EMBRAPA, 1998) com escala de 1:250.000 e no mapa base utilizado, segundo o (IBGE, 2007) é de 2,5 km². Sendo os solos classificados em:

- Argissolos: Maior predominância no município. São solos que apresentam profundidade variável e são de forte a imperfeitamente drenados, com cores avermelhadas ou amareladas e escassamente acinzentadas.
- Cambissolos: Cobrem uma área menor de Imaruí. São considerados imperfeitamente a fortemente drenados, dependendo das formas de relevo e das condições climáticas.
- Gleissolos: Maior parte se concentra na encosta. Características hidromórficas, constituídos por materiais minerais.

Também fazem parte do solo do município áreas utilizadas por recursos hídricos, em grande parte próximo da orla e pequena parte reservada para área urbana.

3.4. Hidrologia

No Estado de Santa Catarina existem 10 Regiões Hidrográficas (RH) divididas na elaboração do estudo “Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina Diagnóstico Geral” (1997). Foram consideradas as informações constantes no Atlas de Santa Catarina (1986), no mapa hidrológico do Estado e na delimitação e atuação das associações de município, juntamente com planos de desenvolvimento de cada região.

O presente estudo dará ênfase à região hidrográfica Sul Catarinense, a RH 9 - Sul Catarinense. A área de abrangência da RH 9 é composta pelo Complexo Lagunar do Imaruí e Mirim. As duas principais bacias hidrográficas que compõe este sistema são as dos rios Tubarão (4.685 km²) e d'Una (491 km²), compondo uma área total de 5.725 km². O complexo lagunar é formada pelas lagoas do Mirim, de Imaruí e de Santo Antônio. Este complexo ocupa uma superfície de 184,81 Km², equivalente a 56,73% da área total das lagoas do Estado.

No caso do município de Imaruí, temos o encontro do mar com as bacias hidrográficas dos Rios Tubarão e Rio D'Una, que formam a maior bacia da região sul do Estado de Santa Catarina, com aproximadamente 5.944 km². Consiste de 21 municípios, muitos dos quais se destacam por abrigarem importantes atividades agrícolas, pesqueiras, industriais e de mineração. O rio Tubarão nasce pela junção do rio Rocinha e do rio Bonito, em Lauro Müller (SC), que têm origem na Serra Geral, percorrendo uma distância de 120 km até o mar. O rio D'Una nasce no Município de Paulo Lopes, com uma extensão nos limites de Imaruí de aproximadamente 24 km.

A microbacia do rio D'Una no município de Imaruí compreende o rio Chicão que nasce na encosta da divisa dos municípios de São Martinho e Paulo Lopes. Em Imaruí o rio recebe vários afluentes, próximo às localidades de Laranjal e o município de

Paulo Lopes, alimentando o rio D'Una e desaguando na Lagoa do Mirim. Pertencente a hidrografia de Imaruí, o rio Siqueiro divide os municípios de Pescaria Brava e Imaruí drenando as microbacias existentes até a Lagoa do Imaruí. Importante destacar que os estuários desempenham uma função importante como viveiros para muitos tipos de peixes, mariscos, anfíbios, répteis e aves. Além disso, as áreas úmidas servem como uma barreira protetora para os ecossistemas do interior, já que fornecem um amortecedor contra tempestades. Os estuários estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo, em que muitos animais dependem para alimentação, reprodução e escalas durante a migração.

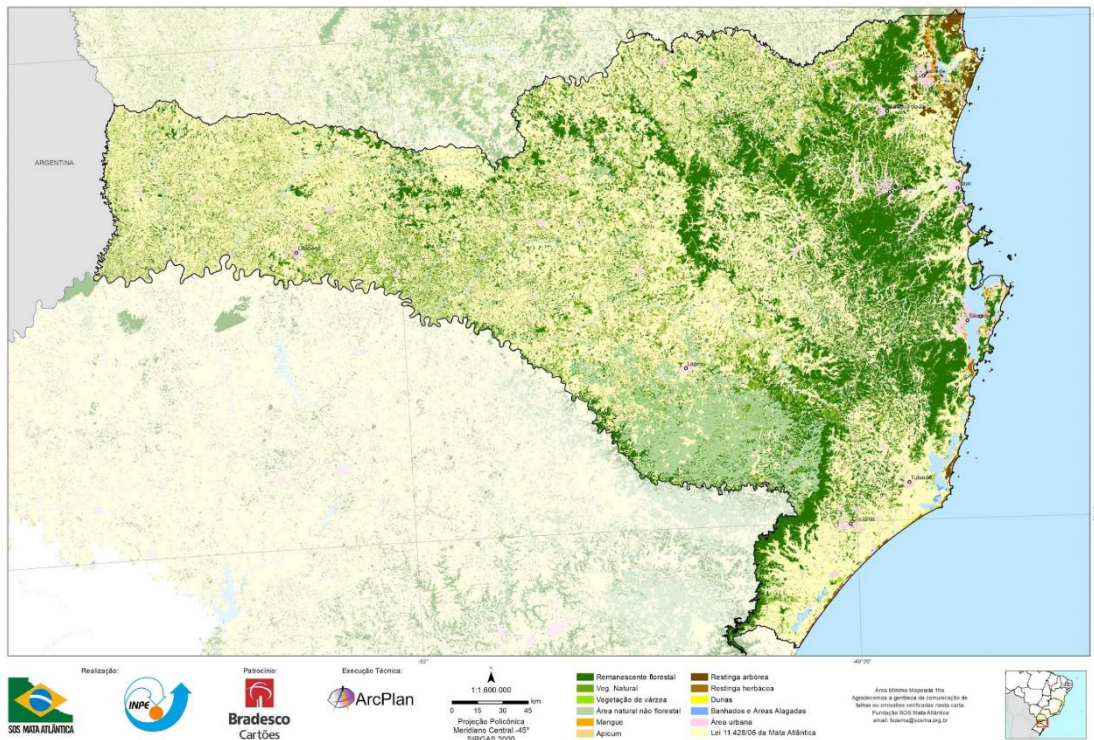
3.5. Cobertura Vegetal

Estendendo-se ao longo da encosta atlântica, bem como planícies quaternárias, a Floresta Atlântica se confina uma vegetação litorânea, encontrando também uma formação vegetal complexa. Como caracterização da flora regional, podemos dizer que o município de Imaruí é constituído por:

“[...] uma formação vegetal exuberante e complexa constituída por diversos agrupamentos distintos, quanto à sua composição, estrutura e, sobretudo, quanto ao aspecto fito fisionômico, denominada Floresta Tropical Atlântica ou Floresta Ombrófila Densa (KLEIN, 1978 apud PMSB, 2017).”

A Floresta Atlântica é formada por densas comunidades arbóreas, constituído por árvores, arvoretas, arbustos e ervas. Temos então a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (Floresta Tropical Atlântica), uma vegetação predominantemente herbácea e arbustiva ocorrendo ao longo de toda a faixa litorânea, a Floresta Ombrófila Densa Aluvial (associada às planícies inundações dos rios), a Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas (5 – 30 metros), a Floresta Ombrófila Densa Submontana (30 – 400 metros), entre outras. Assim como no Estado de Santa Catarina, o município de Imaruí, encontra-se totalmente inserido no Bioma Mata Atlântica (Figura 2).

Figura 2: Remanescentes florestais da Mata Atlântica em Santa Catarina, em 2018.



Fonte: SOS Mata Atlântica, 2019.

3. CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE IMARUÍ

O primeiro grupo de que se tem registros de assentamento na região foram os Homens do Sambaqui, os quais viviam perto de lagoas e mares, de onde tiravam grande parte de sua alimentação, em sistema econômico de pesca e coleta. A ocupação na região se deu entre 5 e 2 mil anos atrás (Município de Imaruí, 2016). Outro grupo que ocupou a região foram os Guaranis, que se deslocaram da região amazônica rumo ao sul continental há cerca de cinco mil anos e se estabeleceram pela região das Lagoas por volta de mil anos atrás. Os primeiros contatos entre os Guaranis e os europeus na região acontecem a partir da primeira metade do século XVI, resultante da necessidade de abastecimento dos navegadores que passavam pelo litoral rumo ao Rio da Prata. De acordo com a pesquisa elaborada pela prefeitura pode-se extrair que:

“Os Guaranis trocavam milho, farinha de mandioca, mel, caça e peixes por ferramentas de ferro, que acabavam se transformando em vantagem militar diante de outras aldeias. Os portugueses, inicialmente, eram tidos como fornecedores ingênuos de material superior, mas as relações começaram a mudar a partir das bandeiras e das missões, quando se dá a dizimação física e cultural das populações Guarani litorâneas” (IMARUÍ, 2016).

É possível depreender-se que a primeira colonização da região ocorreu antes de 1800 e foi realizada por um grupo de pescadores de Laguna. Em 1833, foi criada a Freguesia de São João Batista do Imaruí, que se tornou distrito de Laguna. Um dos colonizadores foi o gaúcho João Vieira da Rocha, que acompanhou os farrapos até Laguna e que, mais tarde, mudou-se com a família para Imaruí. A guerra sucedeu com a instalação da República Juliana, com a ocorrência do trágico episódio conhecido como o "massacre de Imaruí", fazendo com que muitas famílias deixassem Laguna para morar em Imaruí, por volta de 1839 (Município de Imaruí, 2016).

O “massacre” ou “saque da Freguesia de Imaruí” ocorreu porque a população local era majoritariamente favorável ao Império, então, como não ofereceram suprimentos para os soldados da República Juliana, o general Canabarro ordenou à Giuseppe Garibaldi punir o povoado, que mesmo contra a vontade, cumpriu as ordens. Segundo este, que já tinha entrado em combate na Itália e no Uruguai, o saque de Imaruí foi a maior carnificina de sua vida. O povoado foi praticamente dizimado, os assassinos saquearam o que puderam e voltaram para a Freguesia de Laguna. Imaruí só passou à categoria de município em 27 de agosto de 1890, o nome foi dado por uma tribo de índios que habitavam o local: vem do mosquito maruim, muito comum na região.

4. INFRAESTRUTURA URBANA

5.1 Infraestrutura Viária

Encontram-se em Imaruí duas vias estaduais, SC-436 e SC-437, sendo que a SC-437, em partes pavimentada, atravessa a sede urbana no sentido Leste-Oeste do município. No sentido Leste, possui em média 19 km indo até o limite do município com Imbituba. E, no sentido Oeste até o limite com o município de São Martinho,

possuindo mais 30 km, totalizando uma extensão de via estadual em 49 km. A cidade possui três vias principais de acesso (Oeste / SC-436 - acesso pelo município de São Martinho, Sul / SC-437 - acesso pelo município de Pescaria Brava e Leste / SC-437 - acesso pelo município de Imbituba).

5.2 Arquitetura

A cidade de Imaruí iniciou sua história no ano de 1839 quando camponeses e pescadores de Laguna instalaram-se na região. A cidade construiu-se às margens da Lagoa do Imaruí, e conta com uma arquitetura e cultura com influência açoriana, pois nas povoações os imigrantes mantiveram as tradições e manifestações culturais herdadas nos Açores (DAMAZIO, 2014).

5.3 Saneamento Básico

De acordo com dados encontrados nos documentos analisados, observou-se que o município não possui projeto específico de um sistema de esgotamento sanitário para o centro da cidade. Em relação às áreas rurais foram instalados modelos individuais de fossas/filtros com leito filtrante de bambu, por meio do Projeto Microbacias II, que atendem 330 famílias em 23 comunidades do município. De acordo com recomendação técnica o descarte ideal dos efluentes de esgoto tratado seria realizado através dos cursos hídricos que escoam para a lagoa de Imaruí.

5.4 Abastecimento de água e energia

A análise dos dados censitários do IBGE (2010) permite observar que quase 60% dos domicílios imaruenses contam com abastecimento de água por rede de distribuição geral (Tabela 1). Entretanto é elevado o contingente de domicílios que utilizam água de poço, nascente e fontes superficiais.

Tabela 1 – Abastecimento de água – Imaruí/SC

Estrutura básica Abastecimento de água	Domicílios	
	N	%
Rede geral	2.308	59,2
Poço ou nascente na propriedade	487	12,5
Poço ou nascente fora da propriedade	1002	25,7
Rio, açude, lago ou igarapé	95	2,4
Outras fontes	5	0,1
Total	3.897	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

A estrutura básica atendida em maior número é o abastecimento de energia elétrica, que contempla 99,5% dos domicílios. Entretanto, 18 domicílios não são atendidos pela rede de distribuição de energia (Tabela 2). Entre as formas de distribuição de energia elétrica informadas ao IBGE (2010), encontram-se modalidades de uso exclusivo com medidor de energia, sem medidor, compartilhada entre duas ou mais residências e outras fontes.

Tabela 2 – Abastecimento de energia – Imaruí/SC

Estrutura básica Abastecimento de energia	Domicílios	
	N	%
Tinham energia elétrica	3879	99,5
Não tinham energia elétrica	18	0,5
Total	3897	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

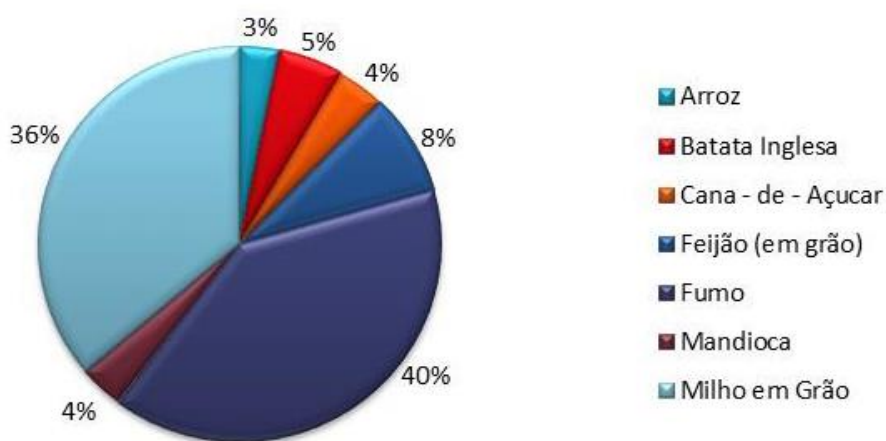
5. SÓCIO ECONOMIA

5.1 Agropecuária

Aproximadamente 60% da área do município é utilizada por estabelecimentos ligados à agropecuária, sendo 32% à pecuária. Das atividades agrícolas, cerca de 25% das terras agricultáveis estão ocupadas por rizicultura, representando aproximadamente 4 mil hectares de área plantada e com produção estimada de 24 mil ton/ano, de acordo com IBGE (2012). Na agricultura de Imaruí a produção de arroz é enfatizada, seguida da cana-de-açúcar e da cultura da mandioca.

As plantações de arroz são o principal meio de econômico da região, atendendo aos grandes centros de produtividade industrial. Já os pequenos produtores recebem o auxílio de mão de obra local, visando o consumo e a comercialização na comunidade. Na agricultura familiar, a experiência do cultivo e o processo produtivo é passada de pai para filho, pelas pessoas longevas e conhecedoras da operosidade da cultura, auxiliando na produção com eficácia. O trabalho pode ocorrer de forma autônoma e, por vezes, em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias.

Gráfico 4: Produção da Lavoura temporária em toneladas no ano de 2013.



Fonte Adaptado de IBGE, 2013.

5.2 Pesca

A Lagoa de Imaruí tem seu espelho d'água compartilhado entre os municípios de Imaruí, Laguna, Pescaria Brava e Imbituba. A pesca se desenvolveu como principal fonte de renda do município nas comunidades Itaguaçu, Itapeva, Nazaré, Ponta Grossa, Praia do Lessa, Praia Vermelha, Prainha, Ribeirão, Tamborete e Taquaraçutuba. Algumas comunidades como Ponta Grossa e Prainha dedicaram-se quase que exclusivamente à pesca, pois o terreno irregular dessas comunidades não contribuía para o desenvolvimento da agricultura.

O camarão é o principal pescado, e o período do defeso das principais espécies pescadas, camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) e camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), é entre os meses de julho a novembro. Segundo a colônia dos pescadores e o sindicato dos pescadores, cerca de 1500 pescadores recebem o seguro defeso neste período.

5.3 Turismo

5.3.1 Turismo Religioso

A religiosidade é um marco do município de Imaruí. A festa do Senhor Bom Jesus dos Passos em Imaruí é o principal evento religioso da cidade e o maior de Santa Catarina. Segundo a Polícia Militar, mais de 40 mil pessoas participam do evento que é realizado anualmente. Um marco de fé e devoção dos fiéis, que fazem suas promessas ao “Senhor dos Passos”, assim conhecido o Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, uma invocação de Jesus Cristo e uma devoção especial da Igreja Católica, que faz memória ao trajeto percorrido por Jesus desde sua condenação à morte no pretório até o seu sepultamento, após ter sido crucificado no Calvário.

O município também é destaque de fé católica pela, bem-aventurada Albertina Berkenbrock, pertencente ao município de Imaruí. Além disso, a influência da cultura açoriana também está presente em outras manifestações religiosas como a festa do Divino Espírito Santo, comemorado em 24 de novembro e São João Batista

comemorado em 24 de junho. No município de Imaruí acontecem durante o ano mais de 60 festas que iniciam em janeiro, com a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, na comunidade de Itapeva e encerram em 31 de dezembro, com a Festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, na comunidade de Cangueri de Fora (DAMAZIO, 2014).

5.3.2 Turismo Ecológico

Imaruí oferece ótimas condições para a prática de esportes como: parapente, pesca amadora, passeios de barco, lanchas e *jet ski* na lagoa, caiaque, cavalgadas, motocross, trilhas ecológicas. Na Lagoa Mirim e Lagoa de Imaruí (principal atração geográfica da cidade), pode-se encontrar atracadouros e ranchos para barcos. Da lagoa são avistadas as três ilhas existentes na região. A Lagoa possui 119 km² de lâmina d'água, sendo totalmente navegável, atingindo uma profundidade máxima de 6 metros, o que favorece os passeios de barcos e a prática de esportes náuticos.

O Município, pelas características geográficas e por ter grande parte do território composto por Áreas Protegidas, como o Parque Estadual Serra do Tabuleiro, oferece aos turistas intocadas e belas cachoeiras distribuídas em todas as regiões. A Cachoeira dos Pilões está localizada na comunidade de São Tomáz, mais ou menos 20 Km do centro da cidade e é uma das mais belas de Santa Catarina.

5.3.3 Cultura Açoriana

A influência da colonização açoriana se faz presente no dia-a-dia da cidade, tanto na arquitetura como nas festas, nas manifestações religiosas e nas brincadeiras da Ratoeira, Ternos de Reis, Pau de Fitas, Quadrilhas e Boi-de-Mamão. No Interior, encontram-se contadores de causos que refletem a religiosidade através das crenças e mitos como o do lobisomem, o da mula-sem-cabeça e o do boitatá.

6. DESAFIOS SOCIOECOLÓGICOS DE IMARUÍ

6.1 Agricultura

O principal desafio diagnosticado na atividade agrícola de Imaruí se refere a cultura do arroz, que é localizado nas proximidades da Lagoa Mirim. Nessas plantações a água é utilizada desde o plantio até desenvolvimento da planta, e devido a utilização de agrotóxicos, existe um impacto negativo direto no solo e recursos hídricos locais.

6.2 Pesca

De acordo com o relato de um pescador da localidade de Imaruí, atualmente o maior impacto negativo na pesca artesanal na Lagoa é a poluição, devido aos produtos químicos das plantações de arroz, principalmente na Lagoa Mirim. Além disso, existe o problema de falta de alternativas de renda para os pescadores no período do defeso, que muitas vezes os leva a descumprirem a legislação para garantir a sobrevivência.

6.3 Turismo

Pode-se verificar o desenvolvimento tardio e, conseqüentemente, a falta de turistas na localidade em função da ausência de estrutura adequada e atrativos para o desenvolvimento do turismo. Além disso, os atrativos que estão presentes no município não têm o potencial aproveitado, faltando até mesmo a divulgação eficiente que ampliaria a visibilidade dos aspectos positivos do município.

Afora, considera-se as necessidades de modificações nos parâmetros urbanos da cidade, integrando o turismo relativo às festas locais importantes para região, de forma a atender eficientemente as mais de 50 mil pessoas que se deslocam para o município todos os anos para as comemorações com a passagem da festa alusiva ao “Senhor Bom Jesus dos Passos”.

6.4 Êxodo

Muitas vezes faltam atrativos para os adolescentes e para a futura permanência na localidade. Os problemas nos principais vetores econômicos de Imaruí refletem no êxodo, especialmente da população jovem, pois diante do cenário de dificuldades os jovens se veem obrigados a procurar oportunidades em outros municípios.

6.5 Saneamento básico

A destinação dos efluentes e resíduos sólidos é precária no município. Levando em consideração dados coletados, percebe-se que não há coleta seletiva e o caminhão que coleta os resíduos passa uma vez por semana. O plano de saneamento se mostra defasado, não visando a educação ambiental e, dessa forma, necessita de atualização e melhoria. A resolução dessa situação poderia contribuir para melhorar a qualidade de vida, conscientizar a população, diminuir os impactos no meio ambiente, não prejudicar a pesca, gerar renda extra através da venda dos resíduos, tornar a cidade mais atrativa para o turismo e melhorar a qualidade dos recursos hídricos.

7. POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

É com base no Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (PDLIS), que se torna possível enxergar uma direção e agregar recursos e ações, tanto públicos como privados, para um desenvolvimento local eficaz. Para tanto, se faz extremamente necessário entender o contexto em que a comunidade está inserida e quais as representações sociais que os moradores têm da mesma, de forma que cada um se sinta responsável e agente de transformação da localidade. O comprometimento e envolvimento da comunidade local é imprescindível na busca dos objetivos, pois são norteadores de viabilização do trabalho.

No intuito de mobilizar a sociedade local em favor do desenvolvimento, se faz fundamental a sensibilização das lideranças locais para a construção de parcerias entre atores Estado, Mercado e Sociedade. A formação de um colegiado capaz de planejar e gerenciar o desenvolvimento local de forma participativa e compartilhada, constitui a principal estratégia para alcançar este objetivo (PAULA, 2008). Esse colegiado necessita ser constituído por todas as lideranças locais, formais e não-formais, de todos os segmentos, setores, movimentos e organizações.

Segundo Paula (2008), por meio do colegiado, pode ser possível identificar as potencialidades de desenvolvimento, e também os obstáculos que têm impedido o aproveitamento dessas potencialidades. Desse modo, se propõe hipóteses para discussão da viabilidade e posterior desenvolvimento de ações estratégicas (Quadro 1).

Quadro 1: Possibilidade de ações para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Imaruí.

OBJETIVO	AÇÃO	COORDENAÇÃO	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
Foco Estratégico: SANEAMENTO BÁSICO			
Pontos de Coleta a cada 500m ² , onde cada casa é responsável para o depósito do resíduo seletivo. Um caminhão para realizar a coleta nos pontos destinados a aglomeração do resíduo. Contrato com empresas sucateiras para a venda dos resíduos já separados. Conscientização sobre a importância da coleta seletiva nas escolas e centros comunitários. Conscientização sobre a importância da compostagem nas escolas e centros comunitários.	Criar uma cooperativa comunitária de coleta seletiva com o objetivo da melhora na qualidade de vida, conscientização, diminuição dos impactos negativos da população no meio ambiente, gerar renda extra através da venda dos resíduos e melhora na qualidade da água da Lagoa.	Prefeitura, CASAM	Prefeitura Municipal, empresas sucateiras.

Foco Estratégico: AGRICULTURA			
Aumento na produtividade do plantio de arroz orgânico e controle da quantidade de resíduos de agrotóxicos.	Implementar políticas públicas no controle de utilização de agrotóxicos; Formação, capacitação e incentivo dos agricultores.	Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente, Educação e Saúde do Municipal.	CIDASC; Instituições de ensino; EPAGRI.
Criação de hortas comunitárias	Abastecer os bairros	Associação de Moradores e voluntários	Cooperativas Agropecuárias para doação de mudas e sementes
Foco Estratégico: PESCA			
Métodos de controle de poluição para a lagoa, valorização da pesca artesanal.	Conscientizar o pescador do risco da pesca durante o período de defeso e aumentar o valor do pescado retirado da natureza na época correta.	Alunos do programa de educação superior para o desenvolvimento regional de Santa Catarina	Prefeitura Municipal de Imaruí
Foco Estratégico: TURISMO			
Desenvolver o Turismo Cultural: comunidade indígena Aldeia Tekoá Marangatu (Cachoeira dos Inácios), arquiteturas antigas e festas religiosas; Turismo de Aventura: tirolesa, canionismo, rafting, trekking, arborismo, mountain bike, parapente, motocross; Ecoturismo: passeios a pé, observação de fauna e flora, cachoeiras, trilhas ecológicas; Turismo Náutico: passeios de barco, caiaque, <i>stand up paddle</i> , remo, pesca artesanal; Turismo Rural: cavalgadas, hotéis fazenda, pousadas.	Promover conscientização do meio ambiente, através das trilhas ecológicas, preservar a cultura açoriana por meios de contações de histórias das crenças e mitos da cidade.	Guias Turísticos; Moradores.	Prefeitura Municipal de Imaruí e as suas secretarias.

Foco Estratégico: ÊXODO			
Geração de Empregos; Qualificação Profissional;	Desenvolvimento Industrial e Comercial, com incentivos públicos e privados; Implantação de cursos técnicos e superiores;	Empresários, Comerciantes, Escolas (Públicas e Privadas) e Administração Municipal e Estadual	Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Educação; Iniciativa Privada;
Redução da desigualdade e representação social	Implementar oficinas nas escolas, a fim de promover a valorização, representação social, visão de empreendedorismo e redução de desigualdade da população de Imaruí.	Estagiários de psicologia	Prefeitura de Municipal e Governo estadual.
Evitar a migração da população, criando atrativos que visem a interação e a permanência dos jovens na localidade.	Revitalizar a orla na beira da lagoa de Imaruí com o objetivo de atender as necessidades advindas dos moradores e turistas.	Prefeitura Municipal de Imaruí	Prefeitura Municipal de Imaruí; Secretaria de desenvolvimento do Estado; Iniciativa privada; cidadãos.

8. CONCLUSÃO

Consideramos fundamental a importância do PROESDE e auxílio dos estudantes, futuros profissionais atuantes na região, para desenvolver o diagnóstico e sugerir possibilidades de soluções para os desafios do município de Imaruí. Dentre os principais desafios encontrados destaca-se o saneamento básico, que é precário com grande falta de infraestrutura, bem como, a questões relativas a pesca, agricultura, turismo e êxodo rural.

A agricultura enfrenta problemas como a falta de apoio dos órgãos estaduais e pouco incentivo municipal para o melhor manuseio das terras e da produção, especialmente de arroz. Necessitando de novas estratégias para que possa se ter uma boa valorização do produto final, sem a geração de tantos problemas ambientais ao município, principalmente nas lagoas que o compõem. Em relação a pesca,

percebeu-se a necessidade de conscientizar a população sobre a importância de respeitar o período de defeso, entretanto destaca-se a importância de atividades alternativas. Quanto ao turismo, faltam incentivos para que se aproveite o potencial do município.

O enfrentamento desses e outros desafios pode contribuir para o combate ao êxodo da população jovem, que ao contrário do que ocorre hoje, poderia enxergar um futuro promissor no município. Portanto, é importante compreendermos os motivos e contextos e diagnosticar os problemas, pois isso possibilita a organização de ações que poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável de Imaruí.

REFERÊNCIAS

A Lagoa do Imaruí, Pescaria Brava Home Page. Disponível em: <<http://www.pescariabrava.com.br/lagoa.htm>>. Acesso em: 08 de jun.2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Imaruí: estrutura etária da população. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios?ano=2018>>. Acesso em 15 jun. 2019

COMPÊNDIO PARA A SUSTENTABILIDADE. Agenda 21. Disponível em: <www.institutoatkwqh.org.br/compendio/q=node/21>. Acesso em: 08 de jun. 2019.

DAMAZIO, Cheiene. Impactos socioambientais do turismo religioso sobre o Município de Imaruí/Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, 2014. Dissertação - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma SC, 2014

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 08 de junho de 2019.

EMBRAPA (Centro Nacional de Pesquisa de Solos). Mapa Pedológico do Sul de Santa Catarina. Escala 1:250.000. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1998.

EMBRAPA (Centro Nacional de Pesquisa de Solos). Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2013. 353 p.

GOVERNO DE SANTA CATARINA - Apresentação proesde. Disponível em: <www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde>. Acesso em: 12 de jun.2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de informações municipais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/imarui/panorama>. Acesso em 08 de junho de 2019.

IMARUÍ (SC), Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Saneamento Básico: Diagnóstico socioeconômico, cultural, ambiental e de Infraestrutura, volume 6 / Prefeitura Municipal de Imaruí: Consultoria: Unesc/Iparque: Funasa - Imaruí, SC: Prefeitura Municipal: Criciúma: UNESCO, 2016.

MARTINS, João Felipe O W; FREITAS, Rodrigo Rodrigues de. Diagnóstico Socioeconômico: Palhoça/sc: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2019. Color.

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento local: como fazer?. SEBRAE, 2008. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/NT0003DBA6.pdf>. Acesso em: 08 de jun. 2019.

PERON, André; MAAR, Alexandre; NETTO, Fernandes Del Prá. Santa Catarina: História, Espaço Geográfico E Meio Ambiente. Florianópolis: Insular, 2009.

PMS, 2017. Plano Municipal de Saneamento Básico de Imaruí. Disponível em https://static.fecam.net.br/uploads/642/arquivos/1005071_Diagnostico_Social.pdf. Acesso em: 08 de junho de 2019.

PREFEITURA DE IMARUÍ. História. Disponível em: <https://www.imarui.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/20446>. Acesso em: 08 jun. 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ (Org.). Festa religiosa: festa do senhor bom Jesus dos passos. Disponível em: <https://www.imarui.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16410/codNoticia/351329>. Acesso em: 08 jun. 2019.

https://static.fecam.net.br/uploads/642/arquivos/1004996_Diagnostico_Drenagem.pdf

SCHUBEL, J. R.; HAYES, M. O.; PRITCHARD, D. W. The estuarine environment: estuaries and estuarine sedimentation. Washington: American Geological Institute, 1974.

TURISMO – PORTAL MUNICIPAL DE TURISMO DE IMARUÍ. Disponível em: turismo.imarui.sc.gov.br



ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: AS REDES SOCIAIS E SUGESTÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE IMARUÍ - SC

Estudantes da Edição ANUAL PROESDE UNISUL:
Cristina Martins
Pricila Borba
Ricardo Luz
Manoel Fernandes Neto
Jacir Leonir Casagrande

RESUMO: O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional de Santa Catarina (PROESDE) busca promover a melhoria das regiões por meio de ações integradas com a educação superior. Em 2019, o foco dessas ações foi Imaruí, pois o município conta com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média estadual. Neste sentido, analisou-se a luz de conceitos de Políticas Públicas (PPs) demandas e soluções para o desenvolvimento da cidade de Imaruí-SC. Assim, além da identificação das demandas locais e sugestões de possíveis soluções, destaca-se que de forma subjacente parece haver distanciamento da governança local em relação a coordenação de atividades que se desenvolvem em conjunto com a sociedade e os outros agentes transformadores poderiam auxiliar na superação destas demandas.

Palavras-chave: Relato de Experiência; Modelo de Trabalho; PROESDE.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão disponibilizando a concessão de bolsas de estudos para estudantes matriculados em cursos de graduação e de licenciatura, voltado ao desenvolvimento econômico de municípios de Santa Catarina com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Os bolsistas cursam a graduação em diversas áreas do conhecimento e participam do curso dividido em módulos onde foram abordados conteúdos sobre

Desenvolvimento Regional dentro dos Municípios situados nos limites de abrangência da Universidade. Os conteúdos abordados buscam alternativas para a solução dos problemas que afetam as comunidades.

Neste sentido, em 2019, o Município estudado a partir da Universidade do Sul de Santa Catarina, a Unisul parceira do PROESDE, foi Imaruí, que está localizado na região sul do Estado de Santa Catarina. Imaruí tem 14% do território dentro dos limites da Serra do Tabuleiro e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,667, que se encontra abaixo da média do Estado de Santa Catarina. Com isso, o intuito do PROESDE é buscar não só identificar as condições que estão levando Imaruí ao atingir tal índice, mas também fornecer subsídio para melhora destas condições.

Assim, questiona-se: **como fomentar o desenvolvimento regional de Imaruí/SC a partir do PROESDE na Unisul?**

Como resposta ao questionamento, emerge o objetivo geral deste relato de experiência que visa: **analisar a luz de conceitos de Políticas Públicas (PPs) demandas e soluções para o desenvolvimento da cidade de Imaruí-SC.**

Para operacionalização do objetivo geral definiu-se como objetivos específicos:

- a) ministrar os principais conceitos teóricos sobre Políticas Públicas;
- b) aplicar a dinâmica da Árvore de Problemas para identificar as demandas locais;
- c) elaborar sugestões de ações e PPs a partir do Ciclo de Análises de Políticas Públicas;
- d) cadastrar os Resultados na Rede Social Seleccionada.

Este relato está organizado em cinco seções mais as referências.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Compreende-se Políticas Públicas como respostas do governo às demandas, problemas e conflitos do contexto social, como produto de negociações entre os diferentes interesses e mediados pela racionalidade técnica, com vistas à manutenção de uma ordem social (BAPTSTA; MATTOS, 2011).

Muito embora, as PPs estejam diretamente associadas ao Governo, há outros atores que também agem nesta construção, tais como as Empresas, as Universidade e a Sociedade. Desta forma, as Empresas não se limitam a produzir bens ou prestar serviços, ou seja, a gerarem benefícios como emprego e renda, mas preocupam-se também com a formação e compartilhamento de conhecimento (GIANEZINI, et al., 2017).

A Universidade, está transcendendo suas missões tradicionais de educação e pesquisa e tem se tornando fonte de empreendedorismo, tecnologia e inovação, bem como berço de pesquisa crítica, educação, preservação e renovação do patrimônio cultura (ETZKOWITZ; ZHOUI, 2017).

E, a Sociedade encoraja-se na perspectiva da democracia para a produção da inovação e do conhecimento. Neste sentido, destaca-se o papel da Universidade através do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) que concede bolsas de estudo para matriculados em Cursos de Graduação em áreas estratégicas e de Licenciatura. Com isso, o PROESDE busca fomentar o conhecimento para o Desenvolvimento de regiões e cidades como a de Imaruí, selecionada junto da Secretaria de Estado da Educação – SED, o que proporciona oportunidades para os alunos interagirem com os outros atores em busca das demandas locais e possibilita a transformação da pesquisa básica em propostas consistentes na busca por soluções para a cidade.

3 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS UTILIZADAS

Ministrou-se para os alunos a explicação dos conceitos principais do módulo de Políticas Públicas.

Na sequência, formaram-se os grupos para a construção da árvore de problemas. Esta etapa auxiliou na identificação de demandas centrais da Sociedade de Imaruí-SC, as suas possíveis causas e inclusive, consequências desenvolvidas a partir de pesquisa sistemática sobre dados secundários disponíveis online, bem como experiência de viagens realizadas em outros módulos para a cidade. A partir disso, aplicou-se um roteiro semiestruturado para a construção de Políticas Públicas de

forma a guiar os alunos e contribuir com sugestões que agregassem ao desenvolvimento da cidade.

E, por fim, os resultados destes procedimentos foram publicados em perfis abertos na Rede Social Instagram. O intuito de utilizar tal ferramenta, foi estender à Sociedade conteúdos referentes a importância da participação dos cidadãos na elaboração e avaliação das Políticas Públicas, bem como, divulgar posteriormente a proposta de Política Pública elaborada pelos grupos em sala de aula. As propostas buscam fomentar ações necessários ao desenvolvimento do Município de Imaruí-SC.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE DE IMARUÍ

O Município de Imaruí pertencente ao Estado de Santa Catarina é localizado na microrregião de Tubarão, a 22km de Imbituba e a 110km de Florianópolis. Para visitar Imaruí, o principal acesso é pela rodovia SC-437 com entrada no trevo norte de Imbituba, a partir da BR-101 (SANTA CATARINA, 2013). Suas principais atrações são a Lagoa de Imaruí e os recantos de Mata Atlântica preservada com diversas cachoeiras. Com tradição açoriana, a pesca artesanal é sua principal atividade econômica. Entretanto, ressalta-se ainda o Turismo Religioso a partir da Gruta de Santa Albertina e dos eventos da Igreja Matriz São João Batista (SANTA CATARINA, 2019).

Figura 1 - Cidade de Imaruí-SC



Fonte: SANTA CATARINA (2013).



Com potencial natural, religioso e portanto, turístico, parte-se para identificação das demandas da sociedade de Imaruí.

5 DEMANDAS, SOLUÇÕES E LIMITAÇÕES

As atividades do PROESDE Anual 2019 foram realizadas em sala, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Atividades desenvolvidos em sala de Aula no Módulo de Políticas Públicas



	Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE 2019 Unidade Universitária de Tubarão	
ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		
1. IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES		
2. NOME DA PROPOSTA/TÍTULO		
3. QUESTÃO PROBLEMA		
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA		
5. OBJETIVOS		
6. JUSTIFICATIVA/RELEVÂNCIA DA PROPOSTA		
7. BENEFICIÁRIOS/ESPECIFICAR GRUPOS PRIORITÁRIOS		

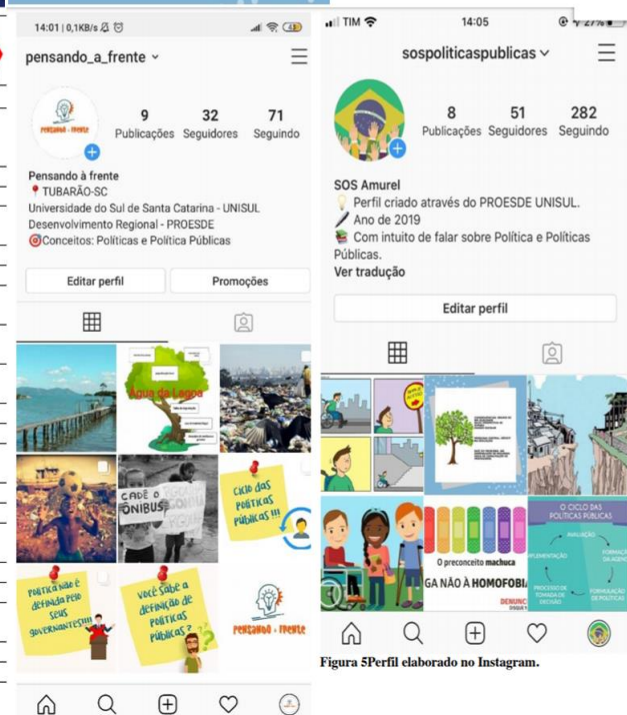


Figura 5 Perfil elaborado no Instagram.

Fonte: Elaborados pelos autores, (2019).

Todavia, além das teorias, vídeos ilustrativos, ferramentas de apoio, experiência docente, contou-se com a experiência acumulada pelos alunos durante suas visitas a campo, mesmo que realizadas em outros módulos. Com isso, de forma sintética, apresenta-se as principais demandas da cidade de Imaruí identificadas e sugestões de possíveis soluções, construídas pelos alunos para cada problema, a saber:

a) **demanda:** lagoa poluída. **Sugestão de solução:** PPs de conscientização da população para preservação do meio ambiente e aplicação da tecnologia de origem australiana chamada The Water Cleanser, cuja utilização de oligoelementos auxilia acelerando a limpeza de águas já poluídas de forma a possibilitar o uso da lagoa para aumento de renda aos pescadores e atração do turismo;

b) **demanda:** falta de coleta seletiva e de separação do lixo. **Sugestão de solução:** PPs de conscientização, programas de capacitação, e implantação de fiscalização;

c) **demanda:** evasão escolar. **Sugestão de solução:** maior aproximação das famílias na rotina dos alunos; oferecimento de infraestrutura e participação em Programas do Governo tais como o Mais Educação que tem o objetivo ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, por meio da oferta da educação integral e; Programa Brasil Alfabetizado, com o intuito de atingir a comunidade pesqueira que possuem baixo nível de escolaridade devido ao início precoce no mercado de trabalho, esse programa tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil;

d) **demanda:** precariedade na saúde (exemplo: demora no agendamento de consultas, falta de medicações, dentre outras situações). **Sugestão e solução:** administração correta dos recursos destinados a saúde; atendimento humanizado e igualitário a todos os usuários da unidade; fornecimento de medicações de forma regular; disponibilização de maior número de leitos de internação a partir de encaminhamentos da unidade de saúde, além da facilitação desse processo; identificação dos erros nos processos realizados dentro da unidade, também as outras necessidades que elas apresentam; proposição de campanhas de prevenção a doenças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fundamental importância para os estudantes do ensino superior da Unisul, futuros profissionais, o PROESDE também se alterna sendo um mecanismo de identificação de demandas e provimento de soluções para o fomento ao desenvolvimento regional de cidades com baixo índice de desenvolvimento humano de Santa Catarina.

Neste sentido, responde-se a problemática levantada na seção de Introdução deste relato na medida em que foram identificadas como principais demandas: poluição da Lagoa; falta de coleta seletiva e separação do lixo; evasão escolar e precariedade da saúde. Assim como, sugeridas as soluções para tais problemáticas, as quais envolvem programas de conscientização/capacitação quanto as questões ambientais e especialmente a participação de programas e o desenvolvimento de políticas públicas que visem a melhoria de infraestrutura local tanto na educação, quanto na saúde.

De forma subjacente, conseguiu-se perceber o distanciamento da governança local em relação a coordenação de atividades que se desenvolvidas em conjunto com a Sociedade e os outros agentes transformadores poderiam ser auxiliar na superação de tais demandas.

Como limitações da experiência do PROESDE 2019, destacaram-se as dificuldades perpassadas pelos acadêmicos sobre a identificação das demandas sociais de Imaruí, haja vista o conhecimento superficial da realidade do Município por pautarem-se apenas em dados secundários que, nem sempre refletem a realidade. Embora as duas visitas realizadas em outros módulos do programa tenham agregado, ainda se percebe a necessidade de maior contato com as cidades estudadas. Como sugestões futuras ao PROESDE, recomenda-se a realização de visitas às cidades escolhidas antes do início dos módulos, buscando a interação não somente da Universidade com a Sociedade, mas também com as Empresas e o Governo Local, de forma a aprofundar o conhecimento, construir parcerias e contribuir mais efetivamente na transformação das demandas em soluções postas em prática.

ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES: AS SOCIAL NETWORKS AND SUGGESTIONS FOR IMARUÍ DEVELOPMENT - SC

ABSTRACT: *The Santa Catarina Higher Education Program for Regional Development (PROESDE) seeks to promote the improvement of the regions through actions integrated with higher education. In 2019, the focus of these actions was Imaruí, as the municipality has a Human Development Index (HDI) below the state average. In this sense, we analyzed the light of Public Policy concepts (PPs) demands and solutions for the development of the city of Imaruí-SC. Thus, in addition to identifying local demands and suggesting possible solutions, it should be noted that underlyingly, there seems to be a distance from local governance in relation to the coordination of activities that, if carried out jointly with society and other transforming agents, could help in overcoming them. of these demands.*

Keywords: Experience Report; Work model; PROESDE.

REFERÊNCIAS

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, vol.31 no.90 São Paulo May/Aug. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000200023>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: **MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.).** Caminhos para análise das políticas de saúde. 2011. p. 138-172.

GIANEZINI, K. et al. Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. *Revista de Políticas Públicas*. v. 21, n. 2, p. 1065-1084. 2017.

SANTA CATARINA. O Município. 2013. Disponível em:<<https://www.imarui.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/20495>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTA CATARINA. Imaruí. 2019. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/cidade/imarui/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.